



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2019 A 2022

MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA

JOÃO PESSOA
2024

MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA

FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2019 A 2022

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior

Orientadora: Prof. Dra. Rhoberta Santana de Araújo

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048f Oliveira, Maria Cleidenedia Moraes.
Financiamento da extensão no Instituto Federal da Paraíba no período de 2019 a 2022 / Maria Cleidenedia Moraes Oliveira. - João Pessoa, 2024.
166 f. : il.

Orientação: Rhoberta Santana de Araújo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Financiamento. 2. Extensão universitária. 3. IFPB. I. Araújo, Rhoberta Santana de. II. Título.

UFPB/BC CDU 378(043)

MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA

FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2019 A 2022

APROVADO EM: 28/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 RHOBERTA SANTANA DE ARAUJO
Data: 27/09/2024 11:10:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rhoberta Santana de Araújo
Presidente/Orientadora/PPGAES/CE/UFPB

Documento assinado digitalmente
 EDNEIDE JEZINI MESQUITA
Data: 03/10/2024 13:14:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Edneide Jezine Mesquita Araújo
Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB

Documento assinado digitalmente
 LUIZ FERNANDO REIS
Data: 30/09/2024 07:24:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Fernando Reis
Membro Externo à Instituição/UNIOESTE

Expresso gratidão a Deus pela valiosa oportunidade e decisão de obter com sucesso mais um diploma acadêmico, marcando o ponto culminante dessa trajetória profissional.

A sincera gratidão se estende à minha estimada mãe, Dolores Morais, e ao meu falecido pai José Wilson de Oliveira por me incentivarem a ter uma formação acadêmica. Da mesma forma, meus irmãos, ou seja, Cláudia (*in memoriam*), Cariny e Chico, merecem reconhecimento por seu apoio e crença em meus esforços acadêmicos. Uma menção especial deve ser feita à minha segunda família, tia Socorro e tio Dedé, cujo amor e incentivo constante foram fundamentais em minha jornada.

Também sou grata ao meu cônjuge, Josemildo Martins, por seu apoio e carinho inabaláveis durante todo esse árduo processo. Os sacrifícios feitos por meus filhos, Ítalo Ramon e Vinícius Oliveira, não passaram despercebidos e por isso quero externar gratidão pela compreensão deles durante esse período de ausência.

Além disso, agradeço profundamente a amizade, o incentivo e apoio oferecidos pelos meus queridos amigos Josy (Maria José Batista), Alexsandro Ribeiro e Marcos Vicente em momentos de angústia e de muita reflexão.

O corpo docente acadêmico do PPGAES tem um papel de destaque nessa jornada, com um agradecimento especial reservado à minha orientadora, Professora Dra. Rhoberta Santana de Araújo, e aos estimados membros da banca Professora Dra. Edineide Jezine e Professor Dr. Luiz Fernando Reis, cujas orientações e *insights* enriqueceram significativamente meu trabalho.

Também agradeço ao Professor Dr. Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos por sua disponibilidade e contribuições que moldaram este estudo.

O excepcional serviço prestado pela equipe do PPGAES, caracterizado por sua eficiência e atenção, não passou despercebido. Estendo minha gratidão aos meus colegas da turma 8 do PPGAES pela amizade e experiências compartilhadas.

Agradecimentos especiais também são devidos aos egressos do PPGAES João Correia Netto, Kleber Cruz, Maria das Graças Almeida, Marcos Vicente e Tiago Montenegro.

Agradeço profundamente os participantes desta pesquisa por seu tempo e atenção, que contribuíram significativamente para seu sucesso.

O apoio e o incentivo inabaláveis que recebi de meus colegas do IFPB foram uma fonte de força ao longo desta jornada. Direciono também agradecimento ao Diretor Geral do Polo IFPB Prof. Erick Augusto de Melo, que me estimulou e apoiou os desafios na reta final.

Agradeço especialmente ao IFPB, instituição da qual sou servidora e onde desenvolvi minha pesquisa, por me proporcionar a oportunidade de realizar esse mestrado por meio do convênio firmado com a UFPB e desenvolvido no CE/PPGAES.

Por fim, expresso minha gratidão a todas as pessoas, direta e indiretamente envolvidas, que contribuíram e fizeram parte desta etapa tão significativa da minha vida.

Gratidão!

*Quem ensina aprende ao ensinar.
E quem aprende ensina ao aprender.*

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa realizada nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira teve como objetivo analisar os critérios adotados pela gestão para o financiamento das ações de extensão no período de 2019 a 2022. A importância dessas ações para a comunidade local e a formação dos estudantes foi destacada, ressaltando a necessidade de garantir recursos financeiros estáveis e transparentes para fortalecer a extensão universitária. Os objetivos da pesquisa foram: a) Quantificar o total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão nos campi em estudo no período de 2019 a 2022; b) Demonstrar o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão no mesmo período; c) Apresentar os critérios utilizados pela gestão dos campi para financiar as ações de Extensão; d) Elaborar um documento orientador com proposta de critérios pré-estabelecidos para o financiamento das ações de Extensão do IFPB. A metodologia da pesquisa foi fundamentada em estudos bibliográficos, análise de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com os gestores dos campi de Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira. Os dados coletados nas entrevistas com os gestores dos campi foram essenciais para compreender os processos de financiamento da extensão. A abordagem quali-quantitativa foi adotada para analisar os dados obtidos e identificar os recursos orçamentários destinados às ações de extensão no período em questão. Durante o período de 2019 a 2022, os resultados da pesquisa apontaram disparidades nos recursos orçamentários destinados às ações de extensão nos diferentes campi do IFPB. O Campus Cajazeiras foi identificado como o que investiu o maior montante de recursos no financiamento das ações de extensão, seguido pelo Campus Princesa Isabel. Da mesma forma, o campus Cajazeiras surge como líder, com o maior volume de ações de extensão executadas no mesmo período. Essas disparidades podem ser atribuídas às necessidades locais específicas de cada região, áreas de atuação e prioridades estabelecidas pela gestão de cada campus. Além disso, houve uma redução substancial nos recursos orçamentários para o financiamento das ações de extensão nos anos de 2020 e 2021, possivelmente devido ao impacto da pandemia da COVID-19. Essas variações nos recursos exigiram adaptações nas ações de extensão nos campi, demonstrando a importância de garantir recursos financeiros adequados e flexíveis para enfrentar situações adversas. Os gestores dos campi reconheceram a importância da extensão como parte integrante da missão institucional, valorizando seu papel na formação integral dos estudantes e no fortalecimento do vínculo entre o Campus e a comunidade. A equiparação dos valores de financiamento da extensão com os resultados da pesquisa demonstrou o reconhecimento da relevância das ações de extensão para o desenvolvimento institucional e o bem-estar da comunidade do entorno do Campus. Em suma, a pesquisa contribuiu academicamente ao oferecer uma análise aprofundada do financiamento da extensão no IFPB, identificando lacunas, destacando boas práticas e fornecendo recomendações para fortalecer e otimizar essas iniciativas. O impacto social das ações de extensão foi ressaltado, promovendo o desenvolvimento regional e a integração do Campus com a comunidade, evidenciando o potencial transformador dessas atividades para a sociedade como um todo.

Palavras-chave: financiamento da educação superior; extensão universitária; IFPB.

ABSTRACT

The research carried out at the IFPB campuses: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo and Guarabira aimed to analyze the criteria adopted by management for funding extension activities from 2019 to 2022. The importance of these actions for the local community and the training of students was highlighted, underscoring the need to ensure stable and transparent financial resources to strengthen university extension. The objectives of the research were: a) To quantify the total budget resources allocated to Extension actions on the campuses under study from 2019 to 2022; b) To demonstrate the number of actions carried out in/by Extension in the same period; c) To present the criteria used by the campuses' management to finance Extension actions; d) To draw up a guiding document proposing pre-established criteria for funding IFPB Extension actions. The research methodology was based on bibliographical studies, analysis of official documents and semi-structured interviews with the managers of the Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo and Guarabira campuses. The data collected in the interviews with campus managers was essential for understanding the processes of financing extension. The qualitative-quantitative approach was adopted to analyze the data obtained and identify the budgetary resources allocated to extension actions in the period in question. During the period from 2019 to 2022, the results of the research pointed to disparities in the budget resources allocated to extension actions at the different IFPB campuses. The Cajazeiras Campus was identified as the one that invested the largest amount of resources in financing extension actions, followed by the Princesa Isabel Campus. Similarly, the Cajazeiras campus emerged as the leader, with the largest volume of extension actions carried out in the same period. These disparities can be attributed to the specific local needs of each region, areas of activity and priorities established by the management of each campus. In addition, there was a substantial reduction in budget resources for funding extension actions in 2020 and 2021, possibly due to the impact of the COVID-19 pandemic. These variations in resources have required adaptations in the extension actions on the campuses, demonstrating the importance of ensuring adequate and flexible financial resources to deal with adverse situations. Campus managers recognized the importance of extension as an integral part of the institutional mission, valuing its role in the comprehensive training of students and in strengthening the link between the campus and the community. Matching extension funding amounts with the results of the survey demonstrated recognition of the relevance of extension activities for institutional development and the well-being of the community surrounding the campus. In short, the research made an academic contribution by offering an in-depth analysis of extension funding at IFPB, identifying gaps, highlighting good practices and providing recommendations for strengthening and optimizing these initiatives. The social impact of extension activities was highlighted, promoting regional development and the integration of the Campus with the community, highlighting the transformative potential of these activities for society as a whole.

Keywords: financing higher education; university extension; IFPB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do número de matrículas na rede federal de educação superior (Gráfico 32. Distribuição dos 1,3 milhão de alunos matriculados na rede federal de educação superior – Brasil 2022).....	43
Figura 2 - Evolução do número de matrículas na rede privada, por modalidade de ensino (Gráfico 36. Participação da rede privada na matrícula de educação superior de graduação – Brasil 2022)	43
Figura 3 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba (PDI 2020-2024) ..	66
Figura 4 - Fluxo da Construção da Proposta da Lei Orçamentária Anual	73
Figura 5 - Campi do Instituto Federal da Paraíba em estudo (PDI 2020-2024).....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Material selecionado para apoio teórico	30
Quadro 2 - - Perguntas do roteiro para entrevista	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos destinados à função Educação como percentual das despesas e das receitas da União: 2015-2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)	37
Tabela 2 - Recursos destinados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como percentual das despesas e das receitas da União: 2015-2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA).....	38
Tabela 3 - Despesas da União com juros, amortização e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) no período de 2015 a 2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA).....	39
Tabela 4 - Recursos destinados às despesas com Dívida Ativa x Educação x Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)	40
Tabela 5 - Dados Gerais do IFPB, 2019 a 2022	45
Tabela 6 - Conjunto de normativos reguladores da Extensão no IFPB	64
Tabela 7 - Recursos destinados pelo governo federal para o financiamento do IFPB	79
Tabela 8 - Orçamento dos Campi (R\$) – Provisão recebida	82
Tabela 9 - Orçamento(R\$) - Matriz CONIF por Campus	88
Tabela 10 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão por Campus .	89
Tabela 11 - Demonstrativo de aplicação de recursos para financiamento de ações extensionistas em relação aos recursos de cada campus.....	89
Tabela 12 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão por Campus no período 2019 -2022 – Valores corrigidos pelo IPCA Janeiro/2024	102
Tabela 13 - Recursos destinados pelo governo federal para o financiamento do IFPB	108
Tabela 14 - Quantitativo de ações realizadas por Campus em estudo – 2019 a 2022	109
Tabela 15 - Concepção de marketing institucional por meio das ações de extensão	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despesas União com a função Educação: 2015-2022.....	38
Gráfico 2 - Despesas globais união com a rede federal de educação profissional ..	39
Gráfico 3 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Princesa Isabel, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)	104
Gráfico 4 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Catolé do Rocha, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)	105
Gráfico 5 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Cajazeiras, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)	106
Gráfico 6 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Cabedelo, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)	106
Gráfico 7 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Guarabira, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024).....	107
Gráfico 8 - Ações de Extensão registradas no SUAP	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEFET	Centros Federais de Educação Centro
CEFET-PB	Federal de Educação Tecnológica da Paraíba Tecnológica
CF	Constituição Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
EAD	Ensino à Distância
EC	Emenda Constitucional
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESA	Escola de Sargento das Armas
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
ETFPB	Escola Técnica Federal da Paraíba
Facs	Faculdade de Ciências da Saúde
FIC	Formação Inicial e Continuada
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPLAN	Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior
FORPROEXT:	Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IES	Instituições de Educação Superior
IEES	Instituição estadual de educação superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IFs	Institutos Federais
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMES	Instituição Municipal de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IPES	Instituição Privada de Educação Superior
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
SCPI	Instituto Superior de Ciências Policiais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério da Economia
MINTER	Ministério do Interior
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MP	Medida Provisória
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
OCC	Outros Custeios e Capital
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Plano Plurianual
PRAF	Pró - Reitoria de Administração e Finanças
PROEXC	Pró - Reitoria de Extensão e Cultura

PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RG	Relatório de Gestão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
TAE	Servidor Técnico-Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UASG	Unidade de Administração de Serviços Gerais
UF	Universidades Federais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNED	Unidades de Ensino Descentralizada
UO	Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Objetivos	22
1.1.1 Objetivo geral	22
1.1.2 Objetivos específicos	22
1.2 Justificativa	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 Estado, Políticas Públicas de Extensão	34
2.1.1 Estado e políticas públicas	34
2.1.2 Breve histórico da Educação Superior Pública no Brasil e no estado da Paraíba	41
2.1.3 Extensão Universitária no Brasil	48
2.1.4 Importância do papel da Extensão na formação universitária	57
2.2. Política de Extensão no IFPB	61
2.2.1 Abordagem histórica	61
2.2.2 Marcos Normativos da Extensão no IFPB	63
2.3 Financiamento da Educação Superior	68
2.3.1 Contextualização do financiamento	68
2.3.2. Elaboração do orçamento na Rede Federal	72
2.3.3 Orçamento público no IFPB: Matriz CONIF	74
2.3.4. Orçamento dos Campi do IFPB na LOA	81
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	87
3.1 Cenário da Pesquisa	87
3.2 Etapas de Investigação	96
3.3 Coleta de dados	98
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	101
4.1 Resultado e análise dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão por Campus	102
4.2 Resultado e análise do quantitativo de ações de Extensão realizada nos Campi	109
4.3 Resultado e discussão dos dados qualitativos: critérios de financiamento das ações de extensão pelos gestores dos Campi	111

4.3.1 Critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão	113
4.3.2 Resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus... ..	115
4.3.3 Resultado do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128
ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	137
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	141
APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas.....	145
APÊNDICE C – Produto Educacional.....	147

1 INTRODUÇÃO

A Extensão, assim como a pesquisa e o ensino, é um dos eixos da tríade de sustentação das instituições de ensino superior que objetiva a promoção de ações integradas entre as universidades e os setores populares, visando a transformação social. A importância dessa dimensão é citada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior:

A Extensão, como uma das dimensões acadêmicas da Universidade, ao lado do Ensino e da Pesquisa, desempenha um papel de suma relevância, seja na construção do conhecimento, tendo a própria sociedade como sujeito parceiro, seja na validação de conhecimentos instituídos, os quais, por meio das ações extensionistas, são transmitidos, testados e reelaborados (FORPROEX, 2013, p. 18).

A Extensão se insere na sociedade promovendo atividades, a fim de contribuir para o crescimento dos locais onde essas ações são desenvolvidas, quer seja por meio de programas, projetos, cursos e oficinas quer pela prestação de serviços, despertando, nesses locais, o anseio permanente pela busca do conhecimento.

Com a Extensão, a Universidade consegue compartilhar conhecimento e, paralelamente, dialogar com a sociedade sobre esse conhecimento, que é promovido pela união da teoria e da prática. É importante reconhecer que a teoria é muito importante, porém não pode ser feita sem a prática, princípios teóricos são mais fáceis de entender quando aplicados na prática.

Pode-se dizer que há reciprocidade, quando a comunidade acadêmica encontra na sociedade uma oportunidade de praticar o conhecimento acadêmico, adquirindo, em troca, o conhecimento de uma determinada comunidade. Conseqüentemente, fica claro que a essência da Extensão vai além de melhorar a qualidade de vida da população diretamente impactada pelos programas desse órgão, uma vez que esta Extensão auxilia efetivamente no planejamento e execução de outras atividades do ensino superior, promovendo uma formação mais ampla e integrada ao ensino e à pesquisa. Assim, anuímos à opinião de Netto (2019) que nos diz: “Nessa perspectiva, compreendemos o papel da educação e sua relação com políticas de desenvolvimento social e econômico”. Aliado a esse pensamento, também comungamos do que afirma Freire (2000, p. 67): “Se a educação sozinha não

transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Das três dimensões, a Extensão é a que tem relação mais direta com a sociedade, haja vista que desenvolve ações voltadas para atender às demandas da comunidade do entorno, abarcando uma série de atividades para além dos muros das instituições de ensino, contribuindo para transmudar a realidade local a partir do conhecimento produzido nessas instituições (Pereira, 2021). Nesse entendimento, analisemos a definição dos autores, para referenciar a posição da Extensão numa instituição de ensino:

Como espaço privilegiado de formação, as atividades de ensino e todas as ações a elas relacionadas assumem posição de destaque na universidade. Da mesma forma, se destacam as atividades de pesquisa, vinculadas ao papel de produção do conhecimento. A supremacia do ensino e da pesquisa com relação à Extensão se evidencia no aporte de recursos, refletido, por exemplo, no número de bolsas alocado em cada um dos eixos, e no apoio dado pelos órgãos de fomento vinculados aos ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, assim como nos processos avaliativos do desempenho docente, que privilegiam as atividades de pesquisa em detrimento das atividades de Extensão. (Monteiro e Sacramento, 2011, p. 02)

Pela dimensão da Extensão, a universidade consegue compartilhar conhecimento e, por outro lado, dialogar com a sociedade sobre esse conhecimento, que é promovido pela união da teoria e da prática. É uma via de mão-dupla, com reciprocidade e integração de saberes acadêmicos e populares, por meio da qual a comunidade acadêmica ao compartilhar os seus conhecimentos teóricos com a sociedade, inicia um processo de ensinar e aprender junto com a sociedade

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade Brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 1987, p. 11).

Assim, Serrano (2013) também reforça o que se diz sobre a reciprocidade da comunidade acadêmica e sociedade de modo geral:

O conceito de Extensão universitária, ao longo da história das universidades Brasileiras, principalmente das públicas, passou por várias matizes e

diretrizes conceituais. Da Extensão cursos, à Extensão serviço, à Extensão assistencial, à Extensão “redentora da função social da Universidade”, à Extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à Extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da Extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida (Serrano, 2013, p. 01).

Consequentemente, fica claro que a essência da Extensão vai além de melhorar a qualidade de vida da população diretamente impactada pelos programas, projetos, eventos e ou cursos, pois Extensão contribui, efetivamente, na formação superior, promovendo um espectro mais amplo e articulado com o ensino e a pesquisa. A esse respeito, Freire (2015) sinaliza que a função do extensionista deve ser aquela que “trabalha junto” com as pessoas, problematizando com elas sua própria realidade, para que, ao apreendê-lo criticamente e em sua totalidade, possam agir em sua transformação (Araujo; Cruz, 2022).

Após essa breve apresentação de como a Extensão se constitui no conjunto de medidas desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior (IES) que apoiam as atividades de ensino e pesquisa e contribuem para a formação profissional e humana, esta pesquisa se propõe a responder à questão-problema: Quais os critérios adotados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)¹ para o financiamento das ações de Extensão no período de 2019 a 2022? Buscar-se-á compreender como são estabelecidos os critérios utilizados pela gestão de cada campus, para a definição do quantitativo de recursos que lhe será destinado ao fomento das ações de Extensão a cada ano.

¹ “O IFPB tem mais de 100 anos de existência. [...] Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações, mas é com o advento da Lei nº 11.892/2008 que o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e da competência técnica no exercício da profissão”. (Brasil, 2021, p. 26).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022 a fim de demonstrar a importância do desenvolvimento das ações de extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Quantificar o total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão, no período de 2019 a 2022 dos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira;
- b) Demonstrar o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão, no período de 2019 a 2022;
- c) Apresentar os critérios utilizados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para financiar ações de Extensão;
- d) Elaborar Documento Orientador - Produto Educacional (PE), com proposta de critérios pré-estabelecidos, para financiamento das ações de Extensão do IFPB, que será socializado com os gestores e comunidade dos campi, a fim de comprovar a importância do desenvolvimento das ações de extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho está organizado em cinco seções para além desta introdução. Na segunda seção, tratamos do referencial teórico – conceitos de Estado, Políticas Públicas de Extensão, Política de Financiamento Público na Rede Federal e Política de Extensão no IFPB. Inicia-se com uma visão geral do estado e políticas públicas do ensino superior para em seguida discutir as políticas de financiamento da Extensão.

Na terceira seção, apresentamos o cenário da pesquisa, sua natureza, forma de análise dos dados de financiamento das ações de Extensão referentes ao período

de 2019 a 2022, coletados do Tesouro Gerencial; também serão registrados o total de ações desenvolvidas no SUAP, procedimentos técnicos, etapas de investigação e os instrumentos para coleta dos dados e os resultados preliminares. Trataremos, portanto, do percurso metodológico desta escrita.

Já na quarta seção, buscaremos traçar o resultado e discussão dos dados coletados. Por fim, na quinta seção, traremos as considerações finais com a conclusão do estudo em tela, assim como a elaboração de documento orientador, Produto Educacional (PE).

O produto educacional é um documento fundamental, resultado desse trabalho, que representa a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na pesquisa. Esse produto será uma proposta de critérios pré-estabelecidos, para financiamento das ações de Extensão do IFPB, que será socializado com os gestores e comunidade dos campi, a fim de comprovar a importância do desenvolvimento das ações de extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes.

1.2 Justificativa

Após várias consultas a Programas de Pós-Graduação e considerando que o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) tem como objetivo preparar o servidor técnico-administrativo para formação teórica sobre políticas públicas de gestão e avaliação da educação superior, de modo a possibilitar oportunidades de reflexão crítica, produção e socialização de projetos inovadores e socialmente relevantes, decidi participar da seleção, em 2021, vislumbrando entregar um Produto Educacional (PE), para contribuir com o IFPB, principalmente na área em que atuava – na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Como servidora Técnica-Administrativa em Educação (TAE) do IFPB e após aprovação para o PPGAES em 2021, o interesse por esse objeto de pesquisa se deu a partir do momento em que assumi a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, em abril de 2019. Nesse período, comecei a dialogar com outros Pró-Reitores de Extensão nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX) e de Extensão da Rede de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica (FORPROEXT), este último da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) sobre as fontes de financiamento da Extensão nas IFES. Apesar de o IFPB receber um montante de recursos orçamentários na Matriz Orçamentária (CONIF), direcionado para financiamento das ações de Extensão, este recurso fica concentrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, discussão que merece estudo, porém não neste trabalho, visto que nosso objetivo caminha em outra direção, a de perscrutar como se dá a liberação de recursos, pelo Campus, para financiamento das ações de Extensão diretamente do valor recebido da Lei Orçamentária Anual (LOA). Então, debruçarmos nossa atenção sobre os processos que envolvem a forma como os Campi do IFPB financiam as ações de Extensão que são executadas anualmente.

Nos encontros com os demais Pró-Reitores, como citado acima, foi possível visualizar que além da LOA, principal fonte de financiamento institucional para as ações de Extensão, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) podem buscar outras fontes de financiamento para a Extensão. Assim, o financiamento da Extensão deve ser uma preocupação contínua e estar sempre à vista nas IFES, que devem, sempre, sair em busca de alternativas, para garantir a continuidade e ampliação das ações de seu órgão extensionista. Neste sentido, é importante que haja uma articulação entre as diferentes fontes de financiamento para tal propósito, no interesse claro de se promover o fortalecimento dessa atividade e a geração de impacto positivo na sociedade e na formação do estudante.

Sob essa perspectiva e a partir do acúmulo contínuo de experiências que me permitiram o amadurecimento de reflexões sobre o fazer extensionista, esta proposta de pesquisa se faz relevante, à medida que procurará estabelecer critérios pré-estabelecidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira.

Além dos recursos de financiamento da Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda podemos buscar o financiamento público com a participação em editais das agências de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. Essa ampliação deve ocorrer no sentido de incorporação do financiamento da Extensão Universitária de forma complementar e

integrada ao financiamento da Pesquisa (FORPROEX, 2015).

As lutas ao longo da história resultaram em conquistas significativas para a Extensão Brasileira, como a elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária e a inserção do tema na Lei Nº 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação (PNE), assegurando, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014).

A Política Nacional de Extensão traz conceitos, diretrizes e princípios bem como estabelece parâmetros para a avaliação das ações extensionistas (FORPROEX, 2012). Mais um ato normativo foi publicado em prol da valorização da Extensão, a Resolução CNE/CES nº 7 em 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, trazendo como avanço a integração da Extensão à matriz curricular e à organização da pesquisa nas instituições de ensino superior (Brasil, 2018).

A referida Resolução traz como um dos pontos principais, além da atualização do conceito de Extensão, o reconhecimento da prática acadêmica de Extensão previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), desde a integralidade das atividades de Extensão até a formação dos alunos, de forma a alinhar a dinâmica curricular dos cursos de graduação com as demandas da sociedade. Os art. 3º e 4º da referida Resolução estabelece:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa; Art. 4º As atividades de Extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018).

Para o Forproex (2012, p. 22): “O fortalecimento da Extensão Universitária

está diretamente relacionado com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa”. Por conseguinte, esse reforço depende do reconhecimento da dimensão da Extensão na formação do estudante assim como de políticas públicas para financiamento da Extensão, gerando, então, estabilidade e transparência no processo de financiamento das ações de Extensão.

Tratando-se do fortalecimento da Extensão Universitária, garantido por meio do financiamento público, o Forproex (2012) elenca quatro iniciativas que podem contribuir para a captação de recursos para custeio das ações extensionistas, a saber:

- I. inclusão da Extensão nos planos plurianuais do Governo Federal, como forma de possibilitar o planejamento de ações de longo prazo e a continuidade de seu financiamento;
- II. inclusão da Extensão nos orçamentos das Universidades Públicas, podendo gerar efeitos positivos sobre a qualidade do financiamento público das ações extensionistas;
- III. criação de um Fundo Nacional de Extensão, responsável por abrigar os recursos alocados pelos órgãos públicos e agências de fomento;
- IV. ampliação do escopo dos editais das agências de fomento, possibilitando a expansão da Extensão Universitária.

No caso do fortalecimento da Extensão universitária, garantido com o financiamento público, o presente estudo irá buscar analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022., com a finalidade de demonstrar a importância do desenvolvimento das ações de Extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes. Nesse contexto, ressalta-se a importância da criação do FORPROEX:

Criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) foi decisivo na construção da política de Extensão que vigora hoje, seja no referente à conceptualização da extensão universitária, seja na construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento de ações de extensão, seja na efetiva institucionalização da extensão como dimensão indescartável da atuação universitária; seja

como principal interlocutor na definição das políticas públicas de fomento à extensão (Paula, 2013, p. 20).

O período indicado para a pesquisa vem da justificativa de que, em 2016, o IFPB inicia adesão ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), elaborado pelo IFRN e que o IFPB desenvolveu e adequou sua estrutura para realidade local, no qual está disponível o módulo 'Extensão', sistema de registro das atividades extensionistas para institucionalizar, gerenciar e avaliar as ações de Extensão no IFPB. Considerando que, desde 2016, o SUAP estava em fase de experimentação no IFPB, a partir de 2019 já havia uma estabilidade em seus módulos e ferramentas, de modo que a comunidade já aceitava trabalhar com essa ferramenta, moderna atualizada tecnologicamente, sendo bastante útil para substituição de procedimentos que, anteriormente, todos os registros aconteciam em processos físicos. Desta forma, o período escolhido foi de 2019 a 2022, considerando-se a estabilidade e consolidação do Sistema SUAP, além de compreender um período em que estávamos à frente de um cargo e acompanhando o plano de gestão do gestor máximo que assumiu a Instituição.

Nesse período passa a vigorar a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, implementando o teto de gastos públicos do Governo Federal Brasileiro. A EC 95/2016 inaugurou um novo regime tributário a ser aplicado por duas décadas, a referida emenda foi substituída pelo Novo Regime Fiscal Sustentável, no governo Lula III, com o congelamento das principais despesas da União, as quais foram limitadas aos mesmos valores gastos no ano anterior, de acordo com a inflação acumulada, conforme o IPCA, com exceção dos gastos financeiros, como a dívida pública. Na época, o então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para justificar a aprovação de tal Emenda, defendeu a necessidade de mudar o rumo das contas públicas, para que o Brasil possa, o mais breve possível, restaurar a confiança nos gastos de sustentabilidade e na dívida pública (Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

Em particular, a emenda limita os gastos com educação e saúde relacionados à arrecadação de impostos, uma vez que o crescimento da arrecadação supera a inflação na maioria dos anos. Tudo indica que nos próximos anos haverá de fato uma redução dos recursos públicos federais destinados às despesas vinculadas aos tributos da União, como no caso da educação. O regime valerá para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes (Chaves; Guimarães;

Reis, 2022). Com isso, espera-se que o país no curto prazo, alcance o equilíbrio financeiro e volte a crescer de forma social e financeiramente sustentável (Mattei, 2023).

O ajuste fiscal é uma abordagem adotada por governos para controlar os gastos públicos e equilibrar as finanças do Estado, com implicação negativa principalmente na educação e na saúde, pois ocasiona sérios prejuízos aos trabalhadores e à população como um todo. As contrarreformas da previdência e trabalhista, juntamente com a proposta de reforma administrativa, são exemplos de medidas que buscam reduzir gastos e reestruturar as políticas públicas. Essas reformas frequentemente são implementadas com o objetivo de alcançar a sustentabilidade fiscal, mas podem ter efeitos significativos na vida dos cidadãos, em particular dos grupos mais vulneráveis. Para a educação superior pública, o ajuste fiscal tem o efeito de limitar recursos orçamentários destinados ao financiamento das instituições de ensino superior públicas, estabelecendo uma disputa de recursos com outras áreas sociais (Silva, 2022).

A relevância deste estudo dar-se-á pela dificuldade de pesquisas relacionadas ao tema. O referencial teórico apresenta-se como foram realizadas as bases de dados para investigação das principais obras consideradas importantes e que serviram de base para a redação, dando suporte ao estudo do problema de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de fontes como livros, revistas, artigos científicos, jornais, dissertações, teses e materiais da internet. Seu objetivo é proporcionar ao pesquisador um contato direto com a literatura existente sobre o tema. É crucial que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, identificando possíveis incoerências ou contradições nas obras consultadas (Prodanov; Freitas, 2013).

E, na busca do material que subsidiou este trabalho teoricamente, foram utilizadas as palavras chaves “financiamento da educação superior”, “extensão universitária”, “IFPB” para as consultas nas plataformas e ou base de dados – *Research Rabbit*, Plataforma Sucupira, Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Rede Nacional de Extensão (RENEX), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), repositório de dissertações do PPGAES, Revista de Extensão e demais periódicos correlatos que vão surgindo a partir das pesquisas iniciais –, as obras foram selecionadas com assunto semelhante ao pesquisado para compor o Quadro 1 que apresentado a seguir.

Ainda sobre a revisão da literatura e a importância dos textos, afirmamos que as leituras permitiram uma maior aproximação com a problemática possibilitando compreender o financiamento da Extensão. Ou seja, “[...]desempenham um papel importante como base para todos os tipos de pesquisa. [...] podem servir [para] criar diretrizes para políticas e práticas, fornecer evidências de um efeito e, [também] servem como base para futuras pesquisas e teorias (Snyder, 2019, p. 339).

Encontradas as obras referentes ao tema da pesquisa proposta, mas nunca antes investigado nestes moldes, foi realizada a categorização, a partir das palavras descritoras; em seguida, foram selecionados os trabalhos mais relevantes e efetuada leitura minuciosa. A cada leitura surgiam novas referências que levaram a novas leituras, o que permitiu identificar autores, livros, artigos, teses e dissertações mais indicados para a temática. A partir dos títulos selecionados, restando o material mais relevante para a pesquisa, montou-se o Quadro 1, com resumo desse material selecionado.

Quadro 1 - Material selecionado para apoio teórico

Título/ano /tipo	Autores	Objetivo da Pesquisa	Conclusão	Sugestão de Estudos
A integração entre o planejamento e a execução orçamentária no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa (2021) D	SANTOS, Marcos V. dos.	Analisar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária no IFPB - Campus João Pessoa no período de 2016 a 2019.	Mesmo havendo descentralização limitada em relação aos recursos enviados anualmente para a instituição educativa em análise, principalmente em um cenário de contingenciamentos governamentais, que inviabilizam a implementação dessas políticas que integram obrigações constitucionais e legais do governo federal, concluímos que toda administração pública embasada em um bom planejamento e metas definidas tende a realizar um bom trabalho em prol da sociedade dentro da realidade administrativa da sua esfera de governo.	Abre espaço para novos estudos e serve de apoio para execução de pesquisas na mesma área ou área afim.
Execução orçamentária e políticas de financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021 (2023) D	ALMEIDA, Maria das Graças M. de	Esta pesquisa apresenta uma análise da execução orçamentária e das fontes de financiamento do IFPB no contexto da política de austeridade, de controle e redução dos gastos públicos, no período de 2016 a 2021.	As políticas de austeridade e a Emenda Constitucional nº 95/2016 resultaram em reduções orçamentárias significativas, bloqueios e contingenciamentos. A redução no orçamento afetou áreas essenciais, como Investimento, que teve uma redução de 68%, levando à descontinuidade no processo de expansão da instituição, além do sucateamento de laboratórios e da estrutura física dos campi. Outras Despesas Correntes tiveram uma redução de 20%, levando a instituição a realizar manobras operacionais para manter o funcionamento precário das unidades e cumprir com os compromissos firmados.	
Método de alocação de recursos orçamentários em uma instituição de ensino (2010)	FONSECA, Alice A.	Propor um novo método de alocação de recursos orçamentários baseado em indicadores de desempenho no IF Sudeste MG, comparando com o	Por meio dos comparativos entre métodos desenvolvidos em Instituições congêneres, foi possível constatar que a Matriz não leva em consideração em sua metodologia, indicadores necessários para mensuração do desempenho de cada campi, nem os resultados alcançados separadamente, o que gera uma execução não	O procedimento proposto traz como contribuição um método que pode ser replicado a outras Instituições congêneres, além de proporcionar uma melhoria nos resultados da execução orçamentária dos recursos públicos.

D		método utilizado atualmente.	padronizada, não privilegiando assim, aquele que gasta de forma mais eficiente o recurso público. Com o desenvolvimento deste novo método, o impacto previsto é o aperfeiçoamento dos resultados da gestão orçamentária, privilegiando, desta forma, aqueles campi que obtiveram melhor desempenho (apontado por indicadores).	
Gasto público e execução orçamentária: uma análise da aplicação do gasto na área de extensão do Instituto Federal da Paraíba – IFPB no período de 2015 a 2017 (2010) D	LIRA NETTO, João C.	Analisar a execução orçamentária dos gastos direcionados à área de extensão no âmbito da reitoria do Instituto Federal da Paraíba, utilizando-se como recorte temporal o período de 2015 a 2017.	O presente estudo apresentou a execução dos créditos orçamentários destinados às atividades de extensão no âmbito da Reitoria do IFPB, verificando que o orçamento disponível foi executado em sua totalidade, mesmo considerando um corte orçamentário significativo em decorrência de medidas de ordem político-econômica.	Investigar como é feita a composição do cálculo da destinação dos créditos orçamentários para extensão estabelecidos pela Matriz CONIF, objetivando tornar mais clara a metodologia utilizada, avaliar os efeitos do contingenciamento orçamentário nos gastos com extensão no âmbito das IFES; realizar estudos acerca da execução orçamentária dos gastos com extensão em outras instituições de ensino superior públicas, a fim de permitir uma visão mais abrangente da execução orçamentária dos gastos com extensão.
Uma proposta de modelo de distribuição orçamentária para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2019) D	MENEZES, Mauricio Ferreira.	Construir um modelo para distribuição do orçamento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica entre as suas unidades administrativas e acadêmicas, que seja alinhado ao planejamento e que possa ser utilizado como uma ferramenta gerencial.	Conclui-se que o modelo de distribuição do orçamento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica entre as suas unidades apresentado neste trabalho tem a capacidade de estimular a participação da comunidade escolar nas decisões institucionais e de contribuir com o cumprimento dos objetivos e das metas traçados no planejamento, possibilitando o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, com potencial de transformação qualitativa da gestão.	Como recomendação para trabalhos futuros há a necessidade de construção de um sistema informatizado, inclusive em formato de aplicativo, compatível para utilização em smartphones e tablets, que permita a participação das pessoas no processo orçamentário, tanto contribuindo com as decisões, quanto para ter acesso aos resultados de execução orçamentária.
Análise do financiamento	PEREIRA, Vicente H.	Analisar a influência do financiamento público	Conclui-se que o financiamento público tem contribuído positivamente para o desenvolvimento	Por fim, a pesquisa sugeriu, como pesquisas futuras, sua replicação em outras Instituições

público da extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri, no período de 2016 a 2020. (2021) D	S.	para a extensão universitária, no período de 2016 a 2020.	das atividades de extensão na universidade, especialmente por meio da concessão de bolsas para os estudantes extensionistas. A partir da discussão apresentada, recomenda-se que a UFCA priorize para além do pagamento de bolsas, o investimento de outras despesas dos projetos de extensão de modo a permitir o desenvolvimento de ações ainda mais expressivas. Por fim, o trabalho trouxe à tona algumas reflexões sobre a relevância do financiamento público para o debate acadêmico	Federais de Ensino (IFES), e a realização de estudos sobre o financiamento da pesquisa e do ensino no âmbito da UFCA.
A institucionalidade e da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba (2020) D	FALCÃO, Luiz Daniel Costa	Avaliar a institucionalidade da extensão universitária a partir do Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas - SIGAA - da UFPB	No período avaliado observou-se uma evolução positiva na produção extensionista da UFPB com base nos relatórios gerados pelo módulo de extensão do SIGAA. Este módulo, por sua vez, apresentou boa aceitabilidade por parte do corpo docente da instituição, a grande maioria dos participantes da pesquisa considera a implantação do módulo um avanço para o registro das ações de extensão. O presente estudo contextualizou o processo de institucionalização da extensão universitária no Brasil e especificamente na UFPB;	Os dados obtidos servirão de base para o aperfeiçoamento do sistema como também para trabalhos futuros, a exemplo de estudos sobre o sistema na perspectiva dos discente ou dos chefes dos diversos setores da UFPB.
Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior sob A hegemonia das políticas neoliberais de austeridade fiscal: o caso da Universidade Federal da Paraíba (2020)	ARAÚJO SILVA, Lígia M. de	Investigar como essas políticas vêm afetando o financiamento da Universidade Federal da Paraíba, de 2016 a 2020, mediante a análise do seu orçamento.	Com base no referencial teórico e resultados da pesquisa, conclui-se que a diminuição do orçamento discricionário da UFPB é consequência das medidas de ajuste fiscal, as quais foram intensificadas pelos limites impostos aos gastos primários do governo com a Emenda Constitucional 95/2016. Os bloqueios orçamentários e os limites de empenho dificultaram o planejamento e a execução do orçamento da UFPB, em cumprimento aos decretos de programação orçamentária e financeira, trazendo riscos à continuidade das atividades realizadas pela universidade e incertezas sobre o futuro da instituição.	sugestões para trabalhos futuros: pesquisas que investiguem as ações ou medidas realizadas pelos gestores das universidades públicas a fim de amenizar ou contornar as dificuldades enfrentadas no contexto de restrições orçamentárias; trabalhos que busquem ampliar a compreensão sobre a causas e os fenômenos internos que influenciam a execução dos recursos orçamentários das IES públicas.

<p>D</p> <p>Avaliação diagnóstica do programa de apoio a projetos de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2019) D</p>	<p>CASTRO, André M. de</p>	<p>Avaliar os resultados do (Papex), empregando indicadores elaborados pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)</p>	<p>Esta pesquisa teve como objetivo avaliar os resultados do Programa de Apoio a Projetos de Extensão do Instituto Federal de Educação do Ceará (Papex), empregando indicadores elaborados pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). Além disso, foram analisados os indicadores de extensão, elaborados pela pesquisa “Indicadores Brasileiros de Extensão (IBEU)”, realizada pelo Forproex. Em seguida: foram compilados e analisados dados extraídos do Sistema de Gerenciamento da Pró-Reitoria de Extensão (SigProext) sobre a execução do Papex, e, finalmente, coletados dados por meio de questionário aos coordenadores dos projetos financiados pelo Papex, com perguntas elaboradas a partir dos indicadores apontados na pesquisa IBEU.</p>	<p>Recomenda se, como pesquisas futuras, que os indicadores do IBEU sejam utilizados para se avaliarem outras ações de extensão do IFCE, visando verificar quais pontos de fragilidade precisam ser melhor trabalhados, a fim de que as atividades de extensão possam cada vez mais, alinharem-se aos referenciais nacionais e, desta forma, se institucionalizarem e diversificarem se, garantido uma qualidade cada vez maior à formação dos alunos, garantindo que estejam sempre voltadas às grandes questões sociais que continuam sem solução na sociedade Brasileira.</p>
<p>A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (2015) T</p>	<p>GERALDO, Romário</p>	<p>Analisar o processo de construção da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia</p>	<p>A extensão nos Institutos Federais está sendo utilizada pelo governo federal para implantar, por meio de programas, suas políticas públicas, entendidas como limitadoras da dimensão acadêmica da prática extensionista que se vincula à formação discente, à geração de conhecimento, na perspectiva da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e do protagonismo estudantil. Simultaneamente, a administração dos Institutos Federais, impelida ao cumprimento dos preceitos para os quais foram criados, se vale da extensão para abrigar um conjunto de atividades que acabam por descaracterizar a natureza acadêmica das ações extensionistas.</p>	

*D: Dissertação; T: Tese

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024)

A partir dos dados ilustrados no Quadro 1, foram selecionados 09 (nove) estudos de Dissertação e 01 (uma) Tese, que abordaram a temática similar a essa pesquisa, sendo que 09 (nove) delas indicam sugestões de estudos futuros, ou seja, lacunas a serem estudadas em pesquisas futuras. A revisão dos estudos das obras, conforme apresentado, oferece uma base sólida e contribuição significativa para este trabalho. Os assuntos abordados estão relacionados com o tema de pesquisa e abordam a relação entre o planejamento financeiro e a efetiva utilização dos recursos, cenários financeiros das instituições, políticas de austeridade e financiamento público, fornecendo subsídios para recomendações de políticas e contribuem para a produção de conhecimento acadêmico.

Essa revisão contribui para a dissertação ao fornecer ponto de partida para novas ideias sobre a gestão financeira no contexto educacional. As conclusões e sugestões apresentadas nos estudos analisados podem embasar discussões aprofundadas e propostas de melhoria na gestão orçamentária do IFPB e de outras instituições de ensino, enriquecendo o debate acadêmico para influenciar a tomada de decisões e políticas futuras relacionadas à educação e à extensão universitária. Além disso, são apontadas sugestões para futuras pesquisas, como os gestores das universidades públicas estão lidando com as restrições orçamentárias, os efeitos do contingenciamento orçamentário nos gastos com extensão em outras instituições de ensino superior públicas e a replicação dos estudos em outras instituições federais de ensino.

Dessa forma, o presente estudo oferece uma contribuição significativa, preenchendo lacunas e fornecendo ponto de partida na geração de ideias e assim contribuir acadêmica e socialmente para a análise do financiamento da extensão no IFPB.

2.1 Estado, Políticas Públicas de Extensão

2.1.1 Estado e políticas públicas

A criação da Rede Federal, decorrente da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi importante iniciativa do Governo Lula para democratizar o acesso à

educação profissional e tecnológica por conta da grande expansão dos campi e pelo processo de interiorização.

Santos, (2010), identifica duas fases ligadas à privatização e ao aumento da oferta de educação privada, visando atender às exigências neoliberais. Na primeira, que se inicia na década de 1980 e vai até meados da década de 1990, temos a expansão e consolidação do mercado nacional universitário; na segunda, juntamente com o mercado nacional, surge o mercado transnacional da educação superior e universitária.

Nesse ínterim, está em curso a globalização neoliberal das Instituições de Ensino Superior, um projeto de política universitária global, cujos pilares são a descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado universitário. Este projeto visa desestabilizar a universidade, pois ela precisa se transformar internamente e transformar seu modelo institucional e político-pedagógico em um modelo de negócios, visando à produtividade e lucro (Netto, 2019).

Seguindo, o mesmo autor argumenta que, para entender a política de educação superior na sociedade atual e no contexto global, é fundamental elucidar que ela está vinculada às regras impostas pelo processo de globalização econômica pelo qual passa o mundo contemporâneo, incitando transformações nos cenários nacional e internacional. Estas transformações têm exigido um novo perfil das IFES, razão pela qual requerem reformas nesta área, para responder às demandas sociais e do mundo do trabalho.

Atualmente existem políticas de expansão e acesso ao ensino superior voltadas para os benefícios do mercado. Esta é uma tendência ligada às necessidades de desenvolvimento nacional e a uma perspectiva intervencionista num mundo globalizado. As estratégias aplicadas ao processo de expansão procuram sempre atender às diretrizes dos organismos internacionais, indicando, assim, a forte influência do neoliberalismo no ensino superior Brasileiro. Neste sentido, é bastante conhecida a predominância da lógica da privatização da educação no Brasil (Almeida, 2023).

O neoliberalismo é principalmente uma hipótese de práticas político-econômicas que propõe que a saúde do ser humano pode ser mais bem promovida pela liberação das liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de

uma organização caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio (Harvey, 2008). A função do Estado é criar e manter um quadro institucional adequado para essas práticas; o Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e integridade da moeda. Deve também criar as estruturas e funções militares, de defesa, policiamento e normativos jurídicos necessários para garantir os direitos de propriedade individual e, pela força se necessário, para garantir que os mercados funcionem convenientemente.

Além disso, se os mercados não existem (em áreas como terra, água, educação, saúde, segurança social ou poluição ambiental), eles devem ser criados, se exigido pela ação do Estado. Mas o Estado não deve ir além dessas razões. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez estabelecidos) devem ser reduzidas ao mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado provavelmente não tem informações suficientes para entender completamente os sinais do mercado (preços) e porque grupos de interesse poderosos irão inevitavelmente distorcer e revogar as intervenções do Estado (especialmente nas democracias) a seu favor (Harvey, 2008).

Ainda de acordo com Harvey (2008, p. 12), “[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. Nesse contexto, pode ser dito que o financiamento das universidades e as políticas de ajuste neoliberal implementadas por diferentes governos, ao longo dos anos, têm sido objeto de debate e preocupação por parte de muitos dentro da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Ao longo dos anos, o sistema de educação pública no Brasil passou por um período significativo de redução de financiamento e desmontagem devido às contrarreformas que foram implementadas, com o objetivo de atingir o Ensino Superior, junto com outros setores sociais. As regulamentações delineadas pela estratégia econômica implementada no Brasil após a década de 1990, influenciadas pelas diretrizes das instituições financeiras internacionais, redefiniram a educação como um novo segmento de mercado lucrativo para o capital. Consequentemente, é evidente que a desconstrução da educação pública contribui para o processo de

mercantilização e financeirização dentro desse setor (Almeida, 2023).

No decorrer dos anos, a partir da década de 1990, as regras criadas pela política econômica do Brasil inspiradas nas diretrizes dos organismos financeiros internacionais, transformaram a educação em um novo nicho de mercado extremamente rentável para o capital. Dessa forma, o processo de enxugamento, fortaleceu o processo de mercantilização e financeirização da educação, em particular do ensino superior, dominado por holdings que operam no mercado de ações.

As contrarreformas, que rebaixaram o valor da força de trabalho e reduziram drasticamente os gastos públicos com as políticas sociais, foram consolidadas com o congelamento de investimentos públicos por 20 anos, por meio da EC nº 95/2016 e da reforma trabalhista. Esse marco fez com que o governo passasse a gastar menos em áreas sociais, como educação e saúde, causando sérios prejuízos à gestão dessas áreas e marcando uma regressão de direitos e desmonte da gestão pública. A atenção e direção financeira concentram-se na alocação de recursos públicos para remunerar os juros da dívida pública. A Emenda Constitucional representou uma transferência de recursos do fundo público para o setor financeiro (capital rentista), por meio do pagamento de juros e da dívida pública (Almeida, 2023).

A partir do estudo de Reis (2023), no período de 2017 a 2022, os recursos para a educação regrediram de R\$ 136.678 bilhões em 2017 para R\$ 112,187 bilhões em 2022, uma queda de 13,18%, conforme apresentados na Tabela 1 e Gráfico 1, mais adiante.

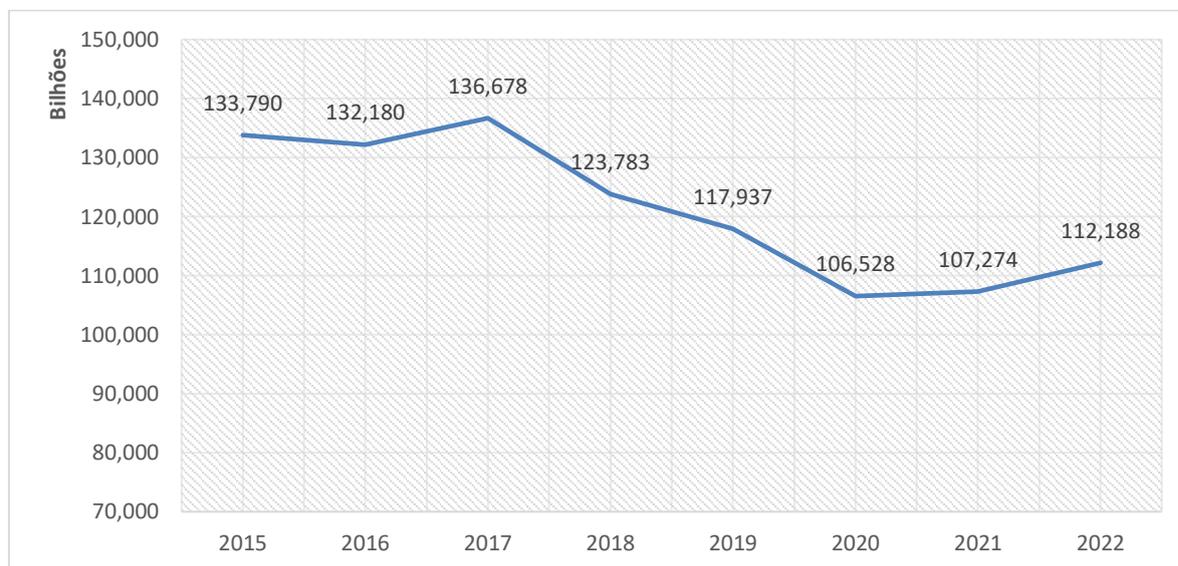
Tabela 1 - Recursos destinados à função Educação como percentual das despesas e das receitas da União: 2015-2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)

ANO	DESPESAS DA UNIÃO Excluído o Refinanciamento (Amortização da Dívida Pública com a Emissão de Títulos Públicos) [A]	RECEITAS DA UNIÃO (Emissão de Títulos da Dívida Pública) [B]	EDUCAÇÃO		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2015	2.560.554.208.953	2.849.174.780.389	133.789.585.360	5,23	4,70
2016	2.663.853.379.913	2.895.370.258.234	132.179.782.765	4,96	4,57
2017	2.707.260.208.254	2.768.491.940.553	136.678.007.359	5,05	4,94
2018	2.788.973.108.576	3.116.141.647.482	123.783.398.373	4,44	3,79
2019	3.401.107.210.274	3.265.582.383.437	117.936.689.916	3,47	3,08
2020	2.749.025.426.770	3.824.971.615.659	106.527.848.258	3,88	3,62
2021	2.692.263.094.341	2.940.192.294.873	107.274.169.026	3,98	3,69
2022	2.692.261.332.925	2.910.295.555.356	112.187.546.138	4,17	3,85

Δ 2015-2022	5,14%	2,15%	-16,15%		
2015-2022 (% MÉDIO)				4,40	4,03%

Fonte: Reis (2023).

Gráfico 1 - Despesas União com a função Educação: 2015-2022



DESPESAS COM EDUCAÇÃO 2015-2017: + 2,16% 2015-2022: - 16,15% 2017-2022: - 17,92%

Fonte: Reis (2023).

A Tabela 2 e o Gráfico 2, mais adiante, evidenciam o caso do financiamento de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em que os valores decresceram de R\$ 19,302 bilhões para R\$ 17,414 bilhões em 2022, uma queda de 9,78% entre 2017-2022:

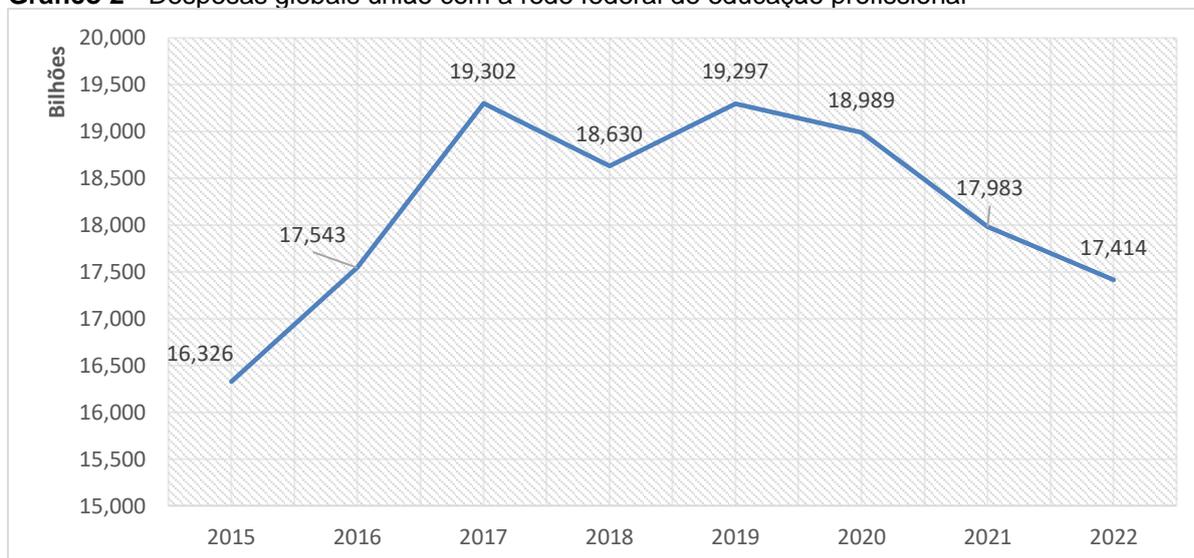
Tabela 2 - Recursos destinados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como percentual das despesas e das receitas da União: 2015-2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)

ANO	DESPESAS DA UNIÃO Excluído o Refinanciamento (Amortização da Dívida Pública com a Emissão de Títulos Públicos) [A]	RECEITAS DA UNIÃO (Emissão de Títulos da Dívida Pública) [B]	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2015	2.560.554.208.953	2.849.174.780.389	16.326.368.894	0,67	0,61
2016	2.663.853.379.913	2.895.370.258.234	17.543.475.538	0,70	0,64
2017	2.707.260.208.254	2.768.491.940.553	19.301.526.691	0,75	0,74
2018	2.788.973.108.576	3.116.141.647.482	18.630.474.674	0,70	0,63
2019	3.401.107.210.274	3.265.582.383.437	19.297.038.302	0,73	0,63
2020	2.749.025.426.770	3.824.971.615.659	18.989.178.629	0,59	0,53

2021	2.692.263.094.341	2.940.192.294.873	17.982.733.512	0,69	0,65
2022	2.692.261.332.925	2.910.295.555.356	17.413.753.739	0,65	0,60
Δ 2015-2022	5,14%	2,15%	6,66%		
2015-2022 (% MÉDIO)				0,69	0,63

Fonte: Reis (2023).

Gráfico 2 - Despesas globais união com a rede federal de educação profissional



DESPESAS GLOBAIS COM A REDE FEDERAL

2015-2017: 18,22%

2015-2022: 6,66%

2017-2022: - 9,78%

Fonte: Reis (2023)

No caso da despesa total com a dívida pública (juros, encargos, amortização e refinanciamento) tal despesa apresentou um crescimento de 45,10%: de R\$ 1,324 trilhões em 2017 para R\$ 1,921 trilhões em 2022, conforme Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Despesas da União com juros, amortização e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) no período de 2015 a 2022. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)

ANO	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO COM EMISSÃO DE TÍTULOS: [REFINANCIAMENTO]	DESPESA TOTAL DÍVIDA PÚBLICA
2015	314.629.919.917	274.752.400.040	863.582.173.303	1.452.964.493.261
2016	284.525.591.269	376.829.265.485	908.048.956.748	1.569.403.813.502
2017	272.654.567.158	424.217.291.243	626.889.152.751	1.323.761.011.152
2018	361.773.762.598	435.301.524.850	582.983.328.498	1.380.058.615.947
2019	355.896.746.841	344.162.005.007	595.181.077.823	1.295.239.829.672
2020	419.314.630.485	376.793.625.622	874.860.690.148	1.670.968.946.255
2021	286.137.481.560	340.610.214.046	1.563.077.725.991	2.189.825.421.597
2022	252.737.167.098	211.636.082.651	1.456.351.934.213	1.920.725.183.962

Δ 2015-2022	-19,67%	-22,97%	68,64%	32,19%
TOTAL: 2015-2022	2.547.669.866.926	2.784.302.408.945	7.470.975.039.477	12.802.947.315.347

Fonte: Reis (2023)

A despesa total com a dívida pública, acumulada no período de 2017 a 2022, foi 14,2 vezes superior às despesas com a educação e 87,6 vezes superior às despesas com a Rede Federal de Educação Profissional, como será demonstrado na Tabela 4, adiante:

Tabela 4 - Recursos destinados às despesas com Dívida Ativa x Educação x Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2023 (IPCA)

Ano	Despesa total dívida pública	Educação	Vezes	Rede Federal	Vezes
2017	1.323.761.011.152	136.678.007.359	9,7	19.301.526.691	68,6
2018	1.380.058.615.947	123.783.398.373	11,1	18.630.474.674	74,1
2019	1.295.239.829.672	117.936.689.916	11,0	19.297.038.302	67,1
2020	1.670.968.946.255	106.527.848.258	15,7	18.989.178.629	88,0
2021	2.189.825.424.597	107.274.169.026	20,4	17.982.733.512	121,8
2022	1.920.725.183.962	112.187.546.138	17,1	17.413.753.739	110,3
2017-2022	9.780.579.008.585	704.387.659.070	14,2	111.614.705.547	87,6

Fonte: Reis (2023).

As reformas estatais estão associadas às demandas de capital financeiro, cujo cerne envolve a transferência de certos papéis do prestador de serviços públicos para o mercado. Nas políticas educacionais, particularmente na educação superior, essas mudanças envolvem principalmente a mercantilização da educação como a principal abordagem para atender ao alinhamento fiscal exigido por entidades globais como o Banco Mundial, garantindo que os recursos de fundos públicos sejam usados para remunerar a dívida pública (Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

A adoção de políticas neoliberais que protegem o mercado como regulador da sociedade global amplia a esfera privada em detrimento da pública. De acordo com essas políticas, a educação é um gasto público que deve ser reduzido, para que o estado cumpra com as exigências de ajuste fiscal estabelecidas pela política econômica e, como parte dessa política, a instituição universitária é encaminhada a migrar para um mercado altamente competitivo, em que as exigências do capital e do mercado impostas pelos financiadores põem em risco a independência da instituição. Profundas crises globais de capital que eclodiram em 2008 e sua manifestação mais

intensa no Brasil, acabaram com a política de reconciliação entre as classes e o governo do PT. Assim, em um arrendamento mercantil, o Governo iniciou a implementação de políticas de austeridade fiscal, para expandir o superávit primário e reduzir os gastos sociais (Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

Com o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016), houve a intensificação do ajuste fiscal, assumindo a Presidência da República o vice-presidente Michel Temer, do PMDB. A partir daí, medidas para aprofundamento do neoliberalismo foram implantadas no país. Conforme afirmam Chaves, Guimarães e Reis (2022, p. 7): “A agenda de retrocessos sociais, iniciada por Dilma Rousseff, foi expandida com contrarreformas que desvalorizaram a força de trabalho e reduziram drasticamente os gastos públicos com políticas sociais”.

Dando continuidade às políticas articuladas no governo Temer, o governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018 para governar o país de 2019 a 2022, coincidindo com o período desta pesquisa, intensifica as políticas neoliberais, gerando retrocessos para as políticas sociais e redirecionamentos nas políticas educacionais, com cortes orçamentários das IFES. Com isso, as “reformas” e ajustes estruturais avançam em sintonia com a expansão do capital, em detrimento das políticas sociais (Silva, 2022). Nesse contexto, face ao cenário exposto da mercadorização² do ensino superior, é importante relatar como a educação superior pública vem se desenvolvendo no país e na Paraíba.

2.1.2 Breve histórico da Educação Superior Pública no Brasil e no estado da Paraíba

As Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, constroem a história da educação superior no Brasil. A oferta ocorre nas universidades, institutos federais, faculdades e centros universitários. Na rede federal de educação superior, temos como integrantes: Universidades Federais (UF), Faculdades, Centro Universitário, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), Centros

² Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado (Sguissardi, 2008, p.1013).

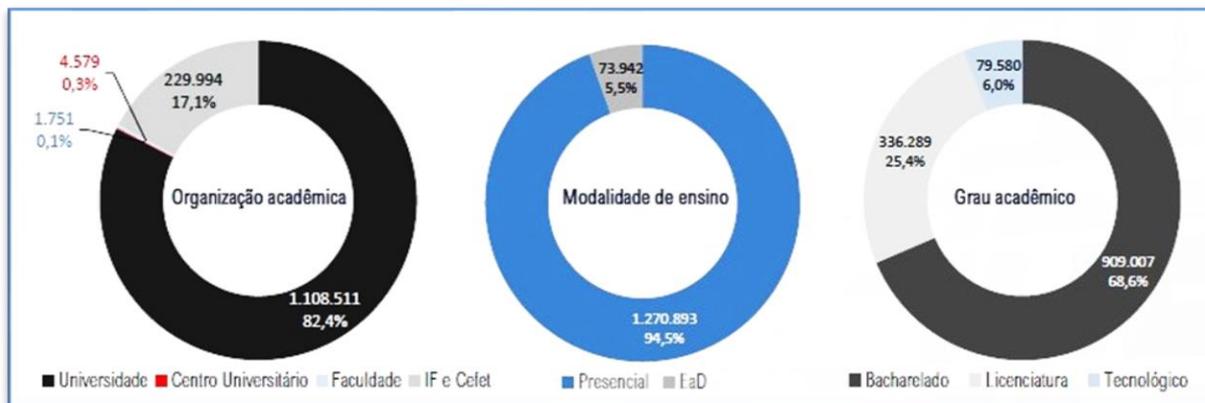
Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Colégio Pedro II, sendo que as três últimas instituições integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O Censo da Educação Superior, no Brasil, é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e fornece informações detalhadas sobre o ensino superior no país, incluindo dados sobre instituições públicas e privadas, número de matrículas, cursos oferecidos, entre outros indicadores. Em outubro de 2023, foi divulgado o Censo da Educação Superior de 2022.

Com o Censo da Educação Superior de 2022, registramos o que já vinha acontecendo desde o Censo 2021, um aumento crescente do número de instituições de educação superior (IES) instaladas no país – em 2012 existiam 2.416 IES, sendo 103 IFES, 116 IEES, 85 IMES e 2.112 IPES; em 2022, o número saltou para 2.595 IES, sendo 120 IFES, 133 IEES, 59 IMES e 2.283 IPES (Brasil, 2012; 2023).

Ainda, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, a rede federal de educação superior conta com 69 universidades e 41 institutos federais/Cefets. Há, ainda, 10 faculdades, uma ligada ao MEC (INES) e 9 vinculadas a outros órgãos (ENCE, ITA, IME, ISCP, EsEFEx, CIAvEx, Facs, EsSLog, ESA), além de 1 Centro Universitário (AMAN). A rede federal de educação superior possui um total de 1.344.835 matrículas em Cursos de Graduação, por Organização Acadêmica e Modalidade de Ensino, segundo a Categoria Administrativa. Isso representa um crescimento significativo em relação aos dados de 2012, quando o total de matrículas era de 1.087.413, um aumento de aproximadamente 23,7%. Estratificando, as Universidades estão com 82,4% das matrículas, os IFs e CEFET com 17,1%; as faculdades e centro universitário com apenas 0,3% do relatório de matrículas apresentado pelo INEP. Quanto ao Grau Acadêmico o maior percentual está nos cursos de Bacharelado(68,6%), seguido pelos cursos de Licenciatura((25,4%) e Cursos Tecnológicos(6%), conforme apresentado na Figura 1, abaixo:

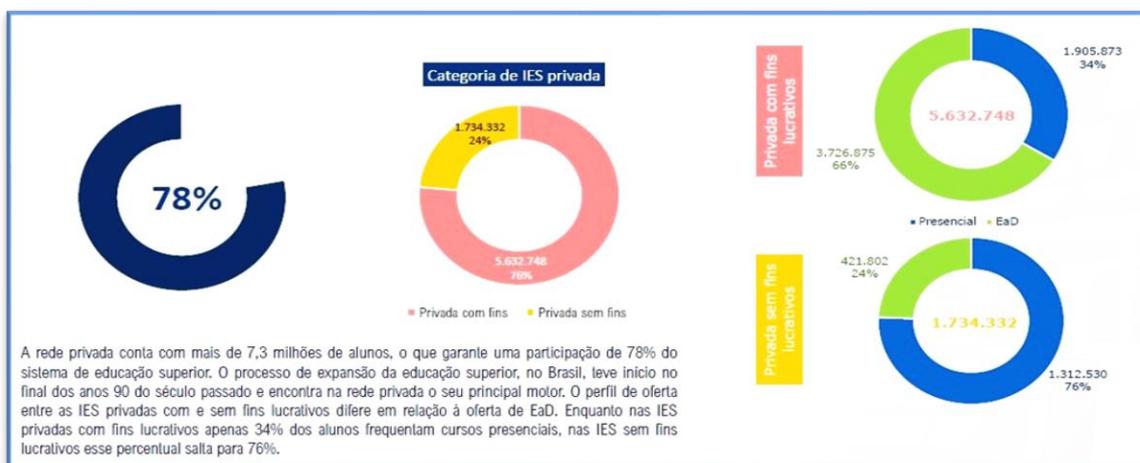
Figura 1 - Evolução do número de matrículas na rede federal de educação superior (Gráfico 32. Distribuição dos 1,3 milhão de alunos matriculados na rede federal de educação superior – Brasil 2022)



Fonte: (INEP/MEC. 2023)

No mesmo relatório, foram apresentados dados da rede privada de educação superior. Essa rede tem crescido e representa 78% das matrículas da educação superior de graduação. Como fatores desse crescimento, podemos citar o aumento da demanda por educação de nível superior, maior acesso ao financiamento estudantil e a busca por uma formação mais especializada, além de cursos mais flexíveis, atraindo estudantes que procuram acomodar suas necessidades pessoais e profissionais. Também foi demonstrado que a rede privada passou a ter mais alunos em educação a distância que a modalidade presencial, conforme demonstrado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Evolução do número de matrículas na rede privada, por modalidade de ensino (Gráfico 36. Participação da rede privada na matrícula de educação superior de graduação – Brasil 2022)



Fonte: (INEP, 2022)

A rede privada conta com mais de 7,3 milhões de alunos, o que garante uma participação de 78% do sistema de educação superior. O processo de expansão da educação superior, no Brasil, teve início no final dos anos 1990 e encontra na rede privada o seu principal motor. Após 2007 ocorreu uma nova fase da expansão da educação superior privada por meio da financeirização dos grandes grupos privado-mercantis que passam a operar na Bolsa de Valores. O perfil de oferta entre as IES privadas com e sem fins lucrativos difere em relação à oferta de EaD. Enquanto nas IES privadas com fins lucrativos apenas 34% dos alunos frequentam cursos presenciais, nas IES sem fins lucrativos esse percentual salta para 76% (Brasil, 2023).

A expansão do ensino federal também foi verificada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), decorrente da criação dos Institutos Federais, impulsionada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A Rede Federal passou de 144 unidades em 2010 para 656 campi em 2022, um crescimento de 355,56%. Destas, 524 unidades (79,88%) ofertam cursos de graduação (PNP, 2022).

Entre a última década do século XX e primeira década do século XXI, é possível perceber-se o contraste entre políticas neoliberais do primeiro período e políticas populares democráticas do segundo período. O Estado Mínimo da década de 1990 foi instrumental em termos de fortalecimento da divisão entre Educação Profissional e ensino propedêutico. Posteriormente, a retomada da expansão da Rede Federal é marcada pelo aumento do número de escolas e universidades. Num contexto histórico marcado pelos altos e baixos da educação profissional, sob o ângulo da dualidade estrutural, que se enquadra a expansão da Rede Federal. Os desafios à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sua transformação em política de Estado exige que o Brasil assuma a Educação Profissional, de modo a garantir a sua continuidade pelos próximos governos contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Certamente, a expansão da Rede Federal da forma como vem sendo executada é algo sem precedentes na história do Brasil (Tavares, 2012).

Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto Federal da Paraíba se consolidou como uma instituição de referência em educação profissional nesse Estado. O IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional,

pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica (BRASIL. 2021).

Tabela 5 - Dados Gerais do IFPB, 2019 a 2022

DADOS DO IFPB					
Características	Anos				% Evolução
	2019	2020	2021	2022	2020-2022
Campi ¹	21	21	21	21	0,00%
Curso Qualificação Profissional (FIC)	51	87	93	37	- 57,47%
Curso Técnico ²	118	131	135	131	0,00%
Curso Superior ³	65	72	73	73	1,39%
Especialização Lato Sensu	13	13	13	12	- 7,69%
Especialização Técnica	0	0	0	1	-
Mestrado	1	1	1	1	0,00%
Mestrado Profissional	3	5	5	4	- 20,00%
Servidores	2.390	2.489	2.465	2.552	2,53%
Matrículas ET ⁴	16.243	20.285	24.320	18.764	- 7,50%
Matrículas Superior ⁵	15.010	16.670	20.844	15.122	- 9,29%
Total Matrículas	31.253	36.955	45.164	33.886	-8,30%

Fonte: PNP (2019 a 2022);

Notas: 1 - Caracterizado como Campus e Campus Avançado; 2 - Abrange: Modalidades presencial e a distância. 3 - Abrange: Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia; 4 – Abrange: Curso FIC, Técnico e Especialização Técnica; 5 – Abrange: Cursos Tecnologia, Licenciatura, Especialização, Mestrado.

Após protocolar por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação-Fala.BR³, protocolo NUP 0104881.00001366/2024- 03, recebemos como resposta as informações referente ao decréscimo do número de matrículas do IFPB entre 2021 e 2022. O Ofício 2/2024 - PI/Reitoria/IFPB, de 06 de maio de 2024 relatou e justificou a variação do número de matrículas que a Tabela 5 – Dados Gerais do IFPB, 2019 a 2022 sugere, conforme relatado a seguir.

De acordo com o definido no guia de referência metodológica da Plataforma Nilo Peçanha – PNP, disponível no endereço <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/referencia-metodologica>, Matrículas é a quantidade de alunos que estiveram com matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência. O número de matrículas atendidas é composto pelo número de estudantes em curso, concluintes e

³ O Fala.BR é uma plataforma desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) com a finalidade de integrar ouvidoria e o acesso à informação do Poder Executivo Federal, permitindo encaminhamento de informações, sugestões, reclamações ou elogios.

evadidos no ano de referência. Sendo que os estudantes em curso são constituídos por estudantes em fluxo e retidos, e os ingressantes estão contabilizados no grupo de estudantes em fluxo.

Para entender as variações ocorridas no número de matrículas é necessário analisar os dados relacionados ao quantitativo de vagas ofertadas, ingressantes, concluintes, retidos e evadidos para cada tipo de curso ofertado no período, de forma individual. Também é necessário observar que estes indicadores dependem dos resultados apresentados em anos anteriores. Um fator importante, representado por estes indicadores no período analisado (2019-2022), é que os resultados não podem ser observados sem uma contextualização com os impactos causados em todo o mundo pela pandemia de Covid-19, que resultou entre outras consequências, na interrupção de calendário acadêmico e de oferta de novas vagas, retenção dos alunos em fluxo e mudanças drásticas no processo de ensino-aprendizagem. As diversas ações desenvolvidas no âmbito do IFPB para o enfrentamento das consequências do Coronavírus (COVID-19), e com impactos nos indicadores relacionados as matrículas, podem ser verificadas nas Resoluções emitidas pelo Conselho Superior do IFPB, disponíveis no Portal de Transparência da Instituição, acessível através do endereço <https://www.ifpb.edu.br/transparencia>.

É possível evidenciar os fatores expostos através da análise dos indicadores disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha – PNP no período entre 2019 e 2022 para o IFPB. E considerando que no IFPB, os cursos de Bacharelado, Licenciatura, Tecnologia e Qualificação Profissional (FIC) foram os cursos que tiveram maiores contribuições para as variações no número de matrículas entre 2021 e 2022, será apresentado abaixo uma análise de alguns indicadores para estes tipos de ofertas. Por esse entendimento, é importante observar que os dados estatísticos apresentados na PNP consideram o calendário civil, e que o calendário acadêmico do IFPB entre os anos de 2020 e 2022 não coincidiram com o calendário civil.

A análise do número de matrículas precisa considerar o número de vagas ofertadas em cursos de qualificação profissional. E conforme apresentado na análise dos indicadores para o período, o principal fator, responsável pela variação do número de matrículas do IFPB entre 2021 e 2022, foram as matrículas ofertadas através dos processos seletivos para preenchimento de vagas em Cursos de Formação Inicial e

Continuada (FIC) do Programa Novos Caminhos, lançado pelo Governo Federal através da SETEC/MEC, a exemplo das 7900 vagas ofertadas através Edital Proexc Nº 010, de 10 de junho de 2020 da Pró-Reitora de Extensão e Cultura do IFPB, disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/editais/extensao/editais-2020>.

Como os cursos FIC não são de oferta regular, ao final do curso o aluno deve ter a situação de matrícula registrada como aprovado, reprovado ou abandono, não sendo possível a retenção de estudantes para este tipo de curso. No entanto, devido as diferenças entre o calendário civil e o letivo no período analisado, o número de estudantes retidos em cursos FIC é diferente de zero entre 2020 e 2022. Com destaque para o ano de 2020, que dos 5982 alunos ingressantes, 5299 foram contabilizados como retidos no ano civil de 2020.

A interrupção do calendário letivo e as consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia da Covid- 19, tiveram grande impacto para o público-alvo dos cursos FIC, gerando o aumento do número de alunos evadidos entre 2021 e 2022.

A exemplo do que ocorreu com os cursos de educação superior, a análise dos indicadores para os cursos FIC no período analisado demonstra que o número de matrículas em 2022 representa uma correção, com os valores dos indicadores próximos dos apresentados em 2019, antes da pandemia de COVID- 19.

A análise detalhada dos diversos indicadores disponíveis na PNP é crucial para compreender as variações no número de matrículas, considerando fatores como vagas ofertadas, ingressantes, concluintes, retidos e evadidos, e sua dependência com os resultados de anos anteriores. Não sendo possível identificar as causas ou justificativas para variações do número de matrículas, ou qualquer outro indicador, apenas observando os resultados atribuídos ao indicador.

A análise dos dados sugere que a queda nas matrículas do IFPB entre 2021 e 2022 representa, em grande medida, um ajuste após os efeitos causados pela pandemia de Covid-19. O alinhamento dos indicadores em 2022 com os valores apresentados em 2019 indica uma tendência esperada, especialmente considerando a similaridade nos números de ingressantes, concluintes e evadidos. Além disso, o aumento nas matrículas de cursos FIC, principal responsável pelo incremento e decréscimo do número de matrículas no período analisado, está diretamente relacionado às políticas governamentais de oferta de vagas.

O IFPB oferta Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Cursos da Educação Superior. No ano de 2022 conta com 33,8 mil estudantes matriculados. Trata-se de uma Instituição comprometida com um projeto de sociedade que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos capaz de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana (Brasil, 2023).

No geral, os investimentos públicos na Rede Federal contribuíram para a expansão da Educação, por intermédio do IFPB, no Estado da Paraíba, o qual passou a contar com várias unidades de ensino distribuídos de forma equânime, atendendo a algumas das mais longínquas regiões do estado.

2.1.3 Extensão Universitária no Brasil

A Extensão Universitária no Brasil, configura-se, em cada momento, como resultante da dinâmica dos processos sociais, econômicos, históricos e culturais. O seu reconhecimento está ancorado em marcos legais e em orientações estabelecidas a partir das discussões realizadas nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT) e das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que trazem contribuições de expressiva relevância à prática extensionista, por meio do regimento, de conceitos, princípios, objetivos e diretrizes norteadoras das Políticas Institucionais de Extensão Universitária (Brasil, 2021).

As primeiras experiências de Extensão universitária Brasileira remontam ao início do século XX, com práticas influenciadas pelas universidades populares europeias e pela prestação de serviços da Extensão universitária estadunidense. A Universidade Popular de São Paulo, criada em 1911, consolidou os cursos como o primeiro tipo de ação de Extensão no país, porém, como afirma Gurgel (1986), os cursos desenvolvidos na época estavam totalmente desconectados da realidade acadêmica e, portanto, receberam pouco interesse da comunidade local. Ainda assim, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, e na Escola Agrícola de Lavras, ambas em Minas Gerais, na década de 1920, o panorama da Extensão universitária foi revitalizado em ações em prol dos fazendeiros que dominavam a

região, valendo-se da prestação de serviços de assistência técnica na agricultura e pecuária (Pereira, 2019).

Desde a criação da Associação Nacional dos Estudantes (UNE), a atuação do movimento estudantil tem realçado o avanço do conceito de Extensão, por meio do estreitamento das relações com a população, fortalecendo as exigências de justiça social, proteção do cidadão e ensino gratuito e o combate à lógica de gestão empresarial vigente nas universidades (Pereira, 2019).

Iniciando aqui as discussões deste trabalho quanto ao arcabouço legal que tem regulamentado a Extensão na educação superior, no decorrer da história, citamos o Decreto n.º 19.851/1931 - dispõe que a Extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário (Brasil, 1931).

Durante décadas, questões relativas à Extensão universitária aconteceram timidamente, limitadas a ações decorrentes do ensino e da pesquisa. Para Paula (2013, p. 14), essa “incipiência institucional não impediu que a Extensão universitária tivesse considerável papel na luta pela transformação social do Brasil no âmbito das lutas pelas reformas estruturais, que se deram nos anos 1950 até 1964”.

Ademais, há outras leis nacionais que tratam da educação superior no Brasil: Lei nº 4.024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata a Extensão de forma vaga, relacionando apenas a ministração de cursos de especialização, aperfeiçoamento e Extensão (Brasil, 1961), e a Lei 5.540/68, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, instituindo a Extensão Universitária, mas ainda sem fazer referência à dimensão constitutiva da universidade, sem conexão com o ensino e a pesquisa. Essa conexão está prevista em legislação: “As instituições de ensino superior por meio de suas atividades de Extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (Brasil, 1968).

Ainda nesta década, mesmo com a conjuntura da ditadura, com o golpe militar de 1964, foram desenvolvidos dois programas de Extensão que mereceram registro. Trata-se do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)

e o Projeto Rondon (Nogueira, 2013). O CRUTAC iniciou-se em 1965, na UFRN, inicialmente, com os alunos da área da saúde, expandindo-se depois para os cursos das demais áreas. O contato com as camadas mais carentes da população estava em sintonia com o governo militar, interessado em demonstrar para a sociedade civil a preocupação com as classes desvalidas. Em cinco anos, o programa chegou a ter 22 unidades concentradas nas regiões Norte e Nordeste, sempre ligadas às universidades (Nogueira, 2013).

Em 1966, na Universidade do Estado da Guanabara, foi lançado o projeto Rondon, em um evento em que foi discutido o tema educação e segurança nacional. Por meio do Decreto nº 62.927/68, esse projeto foi instituído, oficialmente, em nível nacional, vinculado ao Ministério do Interior (MINTER). Tem sua fundamentação filosófica alicerçada em um conjunto de princípios marcados pelas ideias de desenvolvimento e segurança nacional. Os alunos são selecionados para as chamadas “operações Nacionais”, de cunho social, sem a interferência das universidades, constituindo, assim, ações desvinculadas das outras atividades acadêmicas – ensino e pesquisa.

Diante das críticas ao caráter esporádico, pelos participantes e da falta de continuidade das ações realizadas, o Governo Federal criou o programa Campi Avançados, que eram unidades físicas, administradas por universidades de outras regiões do país. Em cinco anos, foram criados 22 Campi avançados. O Programa foi duramente criticado pela comunidade acadêmica da região norte, por não estabelecer cooperação e parceria com as universidades regionais, ignorando o conhecimento gerado e as reflexões sobre as questões locais e regionais. O Projeto Rondon foi extinto em 1989, e parte de sua estrutura foi assumida por universidades da região Norte, que também assumiram o desenvolvimento das atividades regulares, como cursos de graduação para professores. Podemos destacar a ação de implantação, em 1987, de 40 cursos de graduação no interior do estado do Pará, por meio do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará (Nogueira, 2013).

Na década de 1970, novas iniciativas foram implementadas, como a criação da Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, que teve como atribuição propor o fortalecimento e a institucionalização da Extensão Universitária. Entre as propostas dessa Comissão, em 1974, foi criada a Coordenação das

Atividades de Extensão (CODAE). Uma das primeiras iniciativas dessa coordenação foi a elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Em novembro de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, (FORPROEX). A instituição do Fórum foi a base para uma nova configuração da Extensão universitária no Brasil, com inegáveis contribuições, seja na efetivação da institucionalização da Extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, seja na afirmação do caráter indispensável da Extensão para a plena realização dos objetivos da universidade, seja na elaboração da política de Extensão, ou na definição das políticas públicas de fomento à Extensão (Paula, 2013, p. 20).

Em várias passagens da Constituição de 1988, veem-se menções à institucionalização e regulamentação da Extensão. Isso está posto primeiro no seu Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão”. Neste mesmo artigo, foi incluído o § 2º: “O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica”, resultado da Emenda Constitucional nº 11, de 1996. Em 2015, por meio da Emenda Constitucional nº 85, reforçou-se tal iniciativa, com a inclusão do parágrafo segundo no Art. 213: “As atividades de pesquisa, de Extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (Brasil, 1988).

A LDB, Lei nº 9.394/1996, estabelece a Extensão como uma das finalidades da universidade. Em seu Art. 43, a LDB diz objetivar: “promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Também faz referência à institucionalização de apoio financeiro do poder público para atividades de Extensão e Pesquisa, conforme disposto em seu art. 77, “As atividades universitárias de pesquisa e Extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo” (Brasil, 1996).

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de

Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, foi publicado no ano 2000 e traz o reconhecimento legal da Extensão como atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), dando à comunidade acadêmica as condições e o lugar para a conceituação da Extensão no I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado na cidade de Natal-RN, em 8 de maio de 1998: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2000).

Ainda mais, foi publicada a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010, em que a Extensão está contemplada em duas metas, M4 e M5:

M4-6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da Extensão e da gestão acadêmica;
M4-7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de Extensão e no caso das universidades, também de pesquisa;
M5-21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de Extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional;
M5-22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da Extensão;
M5-23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Em 2003, a União Nacional dos Estudantes (UNE) fez ressurgir a luta para a reativação do Projeto Rondon, apresentou a proposta para o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva que aprovou o novo plano estratégico, embasando o relançamento, e por meio do Decreto presidencial de 14 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005).

O projeto Rondon foi recriado e em 2019 este Decreto foi substituído pelo Decreto nº 9848, de 21 de junho de 2019 (Brasil, 2019), em uma versão que lembra

antigas "Operações Nacionais" e que tiveram muitas críticas de membros da comunidade acadêmica das universidades participantes pela curta duração da atuação das equipes nas regiões visitadas e pela falta de continuidade das ações. Desde então, o programa tem funcionado bem, atraindo universidades de todo o país, embora apresente fragilidades como o modelo desenvolvido na década de 1960, pois o tempo consumido pelas equipes nas comunidades não é suficiente para desenvolver ações de sustentabilidade, como programas e projetos; moradores de municípios e comunidade acadêmica também têm expectativas que não são atendidas. As diretrizes da Extensão, como impacto social, articulação entre a Extensão, o ensino e a pesquisa e também a interação dialógica com as populações locais dificilmente também serão atendidas (Nogueira, 2013).

Dentre muitos resultados positivos para a Extensão universitária no Brasil, foi promulgado o Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que, em seu Art. 1º, “estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais”. A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do MEC e levarão em consideração a garantia de recursos públicos para o financiamento de programas institucionalizados de Extensão (Brasil, 2010).

Em 2012, foi publicada a Política Nacional de Extensão Universitária, documento formulado, organizado e deliberado no âmbito do FORPROEX. Trata-se de “instrumento efetivo na (re) formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012, p. 8). Nesse sentido, verifica-se, portanto, a contribuição significativa que se pretende alcançar para o desenvolvimento da Extensão nas IES e que nos trouxe um avanço no respaldo de garantia da Extensão como papel importante no cenário da educação superior brasileira, chegando a integrar, ao lado da pesquisa e do ensino, a tríade universitária.

Anualmente, os Fóruns FORPROEX e FORPROEXT se organizam para discutir as políticas nacionais de Extensão, elaborando e aprovando diretrizes que estabelecem e servem de base para as políticas institucionais nas Instituições Públicas de Ensino Superior, respeitando-se com autonomia e liberdade de decisão

sobre suas ações e atividades de Extensão a desenvolver.

Os conceitos norteadores das ações extensionistas, considerando o processo de mudança histórica, social e cultural de cada época, são reelaborados ao longo da história, mas todos eles têm como princípio o que foi definido no I Encontro Nacional do FORPROEX (1998): “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

A Política Nacional de Extensão surgiu por meio de um debate amplo, discussões centradas, entendimentos e avaliações do que vinha sendo desenvolvido nas IPES desde a publicação pelo FORPROEX do Plano Nacional de Extensão, no qual “a Extensão se apresenta como prática acadêmica(sic) tendo como objetivo interligar as Instituições de Ensino Superior, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade” (FORPROEX, 2000).

Assim, após dois Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, o FORPROEX apresenta às IPES e à sociedade o conceito de Extensão Universitária: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

Na Política Nacional de Extensão, a diretriz Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão reafirmam

a Extensão Universitária como processo acadêmico. Assim, as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo do ensino e da pesquisa (FORPROEX, 2012).

Com o objetivo de nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária, a Política Nacional de Extensão classificou as ações de extensão em oito áreas temáticas: educação, comunicação, direitos humanos e justiça, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, cultura e trabalho (FORPROEX, 2012).

Dentre várias partes relacionadas ao tema da pesquisa a Política Nacional de Extensão apresenta como objetivo para defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos além do

capítulo afirmando que o fortalecimento da Extensão Universitária depende de mudanças em seu processo de financiamento, de forma a garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior estabilidade, solidez e transparência destes, assim como sua focalização em áreas prioritárias (FORPROEX, 2012).

Com a aprovação da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE 2014-2024), a importância da Extensão foi regulamentada e estabelecida em 4 metas: M09, M12, M13 e M14, superando o PNE anterior:

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população; 12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; 13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão; 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (Brasil,2014).

Uma das metas de maior respaldo e contribuição para a expansão da Extensão universitária foi a 12.7 (PNE 2014-2024) que determina o cumprimento da obrigação de destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação para as atividades de extensão.

Visando regulamentar as atividades acadêmicas de extensão conforme o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi publicada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país”. Desse modo, a Extensão fica definida como:

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

A Lei do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, incumbiu ao INEP a responsabilidade de publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Em junho de 2022, foi publicado o Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do PNE – 2022, importante instrumento com subsídios à avaliação e ao planejamento de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade para todos. O último biênio foi desafiante para se garantir um acompanhamento mais apurado das metas, face à pandemia da Covid-19, ocasionando medidas sanitárias de isolamento social e forçando muitas instituições a restringirem suas atividades presenciais e criarem formas alternativas de organização do trabalho. Além disso, esse contexto pandêmico impactou a coleta de dados por parte das instituições produtoras, que precisaram adotar, em caráter de urgência, novas maneiras de captação da informação e restrições quanto a coletas previamente programadas (INEP/MEC, 2022).

Com o início do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também conhecido como "Governo Lula 3", no período de 2023 - 2026, o presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, cujas atividades foram encerradas em dezembro de 2022, senador Flávio Arns (PSB-PR), entregou ao Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, o Relatório Final da Subcomissão, que monitorou e avaliou os impactos da pandemia sobre a educação bem como propôs 30 recomendações para a recuperação dos sistemas de ensino com vistas à formulação de uma agenda estratégica para os próximos anos. Segue registrado que a primeira recomendação do relatório foi direcionada ao Ministério da Educação, nos seguintes termos: “posicionar o Plano Nacional de Educação como elemento central do planejamento das políticas educacionais nos próximos anos, tanto no que se refere ao atual PNE quanto relativamente aos debates para a elaboração do novo plano” (Agência Senado, 2023).

Instrumento basilar das políticas públicas educacionais brasileiras, o segundo Plano Nacional de Educação (PNE) está a pouco mais de um ano de encerrar sua

vigência. O cenário é desolador: a maior parte das 20 metas não foram alcançadas e mesmo as que foram apontam para uma realidade de estagnação ou retrocesso. Em breve, o Governo Federal terá de enviar ao Congresso Nacional um novo projeto de lei com o PNE para o próximo decênio – o atual finda sua vigência em junho de 2024. A nova proposta terá de repetir boa parte das metas não executadas na primeira e na segunda versões do plano, esta última muito prejudicada por cortes orçamentários e pela pandemia da Covid-19 nos últimos três anos (AGÊNCIA SENADO, 2023).

Nesse Ínterim, O FORPROEX, continua com uma agenda estratégica de debates e discussões quanto às diretrizes básicas para políticas de Extensão bem como na busca de apoio e fomento no âmbito das agências governamentais do MEC e das próprias universidades.

Neste tópico encerramos a linha temporal da Extensão universitária no Brasil. A seguir, abordaremos mais detalhadamente a Política Nacional de Extensão Universitária, resultado de esforços e lutas pela institucionalização da Extensão nas IPES pelo FORPROEX.

2.1.4 Importância do papel da Extensão na formação universitária

As Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) reconhecem a Extensão como atividade essencial para o desenvolvimento de sua missão principal e atividade fim, buscando o diálogo entre o conhecimento produzido na academia e as demandas da sociedade, promovendo a integração entre esses interlocutores. Tal visão é reafirmada pelos fóruns, FORPROEX e FORPROEXT, que lutam pela institucionalização das ações de Extensão. Para viabilizar essas atividades, o financiamento da Extensão deve ser uma preocupação constante das instituições, buscando alternativas para garantir sua continuidade e ampliação de suas ações, uma vez que as atividades de Extensão nem sempre geram recursos financeiros suficientes para sua realização, logo dependem de recursos externos para financiar suas atividades.

O FORPROEX desenvolveu, de forma ampla e participativa, a Política Nacional de Extensão Universitária, que teve como norteador o Plano Nacional de

Extensão Universitária, publicado em 1999. Entre as iniciativas citadas nesta política, temos:

- I. A inserção da Extensão Universitária no Decreto nº 7.233, de 2010 (Brasil, 2010), que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais, no âmbito do MEC;
- II. inclusão da Extensão Universitária nos planos plurianuais do Governo Federal;
- III. criação de um Fundo Nacional de Extensão e, por fim;
- IV. a ampliação do escopo dos editais das agências de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais (FORPROEX, 2015).

O fortalecimento da Extensão Universitária depende de mudanças em seu processo de financiamento, de forma a garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior estabilidade, solidez e transparência em seu repasse, assim como sua focalização em áreas prioritárias. A estabilidade, solidez e transparência do financiamento são logradas principalmente pela garantia de recursos públicos, tanto da União, estados e municípios quanto das próprias Universidades, desde que alocados por meio de procedimentos publicizados e compreensíveis ao cidadão comum. É importante ainda que essa alocação seja feita de forma integrada, priorizando-se o financiamento de projetos e programas, de forma a se superar a fragmentação e o caráter eventual do financiamento, maximizando-se, assim, sua utilização. A focalização de recursos pode ser alcançada por meio de editais, cuja multiplicação tem possibilitado a expansão da Extensão Universitária. Considerando o importante efeito desses instrumentos na indução das políticas públicas, são necessários, doravante, esforços no sentido de garantir sua incidência sobre as áreas de atuação definidas como prioritárias da Extensão Universitária (FORPROEX, 2015).

A contribuição do FORPROEX é marcante para a promoção e institucionalização da Extensão nas IPES. Com isso, a Extensão tem se tornado cada vez mais importante no ensino superior brasileiro, passando a fazer parte, ao lado da pesquisa e do ensino, das dimensões de sustentação da universidade. Além do conceito e da institucionalização aqui discutidos, o documento original do FORPROEX também abordou a questão do financiamento da Extensão e, de certa forma, influenciou a redação do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Este instrumento legal destina-se à existência de programas de Extensão cujo financiamento esteja

condicionado à utilização de indicadores de monitoramento (Castro, 2019).

Ademais, ressaltada toda a força e contribuição para a importância e desenvolvimento, na formação universitária, da Extensão a qual se sustenta no arcabouço regimental das universidades públicas e nos marcos legais existentes, quais sejam:

- I. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, onde se estabelece para as Universidades o “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão”;
- II. a Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu Art. 43, do qual se depreende que a educação superior tem finalidades direta e indiretamente relacionadas às atividades de Extensão;
- III. o PNE (2001-2010) de cujas metas expressas alusivas à educação superior, duas se referem à Extensão;
- IV. o PNE (2014-2024) com a meta 12.7, instituindo assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
- V. a Lei nº 11.892/08 que institui a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ressaltando a vinculação da Extensão, quer seja nos objetivos quer seja na finalidade, Art. 6º, Inciso VII, “desenvolver programas de Extensão e de divulgação científica e tecnológica”;
- VI. a Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Art. 9º “conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo;
- VII. o Decreto nº 7.233/2010, que trata de fomento para atividades de extensão;
- VIII. o Plano Nacional de Extensão;
- IX. a Política Nacional de Extensão Universitária;
- X. os PNEs e
- XI. a Resolução de nº 7/2018.

Assim, em relação a todos esses normativos, Castro (2019) ainda insere algo

importante e declara: “Outra importante contribuição do FORPROEX para consolidar a Extensão como área estratégica das IES diz respeito à inserção do princípio da indissociabilidade na CF/88, tornando-o princípio constitucional”.

O normativo que atualiza o conceito e estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira é a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, pois está regulamentando o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Segundo seu Art. 1º:

Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira expressas na Resolução nº 7/2018 regulamentam as atividades acadêmicas de Extensão, integrando-a à matriz curricular dos cursos de graduação. Desse modo, a Extensão fica definida como:

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, as ações de Extensão se inserem nas seguintes modalidades: Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços. Essa Resolução também esclarece que, além dos programas institucionais, eventualmente podem-se oferecer programas de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional. Ainda, conforme essa resolução, as atividades de Extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que se estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes (Brasil, 2018).

A discussão continua, os movimentos pelos fóruns FORPROEX e FORPROEXT também não param, com seus encontros sistematizados, sem perder de vista os movimentos resultantes da dinâmica dos processos sociais, históricos, políticos e culturais. Enfim, a Extensão tem avançado bastante ao longo da história,

mas tem muito a avançar com os desafios impostos pela Resolução nº 7/2018 e na defesa do financiamento de suas ações.

2.2. Política de Extensão no IFPB

2.2.1 Abordagem histórica

O caminho percorrido pela Extensão no IFPB segue os parâmetros práticos e conceituais oriundos da Extensão universitária brasileira, também reflete os posicionamentos ideológicos próprios de cada conjuntura histórica, desde meados do século XX (Brasil, 2021).

Como citado repetidamente, o FORPROEX travou muitas discussões defendendo e sistematizando a concepção e institucionalização da Extensão nas IPES na década de 1980. Enquanto isso, a ETEPB seguia desenvolvendo suas práticas cotidianas, apresentando divergências e semelhanças com a definição de Extensão, que, posteriormente, serviram de base para a extensão tecnológica, iniciada com o processo de transformação de Escola Técnica para CEFET, consolidado no final dos anos de 1990.

Ademais, na década de 1990, ações com similitude à Extensão foram desenvolvidas pela ETEPB, nos municípios em que funcionavam a sede e a Unidade de Ensino Descentralizada, em João Pessoa e Cajazeiras, respectivamente. Essas ações eram executadas pelo DAE - Departamento de Apoio e de Extensão e, mais adiante, com a mudança de nome, pela DIREC - Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (Brasil, 2021).

Importante registrar que a criação, em 1997, da Fundação de Educação Tecnologia e Cultura da Paraíba (FUNETEC/PB) foi muito importante para viabilizar parte das ações de extensão, por meio de parcerias. Nesse sentido, o Decreto presidencial de 22 de março de 1999 foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), mediante transformação e mudança de denominação da autarquia "Escola Técnica Federal da Paraíba" (Brasil, 1999).

Por meio dessa alteração, a instituição passou a ter autonomia para a criação

de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional e para atender ao novo propósito de instituição de nível superior. Até essa época, as ações de extensão tinham praticamente essas finalidades: “Prestar serviços de consultoria, assistência técnica e tecnológica ao setor produtivo e à comunidade em geral; oferecer educação continuada, proporcionando atualização e aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica, em sintonia com o mundo do trabalho” (CEFET/PB, 2006). Na implantação do CEFET-PB, a DIREC transformou-se em Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) e passou a agregar programas por meio de aprovação em chamadas públicas:

Casa Brasil, projeto de inclusão digital; Escola de Fábrica; Mulheres Mil; a criação de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES); REDEVIVA; MDS, Turismo Rural Sustentável; além da criação do Núcleo de Extensão e Educação Profissional (NEEP), o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (NACE) e o Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha (OLIVEIRA *et al.*, 2019, p. 3).

Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com esse dispositivo, implementa-se o Instituto Federal da Paraíba, fruto da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa.

Por meio dessa Lei, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais, como instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

Com efeito da supracitada lei, os Institutos Federais adquirem “natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Brasil, 2008). Conforme Art. 11º da Lei nº 11.892, os Institutos Federais são constituídos por um órgão executivo – com reitoria e cinco pró-reitorias. Cumprindo essa determinação, o IFPB estabeleceu sua estrutura da seguinte forma:

- I. Pró-Reitoria de Ensino;
- II. Pró-Reitoria de Extensão;
- III. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
- IV. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; e
- V. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização.

Após a alteração do Estatuto do IFPB, em 2015, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) passou a incorporar a Cultura e assumiu a denominação de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), levando em consideração que a relação dialógica proporcionada por meio do fazer extensionista é o encontro e o compartilhamento de culturas (Brasil, 2017).

A Lei nº 11.892/2008 apresenta, como um dos objetivos dos Institutos, o desenvolvimento de atividades de Extensão, com ênfase na divulgação científica e tecnológica (Brasil, 2008), de modo a cumprir a finalidade da educação profissional e tecnológica e, nesse sentido, prevê o desenvolvimento de atividades de Extensão alinhadas com a educação profissional e tecnológica, integrando-se ao mercado de trabalho e aos segmentos sociais, com foco na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

2.2.2 Marcos Normativos da Extensão no IFPB

A Política de Extensão do IFPB é o marco normativo mais recente da história da Extensão no IFPB. É um instrumento que norteia o fazer extensionista, abrangendo desde a concepção, os princípios, as diretrizes e as formas de execução até as orientações de elaboração, de implementação e de avaliação das ações extensionistas (Brasil, 2021).

Nesse sentido, alicerçada no ordenamento jurídico, a Política de Extensão e Cultura do IFPB se desenvolve em consonância com as políticas de educação profissional e com as políticas públicas Brasileiras e da Paraíba, na promoção de iniciativas que expressam o compromisso social com todas as áreas instituídas na Política Nacional de Extensão: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho.

Entre os documentos que regem e orientam o desenvolvimento da extensão e da política cultural, o IFPB possui normativos para as mais diversas áreas: prestação de serviços de Extensão; atribuições do Comitê de Extensão; Pronatec; relação com a Fundação de Apoio; Coordenação de Extensão; cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; política de cultura; programas institucionais; concepções e processos dos fazeres extensionistas; núcleos de Extensão; concepções e práticas dos empreendimentos sociais, incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários; empresas juniores; grupos artísticos e coletivos culturais; produção e publicação editorial; e registro e certificação das ações (Brasil, 2021).

Além da base legal da extensão universitária nacional, com o fim de sistematizar o ordenamento institucional inerente à Extensão, sendo bastante extenso, não cabe aqui, minúcias a esse respeito, motivo pelo qual, citaremos apenas as regulamentações, sem pormenorizá-las. No Quadro 3, adiante, está disponibilizado o conjunto de normativas que regulamentam as ações de Extensão no IFPB por ordem cronológica.

Tabela 6 - Conjunto de normativos reguladores da Extensão no IFPB

Ano	Normas	Dispõe sobre
2010	Resolução nº 64/2010 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre o Regulamento da Prestação de Serviços de Extensão no âmbito do IFPB.
2011	Resolução nº 128/2011 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre a instituição e definição das atribuições do Comitê de Extensão do IFPB
2012	Resolução nº 179/2012 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre as relações de projetos de ensino, pesquisa e extensão contratados com a fundação de apoio FUNETEC.
2012	Resolução nº 46/2012 - COMSUPER/IFPB	Dispõe sobre o Regulamento do Programa Nacional de Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, no âmbito do IFPB
2012	Resolução nº 75/2012 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre as relações de projetos de ensino, pesquisa e extensão contratados com a fundação de apoio FUNETEC
2013	Resolução nº 177/2013 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre a importância das Coordenações de Extensão dos Campus do IFPB.
2015	Resolução nº 140/2015 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre a Política de Produção e Promoção da Diversidade Artístico- Cultural no âmbito do IFPB
2017	Nota Técnica nº 07/2017 - PROEXC	Dispõe sobre a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Solidários no IFPB.
2017	Nota Técnica nº	Dispõe sobre normas de criação e funcionamento de Empresas

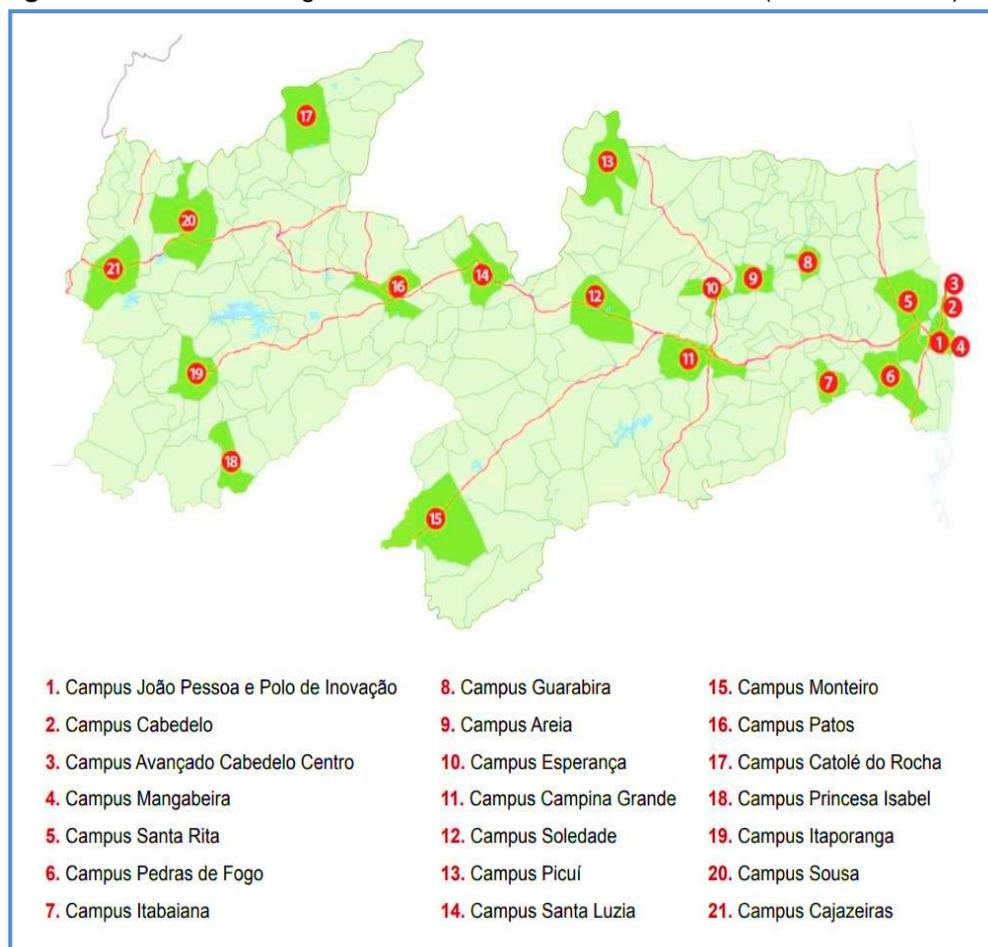
	08/2017 - PROEXC	Juniores no âmbito do IFPB.
2017	Nota Técnica nº 10/2017 - PROEXC	Dispõe sobre o Programa Cultura em Rede do IFPB.
2017	Nota Técnica nº 11/2017 - PROEXC	Dispõe sobre a produção e publicação de livros e periódicos realizados no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.
2017	Nota Técnica nº 13/2017 - PROEXC	Dispõe sobre a prestação de contas das atividades de Extensão e Cultura
2017	Nota Técnica nº 14/2017 - PROEXC	Dispõe sobre o Programa Educomunicação PROEXC/IFPB.
2018	Nota Técnica nº 01/2018 - PROEXC	Retifica a Nota Técnica nº 15/2017/PROEXC que dispõe sobre a Prestação de Contas das atividades de Extensão e Cultura, no âmbito do IFPB.
2018	Nota Técnica nº 02/2018 - PROEXC	Dispõe sobre as Redes Operativas para o Trabalho no tocante à prestação de serviços.
2019	Resolução nº 78/2019 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional (FIC), no âmbito do IFPB.
2021	Instrução Normativa Nº 01/2021	Dispõe sobre orientações complementares quanto ao desenvolvimento de ações de extensão e cultura no âmbito do IFPB, durante o período de suspensão das atividades presenciais.
2021	Resolução AR nº 84/2021- CONSUPER/IFPB	Institui ad referendum as Diretrizes para Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).
2021	Resolução Nº 96/2021 - CONSUPER/IFPB	Dispõe sobre aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB
2022	Instrução Normativa nº 04/2022	Dispõe sobre normas e procedimentos de submissão, registro e certificação de ações e atividades continuadas de extensão e cultura realizadas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).
2022	Instrução Normativa nº 05/2022	Dispõe sobre a regulamentação e as diretrizes de funcionamento dos Núcleos de Extensão Rede Rizoma - NERR, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.
2022	Instrução Normativa nº 06/2022	Dispõe sobre orientações e procedimentos para realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC ou Qualificação Profissional, em complementação à Resolução-CS Nº 78, de 13 de dezembro de 2019, do IFPB.
2022	Instrução Normativa nº 07/2022	Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Eventos de Extensão e Cultura no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).
2022	Instrução Normativa nº 08/2022	Dispõe sobre a regulamentação do Programa Institucional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – PROAF/IFPB.
2022	Resolução nº 34/2022 CONSUPER/IFPB	Convalidar a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB
2022	Resolução nº 47/2022 - CONSUPER/IFPB	Convalida a Resolução AR Nº 38/2019 do Conselho Superior do dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

FONTE: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2023)

Essas normativas têm contribuído para o desenvolvimento e a consolidação das ações de extensão, proporcionando sua institucionalidade e reconhecimento no âmbito do IFPB.

Atuando primordialmente na Paraíba, em 19 municípios, com 21 campi, mas não excluindo os cenários nacional ou internacional, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Comércio, Construção Civil, Educação, Geomática, Gestão, Indústria, Informática, Letras, Meio Ambiente, Química, Recursos Pesqueiros, Agropecuária, Saúde, Telecomunicações e Turismo e Hospitalidade. O Instituto Federal da Paraíba procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, pesquisa e extensão, primordialmente, às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do Instituto Federal se estenda além das divisas do estado, conforme se pode verificar na Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Área de Abrangência do Instituto Federal da Paraíba (PDI 2020-2024)



Fonte: IFPB (2020).

A Extensão do IFPB avançou em termos conceituais e também na diversificação territorial e das ações; ampliou o seu escopo dos programas institucionais de fomento entre outros potenciais. Desafios estão por vir, assim é a luta pelo modelo de formação profissional, científica e tecnológica, a partir de uma instituição de educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Por meio da Extensão, esse modelo se insere em uma posição dialógica com a sociedade, com vistas à superação das problemáticas do terceiro mundo. Na perspectiva de construção do fazer extensionista, acreditamos que estamos sempre em processo de evolução, aprendendo de forma contínua e compartilhada, com todos os atores e atrizes envolvidos na busca pela transformação social e por uma formação acadêmica cidadã (Oliveira *et al.*, 2019).

A partir de 2019, participando de reuniões nos FORPROEX e FORPROEXT, pois a titularidade do cargo de Pró-reitora de Extensão e Cultura do IFPB tem assento garantido nestes órgãos, pude comprovar que, apesar da existência de todos os normativos relacionados à Extensão, faltava no IFPB, normativo que alinhasse a Política Nacional de Extensão com a realidade do IFPB e do território em que estão instalados seus campi.

Dessa forma, considerando a importância da atuação extensionista e cultural nos territórios de abrangência dos campi, a Pró-Reitoria tem se empenhado cotidianamente no desenvolvimento de mecanismos que visem à ampliação das possibilidades de institucionalização, consolidação e legitimação desse fazer.

Para nortear o fazer extensionista, trazendo a concepção, as diretrizes, os princípios, os objetivos, as dimensões, as modalidades e demais características que expressam o olhar da instituição sobre o tipo de educação que deseja ofertar, foi institucionalizada a Política de Extensão por meio da Resolução 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que,

tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental junto às áreas de abrangência social, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2021).

Com a revisão e elaboração do PDI Institucional vigente para o período de

2020 a 2024, esse compromisso foi firmado: “O propósito dessa Política, além de orientar, é integrar e consolidar as atividades extensionistas como práticas acadêmicas transformadoras desenvolvidas no âmbito do ensino e da pesquisa, de modo a colaborar na formação cidadã dos educandos e na construção de uma instituição de educação de excelência e socialmente referenciada” (BRASIL 2021).

Considerando a importância histórica que a Extensão tem, tanto do ponto de vista legal quanto da sua trajetória no IFPB, apresenta-se, a seguir, o financiamento da Educação Superior e das ações de Extensão.

2.3 Financiamento da Educação Superior

2.3.1 Contextualização do financiamento

A Rede Federal de Educação Superior é mantida por recursos financeiros provenientes do Fundo Público Federal (FPF), incluindo impostos, taxas e contribuições pagas por cidadãos brasileiros, sendo financiada com recursos desse Fundo. Por sua vez, o fundo público tem sido direcionado para o acúmulo de capital, especialmente de natureza rentista, em detrimento das necessidades da maior parte da população Brasileira. Esse ponto de vista destaca como uma série de políticas e reformas têm impactado as universidades federais, a ciência, a tecnologia e a capacidade de solvência do Estado.

As preocupações sobre a priorização do acúmulo de capital e a lucratividade do setor financeiro em detrimento de investimentos em áreas como educação e ciência têm sido um tópico de debate e crítica. A implementação de políticas econômicas voltadas para a austeridade fiscal e a redução de gastos públicos têm resultado em cortes orçamentários significativos em setores essenciais. A relação entre o financiamento das universidades federais, a pesquisa científica e tecnológica e a capacidade do Estado de atender às necessidades da população é complexa e multifacetada. A drástica redução de recursos pode, de fato, ameaçar a operação das universidades e limitar a capacidade de produção e compartilhamento do conhecimento científico (Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

A questão da dívida pública e a forma como os recursos são alocados e

utilizados no país são pontos críticos no debate sobre o uso do fundo público. A discussão sobre um sistema tributário mais equitativo e eficaz também é fundamental para garantir recursos adequados para áreas como educação, saúde e pesquisa.

Ademais, no Brasil, como fonte de financiamento da máquina estatal, as receitas advêm da arrecadação do Estado, sendo as receitas tributárias os principais contribuintes para a rentabilização do investimento público. Assim, a arrecadação tributária é a principal fonte de financiamento dos gastos do Estado, mas não é a única, uma vez que o Poder Público tem recursos próprios arrecadados com a prestação de serviços de seus órgãos e com os provenientes de contratos e convênios com instituições públicas ou entidades privadas (Santos, 2013).

O financiamento da educação Brasileira é regulamentado por força da Constituição Federal de 1998, no seu art. 212, para todas as esferas de governo, e corresponde a um percentual mínimo obrigatório de 18%:” A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 1988).

Como o ensino oferecido pela Rede Federal de Educação Superior é gratuito, o governo federal é o principal financiador da manutenção dessas instituições, porém uma pequena parcela fica por conta do esforço de captação de recursos de cada instituição. A LDB, no seu Art. 55 estabelece que: “Caberá a (sic) União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (Brasil, 1996).

O orçamento das IFES, assim como todo o orçamento público federal, é constituído por três peças orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Estes instrumentos de planejamento governamental, gerenciados pelo Poder Executivo, são encaminhados ao Poder Legislativo, onde serão discutidos para, em seguida, serem votados (Pereira, 2021, p. 34).

O orçamento das IES públicas, entidades integrantes da administração federal indireta, compõe o orçamento geral da União vinculado ao Ministério da

Educação (MEC), sob a forma de Unidade Orçamentária (UO). O MEC encaminha a proposta orçamentária ao Ministério da Economia (ME), para consolidação e posterior envio para discussão e aprovação pelo Congresso Nacional. Esse orçamento envolve gastos com pessoal, ativo e inativo e outros custeios e capital. O Ministério da Educação possui o maior volume de gastos federais com a educação superior, todavia, a contribuição de órgãos, como a FINEP, o CNPq, o MCT e de algumas Fundações de Amparo à Pesquisa, no âmbito estadual, é bastante significativa para o financiamento da pesquisa e da pós-graduação desenvolvidas nas universidades federais.

Santos (2013, p. 31), afirma que as “fontes de financiamento das universidades federais Brasileiras vêm sendo debatidas exaustivamente em função de restrições orçamentárias impostas pelos sucessivos governos”, afirmação que continua atualizada mesmo para o período de realização desta pesquisa.

Nas IES públicas, a definição do orçamento para custeio e investimentos é definido em três fases: Primeira, o MEC estabelece um “teto” global de recursos para a Instituição; em seguida, o orçamento global é distribuído conforme definido pelo modelo de Financiamento por Fórmulas, implantado em um acordo entre o MEC e a Associação Nacional de Dirigentes das IFES (ANDIFES); e, por último, o valor global do orçamento é informado à IFES, que procedem à alocação dos recursos por elemento de despesa, devolvendo-os, então, ao MEC para consolidação da proposta orçamentária relativa ao exercício seguinte. Desde a década de 1990, o MEC vem negociando com a ANDIFES uma metodologia para distribuição de recursos de Outros Custeios e Capital (MATRIZ OCC) para as IFES, baseada em metas a serem atingidas e desempenho. A Matriz OCC tem como principal indicador o “aluno equivalente”, além de indicadores referentes a pós-graduação, pesquisa e extensão (Santos, 2013). Por acréscimo, citamos que:

O modelo denominado Matriz de Alocação de Recursos de Outros Custeios e Capital (OCC) é composto por orçamento de custeio e orçamento de capital ou investimento. O primeiro destina-se à manutenção das atividades das instituições integrantes da matriz; e o segundo é utilizado para conservar a estrutura física e patrimonial e expandir o ensino superior no Brasil (Pereira, 2021, p. 36).

Nos últimos anos tem havido preocupações sobre o financiamento e a qualidade da educação superior no Brasil. Sempre está se debatendo sobre os

impactos das políticas econômicas e das decisões políticas nas instituições de ensino superior públicas. A possibilidade de encontrar outras opções de financiamento, como taxas, é frequentemente discutida. Estratégias de captação de recursos e como eles são alocados afetam o funcionamento das instituições de ensino superior.

Partindo da premissa inicial de que a tríade de sustentação das Universidades é constituída por pesquisa, ensino e extensão, e por integrar a política educacional Brasileira, a Extensão Universitária acaba sendo beneficiada pelo financiamento da educação pública Brasileira. Da mesma forma, é importante frisar que o recurso destinado à Educação não pode sofrer desvios de finalidade, sendo utilizado exclusivamente para o custeio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por força do mecanismo de vinculação preconizado no texto constitucional (Netto, 2019).

A própria LDB, em seu artigo 77, parágrafo 2º, prevê que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos” (Pereira, 2021).

Em atendimento ao preceito constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão, a partir da aprovação da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), a extensão universitária passou a ser concebida como uma das finalidades da educação superior, conforme Art. 43, para “[...] promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição e estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade ” (Brasil, 1996).

Desde a criação do FORPROEX, aprofundou-se a discussão sobre a institucionalização e fortalecimento da Extensão, com a defesa e reivindicação de fontes de financiamento para suas ações junto ao MEC. Embora se veja o lado positivo desse cenário, o MEC ainda não criou, na sua estrutura organizacional, um órgão, setor ou equivalente que trate das questões referentes à Extensão nos mesmos níveis do ensino (SESU), da pesquisa (CNPq) e da Pós-Graduação (CAPES). Um outro fator em desfavor da Extensão é o enquadramento como a terceira via na produção das instituições de ensino superior. A destinação de verbas para as ações de Extensão se constitui em marca referenciada de luta do FORPROEX, ainda que agora seja

amparada pelos editais anuais do PROEXT como a única fonte de fomento público da Extensão universitária (Geraldo, 2015).

Como forma de fomentar o desenvolvimento da Extensão nas IES públicas, o FORPROEX e o MEC implementaram, em 1994, o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE). Apesar de todo o esforço empreendido, esse Programa foi extinto em 1995.

O PROEXTE foi retomado em 2003, com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT), que tem por objetivo garantir recursos orçamentários para viabilizar a realização dos programas ou projetos de Extensão das IPES. Com a implantação apenas em 2008 por meio do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, o PROEXT fica instituído para apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de Extensão Universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade. Sua implementação pode ser considerada um grande avanço para o desenvolvimento da Extensão, especialmente no tocante à questão do financiamento. A cada ano foram lançados editais do PROEXT, nos quais as instituições submetiam seus programas e projetos visando à captação de recursos. Assim, a concessão de recursos ocorria após seleção, por meio de editais de chamadas públicas, tendo o MEC como principal agente financiador. (Netto, 2019). Assim, Pereira (2021) reafirma:

Este programa de fomento à extensão universitária viabilizou o financiamento de inúmeras ações extensionistas entre 2010 e 2016. Coincidentemente, o encerramento do PROEXT ocorreu na mesma época da promulgação da PEC 95/2016, responsável por limitar os gastos do governo durante 20 anos. Após o ano de 2017, o financiamento da extensão universitária deixou de contar com recursos oriundos do programa, levando as instituições a buscarem outras fontes de financiamento da extensão (Pereira, 2021, p. 39).

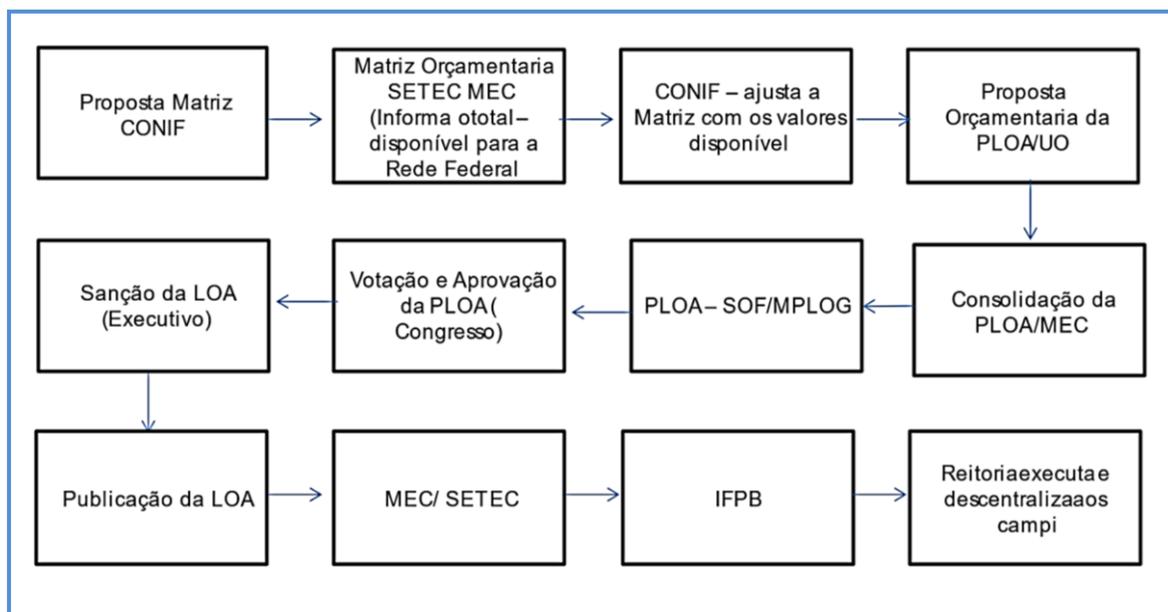
Nesse sentido, a importância do financiamento público para as universidades, traz para o Estado, independentemente do cenário econômico, o papel fundamental e insubstituível no financiamento da educação superior. A seguir, traçamos a trajetória do financiamento público na Rede Federal.

2.3.2. Elaboração do orçamento na Rede Federal

Na Rede Federal, o orçamento é distribuído pela matriz orçamentária CONIF, metodologia utilizada para que a SETEC/MEC faça a distribuição de recursos orçamentários entre as Instituições pertencentes à Rede Federal. Essa matriz é elaborada de acordo com os parâmetros constantes no Decreto nº 7.313/2010 e tem por objetivo distribuir os créditos orçamentários para um exercício financeiro específico. A que está em aplicação, foi construída a partir de um estudo realizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAN/CONIF) em 2016, que reuniu informações referentes à execução orçamentária dos campi durante o exercício financeiro de 2015 (Brasil, 2016).

Essa metodologia, em suma, leva em consideração os dados de matrículas extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), considerando o número de alunos ativos, a carga horária do curso, dias de curso, peso dos cursos e bonificações. Por meio desses dados, se chega ao número de matrículas ponderadas, que demonstram o esforço e a representatividade de cada turma como uma fração do orçamento destinado à Rede EPT (MEC – SETEC, 2018), conforme demonstra a Figura 4, abaixo.

Figura 4 - Fluxo da Construção da Proposta da Lei Orçamentária Anual



Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024), a partir do modelo de Fonseca (2019).

Sobre esse modo, assim explica Fonseca (2019):

O atual modelo da Matriz CONIF se utiliza primordialmente do número de alunos matriculados como critério para distribuição de recursos entre as instituições da Rede. Este parâmetro, embora importante, não contempla, em sua totalidade, os princípios estipulados pelo Decreto nº 7.313/2010, que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia da gestão administrativa e financeira da Rede, além de critérios para a elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias anuais. Neste contexto, cabe destacar a utilização deficitária de critérios relacionados à eficiência acadêmica e ao fluxo escolar (Fonseca, 2019, p. 30).

A metodologia utilizada para o cálculo dos valores destinados aos Institutos Federais de Educação é uma Matriz desenvolvida pelo Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e o Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN), denominada Matriz CONIF que deve ser aprovada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

2.3.3 Orçamento público no IFPB: Matriz CONIF

Para esta pesquisa, considerando o período que será estudado e avaliado, 2019 a 2022, vamos nos ater às publicações da Nota Técnica Nº 32/2016/GAB/SETEC/SETEC, o primeiro e único documento oficial da Rede Federal, e do documento intitulado “Metodologia da Matriz orçamentária da Rede de Educação Profissional e Tecnológica de 2020”, elaborado pelo FORPLAN da Rede Federal, visto que os fatores anuais que levam às alterações dependem da realidade do orçamento do ano corrente, realidade econômica do país e das políticas governamentais vigentes.

O período em que o estudo desta pesquisa acontecerá coincide com a vigência da EC 95/2016, conhecida como a PEC do Teto de Gastos. A EC atacou diretamente o estado previdenciário previsto na Constituição Federal de 1988. Os idealizadores desta “aberração fiscal” defenderam que este instrumento legal seria decisivo para a recuperação econômica do país. Em suma, essa lei proíbe o crescimento do gasto público acima da inflação, permitindo apenas aumentos de gastos e investimentos em uma área, desde que haja reduções correspondentes em outra. Assim, pode-se dizer que esta regra ignora tanto a taxa de crescimento

econômico quanto as taxas de expansão demográfica durante o período de 20 anos como assinala Mattei (2023), que reafirma: “É importante destacar que essa mudança instituiu o teto para as despesas primárias a partir de 2017, o qual gerará, quando não observado seus limites em um determinado exercício financeiro, restrições financeiras no exercício seguinte” (2023, p. 1).

Cada governo elabora o orçamento de acordo com seu plano gerencial; igualmente ao orçamento direcionado às instituições, torna-se necessário analisar a Matriz CONIF em cada momento do recorte temporal da pesquisa (Almeida, 2023) e, antes da criação da Rede Federal, os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais apresentavam Matrizes Orçamentárias distintas (Brasil, 2016).

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituindo a Rede Federal, o seu artigo 9º estabeleceu a fundamentação da Matriz CONIF cujo texto diz que “cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores” (Brasil, 2008).

Desde a implantação da matriz CONIF, por meio da Nota Técnica Nº 32/2016/GAB/SETEC/SETEC, que a matriz tem como base o documento elaborado pelo FORPLAN denominado: Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Essa metodologia tem por objetivo registrar o cálculo, as etapas de validação e os valores finais de composição da proposta orçamentária das Instituições que compõem a Rede Federal.

A Matriz Orçamentária tem por objetivo distribuir os créditos orçamentários para um exercício financeiro específico; é elaborada pelas instituições que compõem a Rede Federal e encaminhada à SETEC para avaliação e aprovação. Após a definição dos limites orçamentários para a composição do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), as unidades de Rede Federal recebem os limites para detalhamento das despesas. Assim, todos os campi distribuídos nos 38 Institutos Federais, dois CEFETs e Colégio Pedro II devem ter sua proposta orçamentária própria, individualizada. A partir da proposta orçamentária, o detalhamento das despesas no PLOA é efetuado por Unidade Orçamentária de forma unificada pela Autarquia, porém

deve ficar garantida a visualização e transparência da proposta orçamentária por campus. A Matriz Orçamentária encaminhada pelo CONIF para a avaliação da SETEC já apresenta a proposta orçamentária por campus e para a reitoria, de forma individualizada, atendendo ao que preconiza a lei. A SETEC, após todos os procedimentos de avaliação bem como da definição dos limites de crédito que serão disponibilizados pela Secretaria Executiva do Ministério para que as Instituições da Rede Federal possam efetuar o detalhamento da despesa, tem a atribuição de divulgar os valores para as Unidades. Atualmente, a divulgação é feita por meio do Sistema Integrado de Informações do Ministério da Educação (SIMEC), no Módulo SPO – Programação Orçamentária (Brasil, 2016).

Desta forma, a Matriz CONIF é elaborada de acordo com os parâmetros constantes no Decreto nº 7.313/2010, com metodologia elaborada pelo FORPLAN/CONIF e pela Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), e visa distribuir os recursos da SETEC/MEC disponíveis para a Rede Federal. O FORPLAN é um órgão de natureza consultiva e de assessoramento do Conif (Menezes, 2019).

Entre os artigos com os procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.313/2010 podemos destacar:

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e define critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais.

Art. 4º Na elaboração das propostas orçamentárias anuais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Ministério da Educação deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

§ 1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelo colegiado de reitores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e por aquele Ministério.

§ 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I – O número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;

II – A relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;

III – As diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;

IV – O apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

- V – A existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;
- VI – A produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;
- VII – A existência de núcleos de inovação tecnológica;
- VIII - O número de registro e comercialização de patentes;
- IX – Os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;
- X – Adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e
- XI —a existência de programas de mestrados e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (Brasil, 2010).

A metodologia da Matriz CONIF para distribuição dos recursos destinados à Rede Federal tem como parâmetros os dados extraídos do SISTEC, consolidados e divulgados pela Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano anterior, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos campi, tipo e pesos dos cursos e estar estruturada em seis blocos conforme descritos a seguir:

- I. Pré-expansão: São os campi com presença efetiva (alunos no SISTEC) na Matriz Orçamentária há mais de cinco anos, de todas as instituições (Institutos Federais, CEFETs e o Colégio Pedro II);
- II. Expansão: São os campi com funcionamento inferior a 5 anos, e Campi Avançados constantes na portaria 378 do MEC de 09 de maio de 2016. Os campi da expansão foram categorizados como: Expansão Padrão, Expansão Capital, Expansão Agrícola e Expansão Campus Avançado;
- III. Reitoria: É a unidade gestora central dos institutos, ou seja, o órgão executivo central de uma estrutura multicampi. No caso dos CEFETs, chama-se Direção Geral;
- IV. Ensino à Distância: Modalidade de ensino que foi estabelecida como meta para implantação na rede de ensino dos institutos federais e compõe as propostas de complemento de recursos orçamentários na Matriz 2020;
- V. Assistência estudantil: Assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, assim como os alunos em regime de internato pleno (RIP);
- VI. Pesquisa Aplicada, Inovação Tecnológica, Extensão Tecnológica e Projetos de Ensino: Representam as ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão desenvolvidas na rede de ensino dos institutos federais (Brasil, 2020).

Depois que os dados são coletados, os cálculos são conduzidos para padronizar, atribuir peso e incluir incentivos de matrícula para determinar o número geral de matrículas. A padronização envolve a consideração de variáveis como carga horária do curso e dias letivos para garantir a uniformidade nos cursos. Posteriormente, a atribuição de pesos aos cursos, conhecida como ponderação, é

realizada para gerar matrículas ponderadas, com a inclusão do bônus quando aplicável (Fonseca, 2019).

A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível médio, técnico, tecnológico, graduação, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação a distância (EaD), por campus, de cada Instituição da Rede Federal. Não são consideradas as matrículas de alunos associados a programas que recebem recursos próprios e de cursos pagos (Brasil, 2016).

A proposta orçamentária do IFPB, com detalhamento das despesas do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), é elaborada pela Unidade Orçamentária (UO) e pelas Unidades Gestoras (UG), garantindo a visualização e transparência da proposta orçamentária por cada Unidade (Santos, 2022).

Entre 2019 e 2022, os desafios enfrentados pelo IFPB devido à pandemia de COVID-19, foram complexos e multifacetados. A crise sanitária impactou drasticamente a economia, a arrecadação de receitas e as prioridades de gasto público. A instituição teve que adaptar rapidamente suas atividades e alocar recursos de maneira eficaz para enfrentar a crise sanitária, garantir a continuidade do ensino e proteger a saúde e o bem-estar de sua comunidade. A experiência reforçou a importância de um planejamento orçamentário flexível e de políticas públicas que possam responder rapidamente a crises emergenciais, garantindo a resiliência e a sustentabilidade das instituições de ensino.

O orçamento público do IFPB reflete as prioridades da instituição e é um instrumento fundamental para o planejamento, execução das atividades educacionais, de pesquisa e de extensão e é parte do orçamento geral da União, a Tabela XX apresenta os recursos destinados pelo governo federal para o orçamento do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) entre 2019 e 2022:

Tabela 7 - Recursos destinados pelo governo federal para o financiamento do IFPB

VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA – JANEIRO/2024

IFPB	Grupo de despesas	Projeto de Lei	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	1. Pessoal e encargos sociais	560.773.676	560.773.676	618.854.028	611.070.824	611.070.824	561.845.189
2020	2. Pessoal e encargos sociais	561.354.674	537.103.698	630.411.323	626.982.737	626.982.737	577.847.448
2021	3. Pessoal e encargos sociais	297.539.971	297.539.971	614.441.260	599.439.674	599.439.674	550.684.184
2022	4. Pessoal e encargos sociais	558.060.406	554.227.427	567.852.413	564.918.752	564.918.752	519.100.765
	2019-2022	-0,48%	-1,17%	-8,24%	-7,55%	-7,55%	-7,61%
					2020-2022	-9,90%	
2019	3. Outras despesas correntes	114.911.877	114.941.883	116.500.622	114.671.714	93.317.014	93.596.022
2020	4. Outras despesas correntes	68.072.334	66.238.509	100.817.675	99.966.938	81.564.512	77.709.990
2021	5. Outras despesas correntes	55.200.303	53.577.278	92.686.085	90.737.955	69.972.505	67.121.506
2022	6. Outras despesas correntes	102.821.161	101.323.292	91.349.206	90.021.577	74.348.080	71482.705
PANDEMIA	2019-2020	-40,76%	-42,37%	-13,46%	-12,82%	-17,04%	-16,97%
	2019-2021	-51,96%	-53,39%	-20,44%	-20,87%	-28,83%	-28,29%
	2019-2022	-10,52%	-11,85%	-21,59%	-21,50%	-24,38%	-23,63
2019	3. Investimentos	13.051.693	16.328.875	14.158.392	14.140.729	1.740.274	1.212.766
2020	4. Investimentos	12.645.546	21.067.927	26.888.957	26.888.346	2.191.975	2.121.761
2021	5. Investimentos	3.412.812	13.344.903	12.321.503	12.319.435	571.497	415.195
2022	6. Investimentos	6.185.752	17.349.093	18.791.290	18.791.248	1.822.700	1.549.531
	2019-2022	51,61%	6,25%	32,72%	32,89%	4,74%	27,77%
2019	Total geral	688.737.246	692.044.434	749.513.042	739.883.267	711.128.112	656.653.977
2020	Total geral	642.072.533	624.410.133	758.117.955	753.838.021	710.739.224	657.679.199
2021	Total geral	356.153.087	364.462.152	719.448.848	702.497.063	669.983.676	618.220.886
2022	Total geral	667.067.318	672.899.910	677.992.910	673.731.577	641.089.532	592.133.001
	2019-2022	-3,15%	-2,77%	-9,54%	-8,94%	-9,85%	-9,83%

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. SIOP (2024) Elaboração Reis (2024)

O orçamento do Instituto Federal da Paraíba no período de 2019 a 2022 foi marcado por desafios significativos, em grande parte devido à EC 95/2016 e aos impactos da pandemia da COVID-19. As restrições fiscais impostas pelo teto de gastos limitaram a capacidade da instituição de expandir e manter seus serviços, resultando em cortes nas despesas com pessoal e outras despesas correntes. No entanto, a recuperação nos investimentos sugere um esforço para garantir a continuidade de projetos estratégicos, mesmo em um ambiente de austeridade. A pandemia, por sua vez, intensificou os desafios, exigindo adaptações rápidas e redirecionamento de recursos para enfrentar as novas realidades impostas pela crise sanitária.

Entre 2019 e 2022, as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais tiveram redução contínua nos valores destinados a "Pessoal e Encargos Sociais", com uma queda de aproximadamente -7,61% no valor efetivamente pago. Esse decréscimo reflete a necessidade de contenção de gastos em virtude das restrições impostas pela EC 95/2016. As limitações orçamentárias dificultaram o aumento ou até mesmo a manutenção dos níveis de despesas com pessoal, obrigando o governo a manter os níveis de despesa próximos ao limite imposto pelo teto.

No grupo "Outras Despesas Correntes", que incluem gastos operacionais essenciais para o funcionamento da instituição, tiveram uma diminuição significativa, especialmente entre 2019 e 2021, com uma redução de -28,29% no valor pago. De 2019 a 2022, a queda foi de -23,63%. Isso pode indicar cortes em gastos não prioritários ou uma reestruturação das despesas correntes durante o período. Essa queda pode ser atribuída tanto às restrições impostas pela EC 95/2016 quanto às medidas de contenção adotadas durante a pandemia da COVID-19.

No que se refere aos investimentos, o IFPB inicialmente apresentou uma queda significativa, mas houve uma recuperação nos anos subsequentes. De 2019 a 2022, o valor pago em investimentos aumentou em 27,77%. Esse crescimento pode ser interpretado como uma resposta à necessidade de continuar investindo em infraestrutura e projetos estratégicos, mesmo diante das limitações orçamentárias impostas pelo teto de gastos e pelos desafios adicionais decorrentes da pandemia.

2.3.4. Orçamento dos Campi do IFPB na LOA

A elaboração da Proposta Orçamentária do IFPB inicia-se quando a Reitoria informa, ainda no primeiro semestre do ano corrente, o montante previsto, por meio de planilha gerencial, para que os CAMPI, Pró-Reitorias e Diretoria de Educação a Distância (EaD) detalhem as despesas previstas, preencham seus pré-limites orçamentários e enviem de volta à Reitoria. Após esse procedimento de inserção dos pré-limites orçamentários na Proposta Orçamentária na planilha gerencial, a Reitoria faz a compilação desses pré-limites orçamentários, gerando a Proposta Orçamentária da instituição.

A Pró-Reitoria de Administração e Finanças representa o IFPB na confecção da Matriz Conif, para posterior negociação entre os representantes desse órgão, da Forplan e da Setec/MEC, e homologação final por parte desta última Secretaria, resultando os valores na Matriz Conif da Rede Federal de Educação individualizada por Instituição, constando cada Campus, Reitoria, atividades EaD, Assistência Estudantil, Pesquisa, Extensão e Inovação (Santos, 2022).

Dando prosseguimento ao fluxo orçamentário, após aprovação da Matriz pelo pleno do Conif, homologação por parte da SETEC/MEC e do envio do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) ao Congresso Nacional, a Proposta Orçamentária definitiva do Instituto Federal da Paraíba será novamente enviada aos Campi, Reitoria, Pró-Reitorias e Diretoria da EaD para os devidos ajustes e posterior inserção no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal (Santos, 2022).

No período em estudo apresentamos o orçamento para os Campi do IFPB, conforme extração de relatório do Tesouro Gerencial, conforme detalhamento apresentado na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 - Orçamento dos Campi (R\$) – Provisão recebida

Métrica		Valores corrigidos pelo IPCA – Janeiro/2024			
Ação Governo		2019	2020	2021	2022
IFPB - CAMPUS GUARABIRA		3.233.771,20	2.849.070,32	2.541.390,32	2.764.703,23
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	0,00	162.532,66
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	2.473.334,95	2.154.765,17	1.953.360,13	1.551.533,64
2994	Assistência aos estudantes das IFES	643.021,56	638.389,04	576.942,55	1.033.069,86
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	117.414,69	55.916,11	11.087,64	17.567,08
IFPB - CAMPUS ITAPORANGA		1.982.574,32	1.625.036,95	1.187.153,09	1.870.102,42
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	4.411,48	193.088,36
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	1.691.046,68	1.409.102,13	996.731,82	1.373.482,33
2994	Assistência aos estudantes das IFES	208.685,04	197.539,67	178.044,19	285.539,08
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	82.842,59	18.395,15	7.965,60	17.992,64
IFPB - CAMPUS SANTA RITA		2.119.537,05	1.513.217,77	1.567.760,87	1.887.966,45
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	200.214,79	0,00
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	1.889.208,28	1.363.512,48	1.068.453,79	1.251.337,97
2994	Assistência aos estudantes das IFES	191.515,10	145.436,97	252.730,55	620.188,87
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	38.813,67	4.268,31	46.361,75	16.439,61
IFPB - CAMPUS ESPERANCA		2.545.849,21	1.877.665,27	1.713.611,44	2.004.076,39
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	5.308,85	364.141,52	187.769,23
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	2.189.665,22	1.618.302,88	1.100.171,88	1.424.507,07
2994	Assistência aos estudantes das IFES	236.238,36	227.451,23	238.093,70	360.565,66
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	119.945,63	26.602,32	11.204,35	31.234,43
IFPB - CAMPUS ITABAIANA		2.075.514,28	1.929.948,88	1.765.370,54	2.061.354,15
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	337.099,81	324.207,21
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	1.862.301,49	1.770.655,24	1.257.334,31	1.317.752,63
2994	Assistência aos estudantes das IFES	149.287,01	140.242,04	170.936,43	391.691,42
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	63.925,78	19.051,61	0,00	27.702,89

IFPB - CAMPUS CATOLE DO ROCHA		1.920.619,37	1.781.560,63	1.394.712,06	1.991.796,73
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	0,00	328.002,34
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	1.568.975,51	1.479.512,17	1.134.833,03	1.306.390,42
2994	Assistência aos estudantes das IFES	264.841,79	246.794,39	259.879,03	353.581,03
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	86.802,07	55.254,07	0,00	3.822,95
IFPB - CAMPUS SANTA LUZIA		1.039.761,64	1.265.742,66	730.225,46	1.798.232,10
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	0,00	0,00	0,00	144.656,34
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	1.039.761,64	1.265.742,66	486.847,45	1.316.870,47
2994	Assistência aos estudantes das IFES	0,00	0,00	227.588,45	318.203,55
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	0,00	0,00	15.789,56	18.501,74
IFPB - CAMPUS SOUSA		6.559.603,31	5.929.198,89	4.808.322,92	4.825.473,05
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	626.016,00	0,00	144.860,13	267.009,04
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	4.573.491,26	4.640.206,43	3.499.009,15	3.264.296,05
2994	Assistência aos estudantes das IFES	1.347.842,38	1.288.992,46	1.164.453,64	1.294.167,96
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	12.253,67	0,00	0,00	0,00
IFPB - CAMPUS CAJAZEIRAS		8.264.457,24	6.997.075,05	6.008.445,97	4.407.976,87
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	309.060,91	0,00	183.004,45	71.556,53
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	5.630.071,73	4.961.764,98	3.931.892,00	2.775.279,07
2994	Assistência aos estudantes das IFES	2.129.749,01	1.969.780,87	1.889.325,33	1.561.141,26
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	195.575,59	65.529,20	4.224,19	0,00
IFPB - CAMPUS CAMPINA GRANDE		10.326.719,08	8.983.863,03	8.135.429,77	7.614.983,54
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	260.921,54	252.802,24	1.062.748,53	1.529.865,87
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação P	7.234.357,06	6.324.988,21	4.850.834,77	3.277.070,82
2994	Assistência aos estudantes das IFES	2.507.078,93	2.371.671,72	2.165.133,58	2.782.547,86
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	324.361,55	34.400,86	56.712,88	25.498,99
IFPB - CAMPUS JOAO PESSOA		21.826.537,56	20.255.968,48	14.326.354,25	13.839.483,76
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	90.256,48	132.276,24	372.141,39	757.954,58
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação P	15.534.447,90	14.323.210,31	8.993.169,65	7.930.281,45

2994	Assistência aos estudantes das IFES	5.561.001,26	5.397.693,29	4.699.260,26	4.948.559,18
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	640.831,92	402.788,64	261.782,96	202.688,55
IFPB - CAMPUS PATOS		5.375.028,85	5.085.443,70	3.527.674,02	4.434.710,17
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	18.637,55	32.990,69	0,00	617.318,59
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação P	3.928.393,64	3.814.386,83	2.536.942,67	2.487.575,84
2994	Assistência aos estudantes das IFES	1.323.629,04	1.175.962,87	969.588,97	1.298.989,60
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	104.368,61	62.103,31	21.142,38	30.826,14
IFPB - CAMPUS PRINCESA ISABEL		3.204.074,77	3.996.182,76	2.437.996,98	2.297.497,39
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	166.370,32	212.627,79	16.737,54	186.760,95
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação P	2.164.868,26	2.658.857,35	1.692.346,57	1.510.789,12
2994	Assistência aos estudantes das IFES	801.082,77	1.047.316,03	724.244,39	583.805,75
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	71.753,42	77.381,59	4.668,48	16.141,56
IFPB - CAMPUS MONTEIRO		4.239.451,74	3.671.494,67	3.199.184,52	3.732.207,95
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	32.058,70	103.230,53	352.088,35	135.786,53
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	2.833.150,10	2.379.308,73	1.922.828,09	2.346.115,58
2994	Assistência aos estudantes das IFES	1.342.003,35	1.180.913,82	918.578,37	1.207.924,14
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	32.239,60	8.041,59	5.689,71	42.381,71
IFPB - CAMPUS PICUI		4.160.898,99	4.432.295,49	2.996.334,88	2.970.970,52
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	40.512,95	137.640,48	2.911,97	0,00
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	2.837.023,53	2.969.949,68	1.984.958,86	2.032.355,39
2994	Assistência aos estudantes das IFES	1.210.312,31	1.302.756,80	976.600,50	910.871,82
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	73.050,20	21.948,53	31.863,55	27.743,31
IFPB - CAMPUS CABEDELO		4.936.106,84	4.481.563,56	3.278.069,42	3.523.818,28
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal	275.548,20	11.159,45	0,00	202.675,87
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Pública	3.503.023,70	3.379.669,11	2.223.608,37	2.102.085,85
2994	Assistência aos estudantes das IFES	1.126.762,97	1.083.024,54	1.050.518,51	1.215.087,42
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação	30.771,96	7.710,47	3.942,53	3.969,14
Total		83.391.333,19	77.673.442,49	60.376.050,71	63.880.835,91

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024) a partir do Tesouro Gerencial (2023)

Os dados apresentados para o montante do orçamento liberado na matriz CONIF para cada Campus inclui as ações: 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação; 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional; 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica; 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação;

A análise do orçamento foi restrita aos cinco campi do IFPB em estudo: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira. Esse estudo revelou um cenário de queda orçamentária contínua nos últimos anos, com uma leve recuperação em 2022 em alguns casos. Os impactos da EC 95/2016, que limitou o crescimento dos gastos públicos, combinados com as dificuldades econômicas geradas pela pandemia de COVID-19, resultaram em cortes significativos que afetaram o funcionamento e a capacidade de expansão desses campi. Mesmo com a recuperação orçamentária observada em 2022 os níveis de financiamento permanecem abaixo dos patamares de 2019, destacando a necessidade de revisão das políticas fiscais para garantir a sustentabilidade e a qualidade da educação pública no Brasil.

No campus de Princesa Isabel, o orçamento total mostrou uma oscilação significativa. Em 2019, o orçamento era de R\$ 3.204.074,77, mas houve um aumento em 2020, atingindo R\$ 3.996.182,76. Esse aumento pode ser atribuído a esforços emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia, mas a tendência de alta não se manteve. Em 2021, o orçamento caiu drasticamente para R\$ 2.437.996,98 e continuou a diminuir em 2022, chegando a R\$ 2.297.497,39. Essa queda acentuada reflete a combinação de restrições impostas pela EC 95/2016, que limitou o espaço fiscal, e a crise econômica prolongada gerada pela pandemia, que reduziu a capacidade do governo de manter os níveis de financiamento emergencial.

No caso do campus de Catolé do Rocha, o orçamento total também variou ao longo dos anos. Em 2019, o orçamento era de R\$ 1.920.619,37, mas houve uma ligeira redução em 2020, para R\$ 1.781.560,63. A queda continuou em 2021, com o orçamento caindo para R\$ 1.394.712,06. No entanto, em 2022, houve uma recuperação, com o orçamento atingindo R\$ 1.991.796,73. Essa recuperação, embora significativa, ainda não trouxe o orçamento ao nível de 2019 e reflete um esforço para

restaurar parte das operações após os cortes impostos pelos efeitos combinados da EC 95/2016 e da pandemia.

O campus Cajazeiras apresentou uma tendência de declínio orçamentário mais acentuada. Em 2019, o orçamento era de R\$ 8.264.457,24, mas caiu para R\$ 6.997.075,05 em 2020. A queda continuou em 2021, com o orçamento totalizando R\$ 6.008.445,97, e em 2022, quando caiu ainda mais para R\$ 4.407.976,87. Essa redução contínua reflete o impacto direto da EC 95/2016, que restringiu o crescimento orçamentário, agravado pela necessidade de ajustes econômicos durante a pandemia, que exigiram cortes ainda mais profundos.

No campus Cabedelo, o orçamento também sofreu reduções ao longo dos anos. Em 2019, o orçamento era de R\$ 4.936.106,84, mas caiu para R\$ 4.481.563,56 em 2020 e para R\$ 3.278.069,42 em 2021. Em 2022, houve uma leve recuperação, com o orçamento chegando a R\$ 3.523.818,28. Embora a queda entre 2019 e 2021 seja significativa, a recuperação parcial em 2022 sugere uma tentativa de ajuste e estabilização do orçamento após os desafios impostos pela EC 95/2016 e pela pandemia da COVID-19.

Por fim, o campus Guarabira experimentou uma trajetória de orçamento similar aos outros campi. Em 2019, o orçamento era de R\$ 3.233.771,20, mas diminuiu para R\$ 2.849.070,32 em 2020 e para R\$ 2.541.390,32 em 2021. Em 2022, houve uma ligeira recuperação para R\$ 2.764.703,23. A recuperação em 2022, embora leve, pode indicar um ajuste para acomodar novas demandas ou para restabelecer parcialmente as atividades após o período crítico da pandemia.

Na próxima seção, que trata da metodologia da pesquisa, será apresentada detalhadamente a forma de avaliação do financiamento das ações de Extensão nos Campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira e o levantamento das ações executadas no Sistema SUAP para os Campi cernes da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Desenvolver qualquer método de pesquisa não é um processo fácil, considerando que a pesquisa faz parte de um processo flexível. Ao longo da investigação, surgem variáveis que podem mudar um percurso previamente definido. Com esta investigação não tem sido diferente – fatores foram sendo alterados, desde o pré-projeto, como o tema, em decorrência da linha de pesquisa do Programa, a orientação, quantidade de campi a ser pesquisada, além de ajustes relativos ao recorte temporal delimitado para tal empreitada. Gil (2008) define a pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.

Assim, neste capítulo apresentaremos o percurso metodológico da nossa pesquisa a fim de responder à questão problema deste estudo, bem como para alcançar os objetivos propostos, pontuando os métodos utilizados.

3.1 Cenário da Pesquisa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o IFPB é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Goza de administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral (Brasil, 2021).

O interesse em pesquisar sobre o financiamento das ações de Extensão, originou-se a partir do momento em que assumi a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

do IFPB, no ano de 2019. Considerando que o orçamento advindo da Matriz CONIF relacionado à Extensão fica alocado na PROEXC, sentíamos, em determinadas situações, anualmente, a curiosidade de tentar entender quais critérios os Campi utilizavam para decidir como financiariam as propostas de ações de Extensão. Dessa forma, após aprovação na seleção do PPGAES, como servidora Técnica-Administrativa em Educação, tinha chegado a oportunidade de poder contribuir com o estudo da análise dos critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB.

A amostra constitui-se do total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão e do quantitativo de ações realizadas no período de 2019 a 2022, além dos critérios utilizados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para financiar ações extensionistas executadas com financiamento público. Sendo assim, este estudo considerou o conjunto de todas as ações de Extensão realizadas no período de investigação para a construção das análises que serão apresentadas na seção intitulada: **RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS** (grifo nosso), mais adiante no Capítulo 4.

Os campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira foram escolhidos após análise dos relatórios do Tesouro Gerencial sobre o montante dos recursos estabelecidos na Matriz CONIF, conforme apresentados na Tabela 9, abaixo:

Tabela 9 - Orçamento(R\$) - Matriz CONIF por Campus

Orçamento(R\$) - Matriz CONIF Por Campus Valores Corrigidos IPCA Janeiro/2024					
UASG	CAMPUS	2019	2020	2021	2022
158471	Princesa Isabel	3.204.074,77	3.996.182,76	2.437.996,98	2.297.497,39
155895	Católé do Rocha	1.920.619,37	1.781.560,63	1.394.712,06	1.991.796,73
158280	Cajazeiras	8.264.457,24	6.997.075,05	6.008.445,97	4.407.976,87
158474	Cabedelo	4.936.106,84	4.481.563,56	3.278.069,42	3.523.818,28
154868	Guarabira	3.233.771,20	2.849.070,32	2.541.390,32	2.764.703,23

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024) a partir do Tesouro Gerencial (2024).

Assim como sobre o registro dos valores executados no Plano Interno da Extensão para cada uma dessas unidades e mostrados na Tabela 7, mais adiante:

Tabela 10 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão por Campus

Recursos orçamentários aplicados em Ações Extensão Campus 2019-2022(R\$)					
Valores corrigidos IPCA Janeiro/2024					
UASG	CAMPUS	2019	2020	2021	2022
158471	Princesa Isabel	117.988,72	99.856,88	53.979,31	95.479,91
155895	Catolé do Rocha	64.578,08	13.588,12	26.843,77	35.899,90
158280	Cajazeiras	156.552,92	74.361,78	46.853,18	130.724,18
158474	Cabedelo	81.537,98	44.240,39	40.265,65	75.828,57
154868	Guarabira	52.314,77	35.226,73	15.172,56	35.511,26

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024) a partir do Tesouro Gerencial (2024).

Após relacionar esses dois elementos, estes Campi, identificados com sua respectiva UASG - Unidade de Administração de Serviços Gerais, foram as unidades que mais aplicaram recursos do orçamento para financiamento das ações de Extensão no período de 2019 a 2022, conforme discriminados na Tabela 8. A UASG serve como um código numérico e exclusivo designado para órgãos e entidades da administração pública federal. Seu objetivo principal é facilitar a identificação e regulamentação de suas atividades relacionadas aos procedimentos de aquisição e contratação. Cada UASG garante uma identificação específica do órgão ou entidade dentro do Sistema Unificado de Registro de Fornecedores (SICAF) e outros sistemas da Gestão Pública Federal.

O Plano Interno (PI) foi instituído pela Portaria Nº 3, de 10 de dezembro de 2021 como ferramenta junto ao Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação e “será utilizado como instrumento de gerenciamento e de detalhamento dos atributos da Subação Orçamentária, com vistas à apropriação de custos das políticas nacionais de educação” (Brasil, 2021). No IFPB, o PI que registra e detalha as despesas com ações de extensão é executado pela Diretoria de Orçamento, unidade setorial de orçamento da instituição, vinculado à Pró-Reitoria de Administração e Finanças.

Tabela 11 - Demonstrativo de aplicação de recursos para financiamento de ações extensionistas em relação aos recursos de cada campus

Valores atualizados pelo IPCA de janeiro/2024							
Campus/Ano		Princesa Isabel	Catolé do Rocha	Cajazeiras	Cabedelo	Guarabira	Total
2019	Campus [A]	3.204.075	1.920.619	8.264.457	4.936.107	3.233.771	21.559.029

	Extensão [B]	117.989	64.578	156.553	81.538	52.315	472.972
	% [B]/[A]	3,68%	3,36%	1,89%	1,65%	1,62%	2,19%
2020	Campus [A]	3.996.183	1.781.561	6.997.075	4.481.564	2.849.070	20.105.452
	Extensão [B]	99.857	13.588	74.362	44.240	35.227	267.274
	% [B]/[A]	2,50%	0,76%	1,06%	0,99%	1,24%	1,33%
2021	Campus [A]	2.437.997	1.394.712	6.008.446	3.278.069	2.541.390	15.660.615
	Extensão [B]	53.979	26.844	46.853	40.266	15.173	183.114
	% [B]/[A]	2,21%	1,92%	0,78%	1,23%	0,60%	1,17%
2022	Campus [A]	2.297.497	1.991.797	4.407.977	3.523.818	2.764.703	14.985.792
	Extensão [B]	95.480	35.900	130.724	75.829	35.511	373.444
	% [B]/[A]	4,16%	1,80%	2,97%	2,15%	1,28%	2,49%
2019 - 2022	Campus [A]	11.935.752	7.088.689	25.677.955	16.219.558	11.388.935	72.310.889
	Extensão [B]	367.305	140.910	408.492	241.873	138.225	1.296.805
	% [B]/[A]	3,08%	1,99%	1,59%	1,49%	1,21%	1,79%
		1	2	3	4	5	

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024) a partir do Tesouro Gerencial⁴ (2024).

Dos 5 campi do IFPB investigados, no período de 2019 a 2022, 3 deles ampliaram, em termos proporcionais, os recursos para a extensão e dois deles reduziram tais recursos. O campus de Catolé do Rocha em 2019 investiu 3,36% dos recursos do campus para o financiamento das ações de extensão e no ano de 2022 investiu apenas 1,80%. O campus de Guarabira em 2019 investiu 1,62% dos recursos do campus para o financiamento das ações de extensão e no ano de 2022 investiu apenas 1,28%.

A pesquisa traz o panorama dos recursos orçamentários destinados às atividades de Extensão, juntamente com a quantidade de ações registradas no SUAP – Módulo Extensão e executadas no período compreendido entre 2019 e 2022. Além disso, são destacados os critérios adotados pela gestão dos cinco campi do IFPB, conforme demonstrado na Figura 5, durante o período de referência.

⁴ O Tesouro Gerencial (TG) é um sistema de consulta aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal que possibilita a extração de relatórios utilizando-se de filtros, combinações e associações que permitem a análise de vários aspectos de um documento contábil lançado no Siafi. O sistema foi desenvolvido em plataforma Business Intelligence (BI) que permite a transformação de um grande volume de dados em informações que possibilitam análises sob diferentes perspectivas e anseios (Silva, 2022).

Figura 5 - Campi do Instituto Federal da Paraíba em estudo (PDI 2020-2024)



Fonte: Dados da Pesquisa retirado do PDI 2020-2024 adaptado por Oliveira (2024)

Complementando o cenário da pesquisa relataremos sobre cada um dos Campi em estudo: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira⁵.

A implementação de uma unidade federal tecnológica de ensino no município de Princesa Isabel na Paraíba, foi resultado do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, Fase II, com o slogan "Uma escola técnica em cada cidade-polo do país". A escolha do município ocorreu em 2007, quando o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) decidiu descentralizar suas atividades, realizando audiências públicas para a escolha dos cursos que seriam oferecidos na localidade. Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, o CEFET-PB foi transformado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). O Campus de Princesa Isabel teve sua autorização de funcionamento concedida pela portaria nº 1.170 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 22 de setembro de 2010. Inicialmente, o campus oferece cursos como o Médio Integrado em Controle Ambiental e Edificações, Subsequentes em Edificações

⁵ Os grifos nos nomes de cada Campi visam facilitar a leitura da narrativa acerca do breve histórico.

e Manutenção e Suporte em Informática, além do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental.

O funcionamento do Campus aconteceu em vários prédios até que em 18 de março de 2014, a construção da sede do IFPB foi concluída, e as atividades do Campus foram transferidas para o novo local, situado no sítio Barro Vermelho, Rodovia PB 426, S/N, Zona Rural, em um terreno de 70 hectares doado pela Prefeitura Municipal de Princesa Isabel (Brasil,2021). Desde sua implementação em 2010, tem sido guiado e norteado por um sólido Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este documento estratégico, referendado pela comunidade acadêmica, serve como bússola, delineando a trajetória e os objetivos da instituição ao longo de um período determinado.

Com a missão de proporcionar educação profissional, tecnológica e humanística por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em 2012, o Campus Catolé do Rocha deu início às suas atividades no Município. Inicialmente denominado Centro de Inclusão Digital – CID, surgiu através de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o IFPB, focado na oferta de cursos de extensão. Nos primeiros anos, o Centro funcionou em conexão com o Campus Sousa, concentrando-se em cursos de informática. Em 2014, o Centro tornou-se parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ampliando sua oferta de cursos para a população. Durante esse período, também proporcionou cursos semelhantes na cidade de Belém do Brejo do Cruz (Brasil, 2021).

Em 21 de janeiro de 2015, a Portaria nº 27/2015 foi publicada no Diário Oficial da União, concedendo a autorização para que o Centro de Inclusão Digital se tornasse oficialmente um Campus do IFPB. Essa decisão capacitou o Campus Catolé do Rocha a oferecer turmas regulares de ensino técnico e tecnológico. As primeiras turmas de alunos regulares ingressaram no campus em 2016, participando do curso técnico integrado ao médio em Edificações. A inauguração da sede definitiva do Campus do IFPB em Catolé do Rocha ocorreu em 1º de outubro de 2018, marcando um novo capítulo na atuação do IFPB no Sertão Paraibano e áreas adjacentes. Essa nova sede proporcionou um ambiente mais adequado e confortável para a comunidade escolar. Em janeiro do ano seguinte, o campus passou a operar integralmente na nova sede. Em 2020, foi criado mais um curso: Técnico Integrado em Informática, oferecendo

sessenta vagas nos turnos matutino e vespertino. Além dos cursos técnicos integrados ao médio, o campus também passou a ofertar cursos na modalidade de Educação a Distância.

Com base nos fundamentos delineados no PDI do IFPB, o Campus Catolé do Rocha busca integrar suas atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão de maneira coesa e alinhada às diretrizes gerais da instituição. O comprometimento com a excelência acadêmica, a inovação e o impacto social, conforme delineados no PDI, orienta as ações e iniciativas do campus, consolidando seu papel como agente transformador na educação profissional, tecnológica e humanística.

O Campus Cajazeiras representa a concretização de um sonho, abrindo caminho para a realização de muitos outros. Sua origem remonta ao Projeto de Lei nº 3305-A de 1984, apresentado pelo saudoso Deputado Federal Edme Tavares, marcando o início da transformação educacional no Alto Sertão da Paraíba. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Cajazeiras é o resultado coletivo dos anseios da comunidade nos sertões do Rio Piranhas por conhecimento humano, profissional, científico e tecnológico. O terreno para o Campus foi cedido em 19 de janeiro de 1987, por meio da Lei Municipal nº 837, e as obras começaram em 1º de dezembro de 1989. Contudo, apenas em 1994 ocorreram os últimos preparativos para a inauguração da então ETF de Cajazeiras (Brasil, 2021).

A UNED foi autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 982 de 28 de junho de 1994, publicada no D.O.U em 29 de junho de 1994. Em 4 de dezembro de 1994, a instituição foi oficialmente inaugurada, ainda sob o nome de Escola Técnica Federal da Paraíba. Esta unidade, inicialmente chamada de Unidade de Ensino Descentralizada, foi criada para atender às demandas regionais, alinhada à perspectiva de interiorização da educação profissional. Cajazeiras foi a segunda cidade na Paraíba a receber um campus do IFPB. Ao longo de pouco mais de duas décadas, o Campus do IFPB em Cajazeiras tem desempenhado um papel crucial na transformação social não apenas da cidade, mas de toda a região. Seus cursos técnicos formaram centenas de profissionais, desde os pioneiros em Agrimensura e Eletromecânica até os atuais em Informática (integrado ao ensino médio), Eletromecânica e Edificações (integrados e subsequentes ao ensino médio), além do Técnico em Meio Ambiente (Proeja).

Atualmente, o Campus Cajazeiras do IFPB, por meio dos cursos superiores de Tecnologia em Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática, e os Bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia de Controle e Automação, tem investido na qualificação profissional, fortalecendo a verticalização do ensino no coração do sertão e expandindo sua atuação para todo o Brasil e além-fronteiras, conforme delineado no Plano de Desenvolvimento Institucional (Brasil, 2021).

O Campus Cabedelo do IFPB surge como uma instituição de ensino comprometida com a excelência educacional e o desenvolvimento local, conforme registrado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este documento orienta as ações estratégicas e metas do campus, proporcionando uma visão abrangente de seus objetivos e valores. Fundado em 2008, como parte do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal, e respaldado pela Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Campus Cabedelo iniciou suas atividades regulares de ensino em setembro de 2009 em sede provisória.

A transferência para sua sede definitiva ocorreu em 2013 solidificando sua presença e proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico. Atualmente, o Campus Cabedelo oferece uma variedade de cursos técnicos e superiores, destacando-se em áreas como Recursos Pesqueiros, Meio Ambiente, Química, Multimídia e Panificação, visando atender às demandas educacionais e profissionais da comunidade. Além disso, são disponibilizados Cursos Superiores de Tecnologia em Design Gráfico e Licenciatura em Ciências Biológicas, juntamente com cursos de qualificação profissional.

Comprometido em expandir o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, o campus também tem investido em cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD). Em 2015, atuou como polo EAD para os Cursos Técnicos de Segurança no Trabalho e Secretaria Escolar na modalidade subsequente. Nos últimos anos, promoveu cursos FIC a distância, bem como cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Brasil, 2021).

Destaca-se no Campus Cabedelo o desenvolvimento de projetos integradores interdisciplinares, incorporando ensino, pesquisa, extensão e inovação. Desde 2016,

as estratégias de curricularização da extensão e pesquisa nos cursos técnicos e superiores têm sido institucionalizadas, buscando promover uma abordagem educacional prática, baseada no aprendizado pela prática. O campus desempenha um papel significativo na transformação social do Município de Cabedelo, oferecendo educação profissional gratuita e de qualidade. Sua abordagem indissociável entre ensino, pesquisa e extensão visa construir itinerários formativos sólidos e estimular as potencialidades econômicas locais, sempre com um olhar voltado para a sustentabilidade ambiental. O registro detalhado no PDI destaca a visão estratégica e o comprometimento contínuo do campus com o avanço educacional e o impacto positivo na comunidade.

O Campus Guarabira emerge como uma unidade educacional estratégica, alinhada com os objetivos e diretrizes estabelecidos para o crescimento sustentável da instituição, conforme o PDI do IFPB. O Campus Guarabira teve sua origem no Plano de Expansão III da Educação Profissional do Governo Federal em 2008, mediante a Lei nº 11.892, que estabeleceu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua criação foi formalizada pela Resolução nº 52, datada de 19 de julho de 2011, e sua inauguração ocorreu em 10 de outubro de 2011. Inicialmente, o campus operou de maneira provisória em vários endereços e a sede definitiva do Campus Guarabira foi entregue em dezembro de 2016, localizada na PB-057. O edifício possui uma área total de 81.217,92 m², compreendendo um bloco administrativo e dois blocos acadêmicos interligados por uma rampa de acesso e escada. Todos os espaços, incluindo laboratórios, são projetados para garantir acessibilidade (Brasil, 2022).

Atualmente, o Campus Guarabira abriga mais de 700 alunos, distribuídos em cursos técnicos integrados, de nível superior e na modalidade EAD. Além disso, a instituição conta com mais de mil alunos nos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). O crescimento de Guarabira é acompanhado de perto pelo IFPB, que se destaca pelo comprometimento, ética e profissionalismo no processo educacional.

Finalmente, espera-se com este estudo colaborar com o desenvolvimento da Extensão no IFPB, após a elaboração do produto educacional (PE), um documento orientador, com critérios pré-estabelecidos para financiamento das ações de Extensão do IFPB. Esse Produto Educacional será socializado com os gestores e comunidade

dos campi, demonstrando a importância do desenvolvimento das ações de Extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes.

3.2 Etapas de Investigação

A pesquisa quanto à abordagem do problema será de caráter exploratório, com recorrência a metodologias quantitativas e qualitativas – entrevista, investigação em acervos bibliográficos e documentos oficiais, além de estudo de caso, por meio da análise detalhada dos procedimentos adotados pelos gestores para financiar as ações de Extensão.

Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois “[...] se ocupa com um nível da realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A pesquisa quantitativa utiliza uma metodologia baseada em números, métricas e cálculos matemáticos. Assim sendo, todos os dados obtidos a partir da pesquisa podem ser traduzidos numericamente em percentuais. Com esse tipo de método, é possível obter respostas objetivas. Como conceitua Prodanov (2013) é uma investigação que considera aquilo que é quantificável, o que significa traduzir opiniões e informações em números para classificá-las e analisá-las envolve o uso de recursos e técnicas estatísticas. Essas técnicas incluem percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão, entre outras.

Quanto à natureza, a pesquisa a ser desenvolvida será aplicada, que difere da pesquisa pura ou básica, uma vez que este tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos [...]” (Córdova; Silveira, 2009, p. 35). Este estudo realizou uma avaliação de quais critérios são utilizados para o financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para, a partir dessa investigação, apresentar um documento orientador (Produto Educacional) com critérios pré-estabelecidos para financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB. Nesse entendimento a pesquisa foi executada com as seguintes ações metodológicas:

- I. Pesquisa bibliográfica dos documentos oficiais, de modo a identificar os dados inerentes ao objeto de estudo acerca do processo de financiamento da Extensão;
- II. análise dos dados orçamentários no período analisado;
- III. levantamento de dados por meio do cadastro no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), módulo EXTENSÃO;
- IV. entrevista semiestruturada dos Gestores dos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira (Diretores Gerais e de Administração).

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, que visa explorar como foi definido o financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou para se construírem hipóteses. Geralmente, esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulem a compreensão, podendo ser classificada como bibliográfica e estudo de caso. Desse modo, uma vez que buscamos descrever e observar como as ações de Extensão são financiadas e se os Campi do IFPB utilizam outra fonte de financiamento além da LOA, a presente pesquisa também se caracteriza como descritiva, de acordo com os ensinamentos de Gil (2008).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa cerne configura-se como bibliográfica, buscando conhecer o que já está publicado sobre a temática; documental e estudo de caso: por meio de análise do conteúdo de documentos pertinentes à temática (publicações e oficiais) e por meio da análise detalhada dos procedimentos adotados pelos gestores para financiar as ações de Extensão. Fonseca (2002, p. 31) afirma que “[...] qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto [...]”. Realizou-se, portanto, pesquisa bibliográfica acerca do tema. Para tanto, utilizou-se o banco de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisa em trabalhos disponíveis na biblioteca do PPGAES e acervo das bibliotecas do IFPB e UFPB.

A pesquisa documental foi utilizada como procedimento para auxiliar na

compreensão dos fatos relatados, enriquecendo-os com esclarecimentos importantes. Realizou-se pesquisa documental, materializada na leitura e análise da documentação que envolve: PDI 2015-2019 e 2020-2024, Relatórios de Gestão e documentos institucionais inerentes à política de Extensão e aos gastos com ações de Extensão nos Campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira do IFPB, por meio dos sistemas oficiais, além do levantamento de dados do cadastro no SUAP e legislação pertinente ao tema da pesquisa, além de relatórios orçamentários extraídos dos sistemas Tesouro Gerencial e SIOP.

3.3 Coleta de dados

O projeto dessa pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB - CEP/CCS/UFPB e recebeu parecer favorável com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 74948523.3.0000.5188, e número de parecer 6.477.977, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016. A coleta de dados foi iniciada após sua aprovação.

Os instrumentos utilizados para a realização desta pesquisa foram as análises de documentos, relatórios dos sistemas que gerenciam o registro das ações de extensão e dados orçamentários, e entrevistas.

A pesquisa documental foi dividida em duas etapas: a primeira etapa foi realizada a análise da documentação que envolve: PDI 2015-2019 e 2020-2024, Relatórios de Gestão, legislação e documentos institucionais inerentes à política de Extensão do IFPB; a segunda etapa deu-se por meio do SUAP – Módulo Extensão do IFPB, em que foi possível consultar todas as ações de extensão que foram submetidas e concluídas no período de 2019 a 2022 nos Campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira do IFPB. As informações coletadas nessa fase são apresentadas no capítulo de resultados e discussão.

A coleta de dados iniciou-se com o levantamento de dados relativos aos recursos orçamentários da matriz orçamentária e os destinados ao financiamento das ações de Extensão dos campi em estudo; Apesar de termos acesso aos sistemas oficiais como servidora Técnica-Administrativa em Educação (TAE) do IFPB, foi solicitado formalmente à Diretoria de Orçamento do IFPB, relatórios

extraídos do sistema Tesouro Gerencial e no SIOP, na forma de planilhas eletrônicas, as quais serviram de fontes de informações para investigação da pesquisa cerne.

Na segunda fase, foram analisados os dados no cadastro do SUAP, a fim de se buscarem informações sobre a quantidade de ações de Extensão realizadas e concluídas nos Campi do IFPB – Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022.

Por último, foi realizada entrevista semiestruturada com 03 (três) perguntas abertas, conforme Quadro 4 e o APÊNDICE B - Roteiro para Entrevistas, com os Gestores dos Campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira (Diretores Gerais e de Administração), totalizando 10 gestores(G); A escolha desses gestores deu-se pelo envolvimento direto na decisão da execução dos recursos orçamentários no Campus. Foi enviado convite via aplicativo de mensagem e agendamento do horário das entrevistas por meio de envio do link via e-mail institucional. Todas as entrevistas foram realizadas online via Google Meet; o tempo médio das entrevistas durou de 08 a 19 minutos, além disso, foi solicitada autorização para gravação da entrevista por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e preservadas suas identidades com utilização de codificações (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8, G9, G10) para análise dos dados, de acordo com a ordem cronológica das entrevistas. Após estes momentos, os áudios foram transcritos e os dados obtidos pelas respostas foram tabulados e analisados de forma descritiva utilizando o Microsoft Excel.

Quadro 2 - - Perguntas do roteiro para entrevista

PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA	
1.	Quais os critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão no período de 2019 a 2022?
2.	Qual o resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus?
3.	Qual o resultado do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes?

Fonte: Dados da Pesquisa (Oliveira, 2024).

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) em três fases: pré-análise com a organização do material; exploração dos materiais em que foi dedicado tempo para leitura e transcrição das

respostas obtidas das entrevistas e, por fim, o tratamento dos dados com a interpretação dos resultados da pesquisa.

Os gestores, antecipadamente, formalizaram sua concordância assinando o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Este documento reitera a disposição de cada gestor em colaborar com a pesquisa, assegurando, ao mesmo tempo, a confidencialidade e a manutenção do anonimato das informações fornecidas.

Conforme registrado por Gil (2008), é possível categorizar o delineamento da coleta de dados em dois grupos predominantes: o grupo de papel, que abrange pesquisas bibliográficas e documentais; e o grupo em que a coleta de dados envolve interações com pessoas. Visando atingir os objetivos da pesquisa, a coleta de dados concentrou-se na aplicação das entrevistas e na realização de um levantamento documental referente aos dados fornecidos pelos participantes.

A próxima seção destina-se à apresentação detalhada dos dados coletados por meio da pesquisa realizada. Os dados apresentados e a referida discussão representam uma síntese cuidadosa das informações coletadas, refletindo as respostas e as nuances observadas ao longo da investigação. Os resultados são fundamentais para a compreensão da essência da pesquisa, e esperamos que os dados apresentados aqui contribuam significativamente para o avanço do conhecimento no campo da Extensão, especialmente no contexto do IFPB.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Nesta parte da pesquisa, apresentaremos os resultados e discussão dos dados obtidos por meio da consulta ao Tesouro Gerencial, em que foram apresentados o total dos recursos orçamentários executados no Plano Interno da extensão; o relatório dos dados extraídos do SUAP, com o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão e, por fim, as entrevistas realizadas com os Diretores Gerais e de Administração dos Campi, analisando os critérios adotados pela gestão, dos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira para o financiamento das ações de Extensão entre 2019 e 2022.

A abordagem inicial para a coleta de dados adotada foi predominantemente documental. O foco inicial desta pesquisa foi estabelecer um entendimento abrangente sobre o conceito de Extensão Universitária, explorando sua história, financiamento e a evolução das legislações pertinentes, inclusive no IFPB. Nesse sentido, foram minuciosamente analisados diversos marcos legais, resoluções, e outras iniciativas que desempenham papel crucial na institucionalização da política extensionista no IFPB. A revisão bibliográfica abordou de maneira abrangente o panorama histórico e legislativo, fornecendo uma base sólida para a compreensão da trajetória da Extensão no contexto específico do IFPB.

Com base na consolidação dessa revisão bibliográfica, a análise direcionou-se para as legislações que especificamente definem a Extensão dentro do âmbito do IFPB, incluindo nessa avaliação o Módulo Extensão do Sistema SUAP. A exploração desses documentos regulatórios permitiu uma compreensão mais detalhada das diretrizes e normativas que orientam as atividades extensionistas dentro da instituição. Esse enfoque documental proporcionou uma base robusta para a compreensão e avaliação do papel da Extensão no IFPB.

Os resultados da pesquisa abrangem o panorama dos recursos orçamentários destinados às atividades de Extensão, juntamente com a quantidade de ações registradas no SUAP – Módulo Extensão e executadas no período compreendido entre 2019 e 2022. Além disso, são destacados os critérios adotados pela administração dos campi de Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira para a alocação de financiamento público em ações extensionistas. Esses

dados proporcionam uma visão abrangente das realizações e estratégias de financiamento na área de Extensão, revelando o impacto das atividades nos cinco campi do IFPB durante o período de referência.

4.1 Resultado e análise dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão por Campus

Para analisar os recursos orçamentários aplicados em ações de extensão para os campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira nos anos de 2019 a 2022, passamos a analisar os dados apresentados pela Tabela 9. Essa análise fornece uma visão geral dos recursos orçamentários aplicados em ações de extensão para cada campus ao longo do período do estudo e visa entender a execução ano a ano e está alinhado com o primeiro objetivo, que buscava identificar o total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão, no período de 2019 a 2022.

Tabela 12 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão por Campus no período 2019 - 2022 – Valores corrigidos pelo IPCA Janeiro/2024

Recursos orçamentários aplicados em ações extensão campus 2019-2022 (r\$)
Valores corrigidos IPCA janeiro/2024

Campus	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Princesa Isabel	117.988,72	99.856,88	53.979,31	95.479,91	367.304,83
Católé do Rocha	64.578,08	13.588,12	26.843,77	35.899,90	140.909,87
Cajazeiras	156.552,92	74.361,78	46.853,18	130.724,18	408.492,05
Cabedelo	81.537,98	44.240,39	40.265,65	75.828,57	241.872,59
Guarabira	52.314,77	35.226,73	15.172,56	35.511,26	138.225,32

Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

A movimentação anual revela a variação dos recursos orçamentários alocados no financiamento das ações de extensão em cada campus ao longo dos anos. O Campus Cajazeiras investiu o maior montante de recurso no financiamento das ações de extensão no período pesquisado: 2019-2022, seguido pelo Campus Princesa Isabel, indicando uma possível priorização das ações de extensão nesses campi.

Podemos analisar as variações de recursos baseado em vários fatores, como a implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, destinada a diminuir a alocação de recursos públicos em vários setores, incluindo a educação. Houve

impacto diretamente nos recursos orçamentários para o financiamento das ações de extensão nos Campi, afetando negativamente e limitando a realização, alcance e qualidades dessas ações, tanto na instituição com a comunidade acadêmica quanto com a comunidade atendida. Além do impacto da pandemia de COVID-19, anunciada em 2020 que exigiu ajustes e adaptações imediatas com prioridades na alocação de recursos para outras atividades nunca antes imaginadas pelas instituições de ensino superior.

O contexto da pandemia de COVID-19 resultou em novos desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, com mudanças significativas nas relações sociais e na manutenção das ações de extensão em meio a restrições orçamentárias e medidas de distanciamento social, com a necessidade de transição para o modo remoto. No entanto, Carvalho et al., 2022, destaca que essa transição foi ainda mais desafiadora devido à postura negacionista do governo federal em relação à ciência, vacinação, medidas de isolamento e uso de máscaras, o que agravou a situação no Brasil.

Ao analisarmos a soma dos recursos destinados às ações de extensão para os campi pesquisados em cada ano, evidenciam-se padrões, tendências e variações nos recursos orçamentários ao longo do período estudado, os campi tiveram um desafio significativo com a redução dos recursos orçamentários. Além disso, uma análise detalhada revela movimentações significativas em cada campus, proporcionando reflexões sobre as implicações nos anos de 2020 e 2021.

O ano de 2020 se destacou por sua natureza atípica, marcada pela emergência global causada pela pandemia do vírus da Covid-19. Diante desse cenário desafiador, o Conselho Nacional de Saúde, por meio da Portaria Nº 356, de 11/03/2020, do Ministério da Saúde, recomendou a implementação do distanciamento social, popularmente conhecido como lockdown, como medida crucial para conter a propagação da doença.

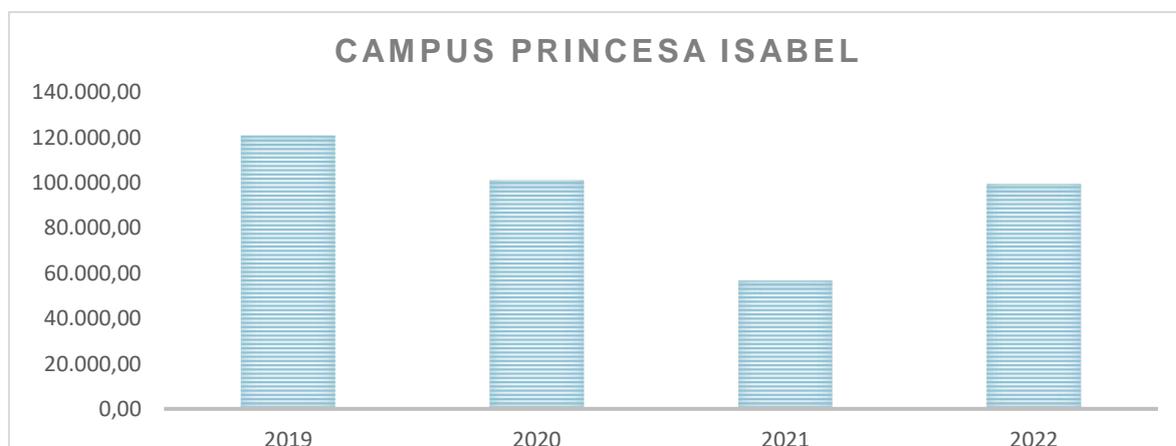
No contexto específico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a resposta a essa crise foi coordenada pelo Comitê do IFPB encarregado de elaborar um plano de ação destinado ao enfrentamento e combate ao Coronavírus (COVID-19). Esse comitê, por sua vez, apresentou ao Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFPB diversas medidas voltadas para mitigar os impactos da pandemia dentro da instituição. Essas

ações foram posteriormente encaminhadas ao Conselho Superior do IFPB, culminando na suspensão do calendário acadêmico.

Paralelamente à suspensão das atividades de ensino, que foram posteriormente adaptadas para o formato online, as atividades de extensão também foram afetadas. No entanto, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, seguindo as orientações do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF), o disposto na Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020 do Ministério da Economia e na Resolução AR 13/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB de 17 de março de 2020, orientou que as atividades de extensão voltadas para a assistência à comunidade, continuassem sendo realizadas de forma remota. Além disso, foi ressaltada a importância de abordar temas relacionados à saúde coletiva, destacando a relevância de direcionar esforços para questões que impactam o bem-estar da sociedade como um todo.

O Campus Princesa Isabel, em 2019, conforme sugere Gráfico 3, definiu o montante de recursos orçamentários para financiamento das ações de extensão em R\$ 120.602,15, porém, reduziu os recursos para R\$ 100.997,85 em 2020 e um houve decréscimo para R\$ 56.572,89 em 2021. Em 2022, indicou uma recuperação chegando ao montante de R\$ 99.357,47. Essas reduções em 2020 e 2021 sugerem impactos pela pandemia, e esforços subsequentes para restabelecer o financiamento pós-pandemia em 2022.

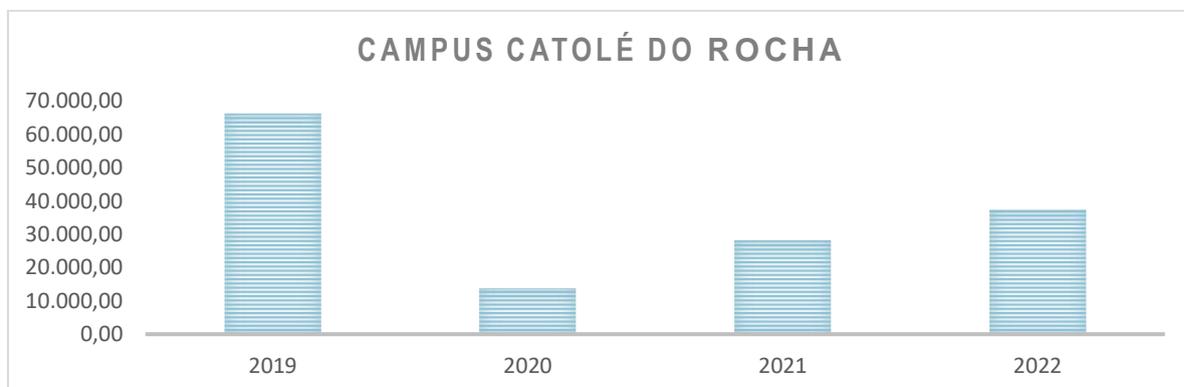
Gráfico 3 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Princesa Isabel, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)



Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

O Campus Catolé do Rocha experimentou uma redução substancial nos recursos orçamentários para o financiamento das ações de extensão, saindo de R\$ 66.008,47 em 2019 para R\$ 13.743,38 em 2020. No entanto, conforme demonstrado no Gráfico 4, houve uma recuperação em 2021, com um aumento para R\$ 28.133,55, seguido de um crescimento adicional para R\$ 37.357,84 em 2022. Essas reduções evidenciadas em 2020 e 2021 indicam um impacto na execução das ações de extensão e possível ajuste influenciado pela crise, resultado da emergência global em 2020.

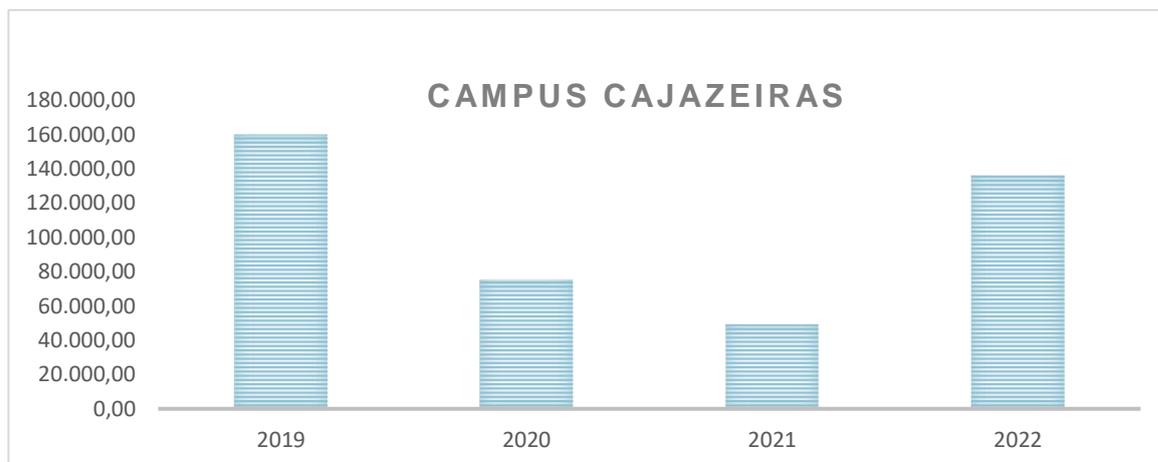
Gráfico 4 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Catolé do Rocha, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)



Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

No Campus Cajazeiras, os recursos alocados, conforme o Gráfico 5, em 2019 foram de R\$ 160.020,54, diminuindo para R\$ 75.211,44 em 2020 e para R\$ 49.104,37 em 2021. No entanto, houve um aumento significativo em 2022 para R\$ 136.033,05. Pode se presumir que a redução em 2020 foi menor devido ao momento de anúncio da pandemia do coronavírus, que aconteceu no mês de março do mesmo ano, e em 2021, com as atividades remotas a alocação dos recursos orçamentários que seriam destinados ao financiamento das ações de extensão, sinaliza que os recursos foram redistribuídos para outros fins.

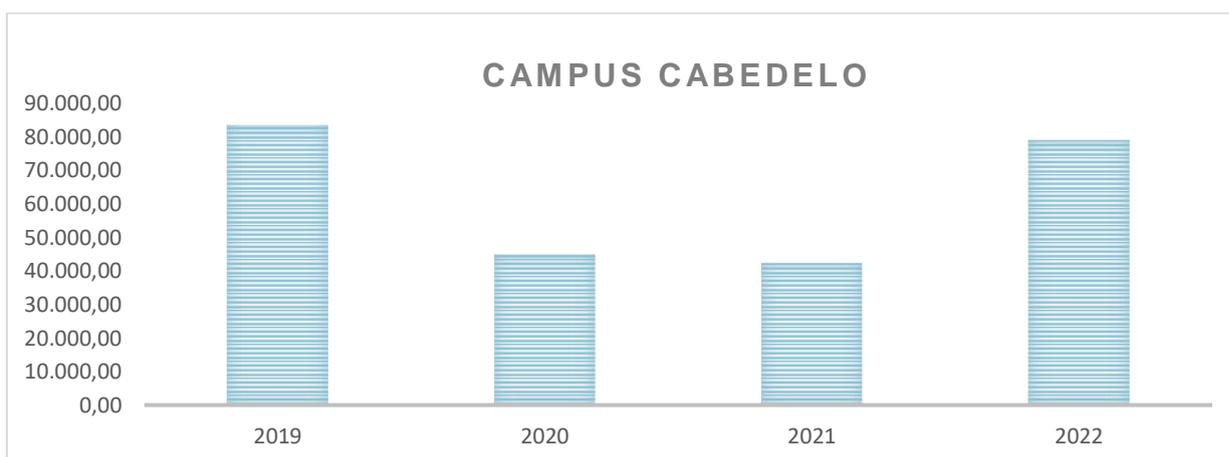
Gráfico 5 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Cajazeiras, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O Campus Cabedelo teve uma redução em 2019 de R\$ 83.344,03 para R\$ 44.745,88 em 2020. Os recursos permaneceram estáveis em R\$ 42.200,32 em 2021, mas houve um aumento para R\$ 78.908,06 em 2022. Essas mudanças, conforme sugere o Gráfico 6, podem refletir ajustes orçamentários e realinhamento de prioridades face ao momento da pandemia da COVID-19.

Gráfico 6 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Cabedelo, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024)

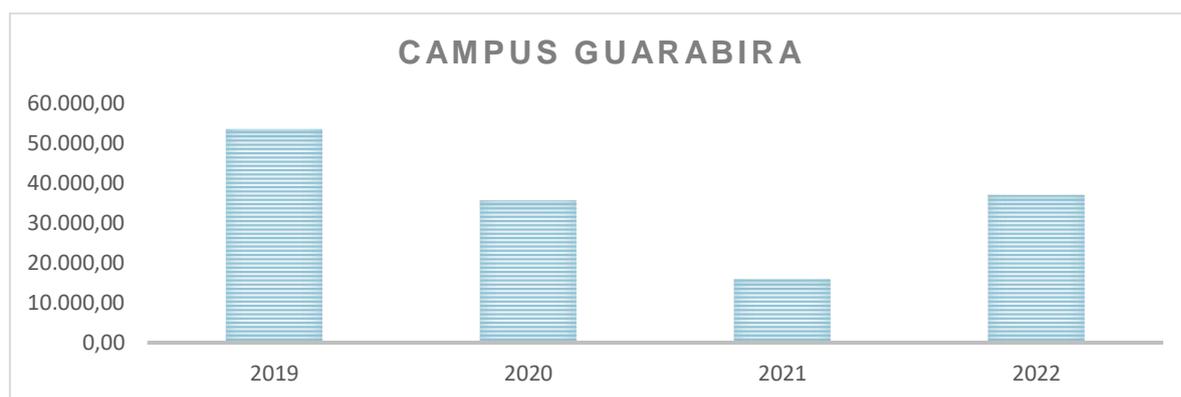


Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024).

Por fim, o Campus Guarabira, recebeu em 2019 R\$ 53.473,53, mas enfrentou um decréscimo em 2020 para R\$ 35629,23 e em 2021 para R\$ 15.901,57, conforme demonstrado no Gráfico 7. Houve uma recuperação moderada em 2022, alcançando

R\$ 36.953,42. Essa movimentação pode ser associada aos desafios impostos pela pandemia e ter impactado as atividades de extensão nesses anos, com uma recuperação moderada em 2022.

Gráfico 7 - Recursos Orçamentários Aplicados em Ações Extensão – Campus Guarabira, valores corrigidos pelo IPCA (janeiro/2024).



Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

Essas variações nos recursos podem ser atribuídas ao contexto da pandemia da COVID-19. A redução de recursos orçamentários destinados às ações de extensão ao longo dos anos de 2020 e 2021, nos campi do IFPB cerne da pesquisa, resultou em desafios que impactaram diretamente a capacidade de realizar e manter as atividades de extensão. O ano de 2020 foi impactado pela emergência global, resultando em medidas como o distanciamento social e a suspensão das atividades presenciais. O IFPB respondeu à crise ajustando o modo de execução das ações de extensão que passaram a ser realizadas de forma remota. Com menos recursos disponíveis e atuando remotamente, os campi tiveram que reduzir ou suspender ações de extensão, limitando a capacidade de inovar e oferecer novas oportunidades de engajamento com a comunidade acadêmica e externa.

A movimentação dos recursos durante 2020 e 2021 refletiu os desafios financeiros enfrentados pelos campi, possivelmente para atender às necessidades emergenciais diante do surto de COVID-19, priorizando o desenvolvimento de ações de extensão de forma remota e em temas relacionados à saúde coletiva, demonstrando uma resposta estratégica e sensível às demandas e desafios enfrentados pelos campi do IFPB. Essas implicações nos anos analisados destacaram a resiliência e a capacidade do IFPB de se ajustar diante das adversidades.

Ainda podemos concluir que a redução do financiamento das ações de extensão também é reflexo da redução do orçamento de custeio do IFPB (Outras Despesas Correntes): de 17,04% em 2020 em relação a 2019; de 28,83% em 2021 em relação a 2019 e de 24,38% em 2022 em relação a 2019, conforme demonstrado na Tabela 13, disposta abaixo:

Tabela 13 - Recursos destinados pelo governo federal para o financiamento do IFPB

VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA JANEIRO 2024							
IFPB	Grupo De Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	1 - Pessoal e encargos sociais	560.773.676	560.773.676	618.854.028	611.070.824	611.070.824	561.845.189
2020	2 - Pessoal e encargos sociais	561.354.674	537.103.698	630.411.323	626.982.737	626.982.737	577.847.448
2021	3 - Pessoal e encargos sociais	297.539.971	297.539.971	614.441.260	599.439.674	599.439.674	550.684.184
2022	4 - Pessoal e encargos sociais	558.060.406	554.227.427	567.852.413	564.918.752	564.918.752	519.100.765
	2019-2022	0,48%	-1,17%	-8,24%	-7,55%	-7,55%	-7,61%
					2020-2022	-9,90%	
2019	3 - E outras despesas correntes	114.911.877	114.941.883	116.500.622	114.671.714	98.317.014	93.596.022
2020	4 - E outras despesas correntes	68.072.334	66.238.509	100.817.675	99.966.938	81.564.512	77.709.990
2021	5 - E outras despesas correntes	55.200.303	53.577.278	92.686.085	90.737.955	69.972.505	67.121.506
2022	6 - E outras despesas correntes	102.821.161	101.323.292	91.349.206	90.021.577	74.348.080	71.482.705
PANDEMIA	2019-2020	-40,76%	-42,37%	-13,46%	-12,82%	-17,04%	-16,97%
	2019-2021	-51,96%	-53,39%	-20,44%	-20,87%	-28,38%	-28,29%
	2019-2022	-10,52%	-11,85%	-21,59%	-21,50%	-24,38%	-23,63%
2019	4 - Investimentos	13.051.693	16.328.875	14.158.392	14.140.729	1.470.274	1.212.766
2020	5 - Investimentos	12.645.546	21.067.927	26.888.957	26.888.346	2.191.975	2.121.761
2021	6 - Investimentos	3.412.812	13.344.903	12.321.503	12.319.435	571.497	415.195
2022	7 - Investimentos	6.185.752	17.349.093	18.791.290	18.791.248	1.822.700	1.549.531
	2019-2022	-52,61%	6,25%	32,72%	32,89%	4,74%	27,77%
2019	Total Geral	688.737.246	692.044.434	749.513.042	739.883.267	711.128.112	656.653.977
2020		642.072.553	624.410.133	758.117.955	753.838.021	710.739.224	657.679.199
2021		356.153.087	364.462.152	719.448.848	702.497.063	669.983.676	618.220.886
2022		667.067.318	672.899.811	677.992.910	673.731.577	641.089.532	592.133.001
		2019-2022	-3,15%	-2,77%	-9,54%	8,94%	-9,85%

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. SIOP. Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (2024)
Elaboração: Reis (2024).

Sendo assim, é importante destacar que os dados apresentados sobre os recursos orçamentários destinados às ações de extensão no IFPB oferecem

perspectivas significativas para os desafios e oportunidades enfrentados pela instituição. Esses resultados ressaltam a necessidade de um compromisso contínuo com o financiamento prioritário para as ações de extensão e o estabelecimento de estratégias resilientes para enfrentar crises emergenciais e promover a interação e o engajamento efetivo com a comunidade

A seguir, foram apresentados o resultado do estudo referente ao quantitativo de ações realizadas pela Extensão, no período de 2019 a 2022.

4.2 Resultado e análise do quantitativo de ações de Extensão realizada nos Campi

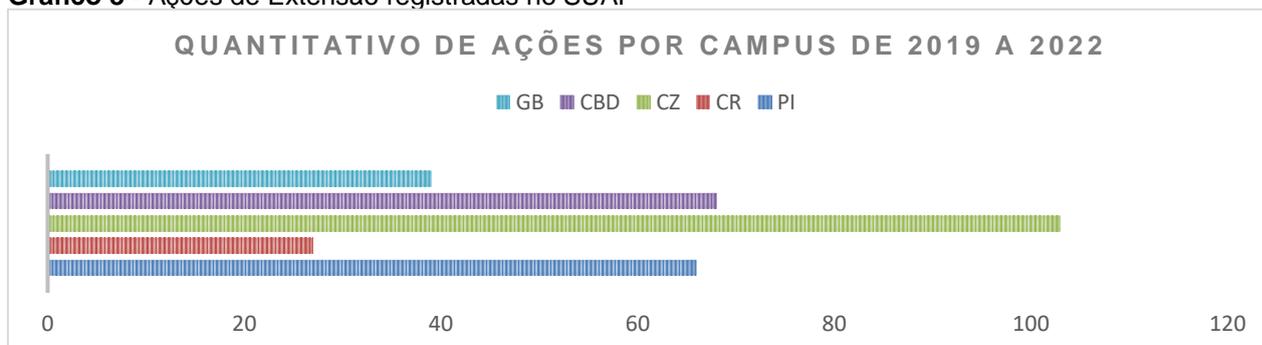
Com o propósito de compreender o número de ações de extensão desenvolvidas nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira no período de 2019 a 2022, a Tabela 14 e Gráfico 8 ilustram as informações extraídas do SUAP – Módulo Extensão e sugerem uma visão global do quantitativo de ações desenvolvidas nos referidos campi. Essa análise está alinhada ao segundo objetivo da pesquisa: identificar o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão, no período de 2019 a 2022.

Tabela 14 - Quantitativo de ações realizadas por Campus em estudo – 2019 a 2022

CAMPUS	QUANTIDADE
Princesa Isabel	66
Catolé do Rocha	27
Cajazeiras	103
Cabedelo	68
Guarabira	39

Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

Gráfico 8 - Ações de Extensão registradas no SUAP



Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024)

Com base nos dados coletados na pesquisa, a quantidade de ações de extensão realizadas nos campi do IFPB durante o período de 2019 a 2022 ressalta a diversidade, o impacto e a importância dessas ações na integração com a comunidade, na formação dos estudantes e na visibilidade institucional.

Na análise do quantitativo de ações de extensão realizadas nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira entre 2019 e 2022 observa-se variações significativas no número de ações de extensão realizadas em cada campus. O Campus Cajazeiras se destaca apresentando o maior número de ações, seguido por Princesa Isabel, Cabedelo, Guarabira e Catolé do Rocha. Essa disparidade pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo as necessidades locais específicas de cada região em que o Campus está instalado, nas áreas de atuação e nas prioridades estabelecidas pela gestão de cada campus.

Os dados foram coletados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), módulo EXTENSÃO, sistema de registro das atividades extensionistas para institucionalizar, gerenciar e avaliar as ações de Extensão no IFPB. A institucionalização dos registros das ações de extensão no IFPB, via SUAP, reforçou o aspecto institucional da extensão do ponto de vista acadêmico.

O registro das ações de extensão com a ferramenta eletrônica é uma etapa importante para o gerenciamento eficaz das ações executadas, pois garante maior segurança, estrutura online à comunidade acadêmica, além de permitir avaliação e acompanhamento dos resultados da extensão.

Esses resultados corroboram com os dados observados por Falcão (2021), gerenciar ações de extensão no mesmo sistema do ensino e da pesquisa, não significa apenas o reconhecimento da extensão como elemento da tríade da indissociabilidade, mas também harmoniza a prática de extensão com o ambiente acadêmico, auxiliando assim no processo de institucionalização.

Dentre as pautas do FORPROEX está “o registro das ações de extensão como forma de contribuir para o gerenciamento das atividades e institucionalização da extensão universitária como função acadêmica da universidade” (Jezine, 2006).

A partir dos dados coletados na pesquisa, ressaltamos a importância da flexibilidade e da adaptabilidade das ações de extensão para atender às necessidades e características específicas de cada comunidade atendida. Ao apresentar e

contabilizar as ações executadas, os campi do IFPB podem efetivamente envolver extensionistas para contribuir e desenvolver as localidades em que os Campi estão inseridas, trazendo contribuições significativas para o progresso local e social.

Além disso, esses resultados ressaltam a dedicação da instituição em promover o ensino, a pesquisa e a extensão como pilares essenciais de sua missão institucional. Por meio dessas ações, o IFPB não apenas fortalece seus laços com a comunidade, mas também oportuniza aos estudantes oportunidades valiosas de aprendizado prático e engajamento social, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e responsáveis.

Neste sentido, de acordo com Netto (2019), o papel fundamental da educação é crucial na promoção da mudança social. Isso implica não apenas fornecer educação formal, mas também engajar-se em práticas educativas que capacite a comunidade, promovendo a conscientização, a participação cívica e o empoderamento.

A próxima seção da pesquisa foi sobre os dados coletados das entrevistas analisando os critérios de financiamento das ações de extensão pelos gestores dos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira no período de 2019 a 2022.

4.3 Resultado e discussão dos dados qualitativos: critérios de financiamento das ações de extensão pelos gestores dos Campi

Com o objetivo de compreender os critérios adotados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira para o financiamento das ações de Extensão no IFPB, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três perguntas abertas a dois gestores de cada campus, totalizando 10 gestores. Os gestores participantes da entrevista foram os Diretores Geral e de Administração dos Campi. A fim de manter o sigilo da identidade dos entrevistados, utilizamos os códigos G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8, G9, G10 para análise dos dados.

Neste tópico foram apresentados e discutidos os principais resultados das entrevistas conduzidas como parte da pesquisa. As entrevistas serviram como ferramenta fundamental para explorar as percepções, experiências e pontos de vista

dos participantes em relação ao tema que está sendo examinado. Antes de aprofundar com a análise detalhada dos dados, é relevante contextualizar brevemente o objetivo da pesquisa e o processo de coleta de dados.

Identificar quais critérios são utilizados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para financiar ações de Extensão é o terceiro objetivo desse estudo e para alcançar os resultados desse objetivo, foi realizada entrevistas com 10 gestores, os Diretores Gerais e os de Administração (G1 a G10) dos campi em estudo. Os participantes foram selecionados pelo envolvimento direto na decisão da execução dos recursos orçamentários no Campus, visando capturar uma sucessão de perspectivas e experiências relevantes para a investigação.

As entrevistas foram conduzidas de acordo com um roteiro semiestruturado, conforme se encontra explicitado no apêndice B, desenvolvido com base nos objetivos da pesquisa e na revisão da literatura existente. Cada entrevista foi realizada de maneira individual, permitindo uma exploração mais aprofundada dos temas discutidos. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente para análise posterior. O TCLE foi encaminhado e assinado pelos sujeitos da pesquisa, conforme as diretrizes do Apêndice A, o qual foi aceito por todos os pesquisados. O questionário com as perguntas que foram dirigidas aos sujeitos encontra-se no Apêndice B.

Enquanto trabalhava na gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB (PROEXC), cada entrevista tornou-se uma experiência distinta e gratificante. A partir dos relatos dos entrevistados foi como reavivar memórias da gestão que exerci na PROEXC, parecia que um filme estava passando na minha cabeça, esclarecendo muitas das incertezas sobre a decisão do financiamento das ações de extensão no IFPB.

Os resultados das entrevistas proporcionaram esclarecimentos valiosos sobre os critérios adotados pela gestão dos campi: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para o financiamento das ações de Extensão no período de 2019 a 2022. Agora, vamos explorar em detalhes cada um desses aspectos, contextualizando-os dentro do cenário acadêmico e prático.

As perguntas do roteiro de entrevista foram agrupadas em três blocos, são eles: (4.3.1) Critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão no período de 2019 a 2022; (4.3.2) Resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus e (4.3.3) Resultado do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes.

4.3.1 Critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão

A princípio, os dados foram analisados de acordo com as respostas em comum entre os Gestores, a seguir sendo organizados e analisados nas questões distintas e específicas de cada resposta.

Primeiramente, observa-se que a maioria dos gestores entrevistados destacou a equiparação dos valores destinados às ações de extensão com os da pesquisa, indicando uma preocupação em valorizar igualmente ambas as áreas. Essa abordagem demonstra o reconhecimento da importância da extensão como parte integrante da missão institucional, alinhada aos princípios do ensino, pesquisa e extensão. Nesse entendimento, para o gestor G1 o relato foi que:

Ao assumir a gestão do Campus, tomou conhecimento de que os valores de financiamento das ações de extensão eram sempre inferiores aos valores da pesquisa. Assim, a primeira providência da gestão foi equiparar os valores liberados para financiar as áreas da extensão e da pesquisa.

A maioria, precisamente 60% dos entrevistados, os gestores G1, G2, G3, G5, G6 e G7 responderam para a pergunta “Quais os critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão no período de 2019 a 2022?” que os valores definidos para o financiamento das ações de extensão sempre foram alinhados com os valores da pesquisa; neste período de estudo, se tivesse que deliberar por redução, essa aconteceria para as duas áreas; ainda sobre essa resposta, destes, 67% dos gestores, G3, G5, G6 e G8 relataram que o Campus incluía a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão para definição do financiamento das ações desenvolvidas, valores sempre equiparados equitativamente.

Essa abordagem demonstra o reconhecimento da importância da extensão como parte integrante da missão institucional, alinhada aos princípios do ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Frescura Flores (2020), a extensão universitária, de acordo com o artigo 207 da Constituição de 1988, é uma ação indissociável ao ensino e à pesquisa. Ainda nesse mesmo artigo: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (Brasil, 1988). Essa diretriz também está descrita na Política Nacional de Extensão Universitária, ao definir a extensão universitária como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012).

Para ter a decisão sobre os critérios do financiamento para as ações de extensão, 60% dos sujeitos, G2, G3, G4, G8, G9 e G10, relataram que a decisão no Campus nunca foi monocrática, mas sim era uma decisão colegiada entre a gestão macro do Campus: Diretoria Geral, Diretoria de Desenvolvimento do Ensino e Diretoria de Administração e Planejamento, além de contar com a participação da representação da coordenação de extensão. Os gestores G6 e G9 afirmaram que a coordenação de extensão, após a definição dos valores, tem a prerrogativa para consultar a comunidade interna sobre a expectativa de gastos e definir as ações de extensão que serão financiadas, respectivamente.

Sobre a definição do montante de recursos orçamentários para o financiamento das ações de extensão; 70% dos entrevistados G2, G4, G5, G6, G8, G9 e G10 afirmaram que o valor definido para o financiamento das ações de extensão era sempre com base no valor do ano anterior, sempre se definia manter igual ou ampliar, nunca reduzir. Um achado significativo foi a resposta que o entrevistado G3 relatou:

Ao assumir a gestão do Campus tomou a decisão de separar a coordenação que funcionava as duas áreas: extensão e pesquisa; até então as duas áreas eram gerenciadas por uma única coordenação. Após esta decisão, e tendo nomeado um servidor que também é extensionista, o Campus teve resultados notáveis para a comunidade interna; esse desenvolvimento também foi atribuído à formação e vivência extensionista do servidor: ele consegue mobilizar e incentivar a comunidade interna.

É interessante notar que a separação das coordenações de extensão e pesquisa, como relatado pelo gestor G3, evidencia uma estratégia para fortalecer as

ações de extensão e direcionar um foco específico para essa área. Essa mudança organizacional, juntamente com a nomeação de um servidor com experiência em propor e desenvolver ações de extensão, resultou em resultados notáveis na comunidade interna.

Ainda sobre os critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão, 30% dos gestores: G2, G6 e G10, relataram que outro critério de financiamento das ações de extensão seria, além do financiamento das ações selecionados via edital, o financiamento aconteceria via a estrutura do Campus como pagamento de diárias, viagens em carro oficial ou até mesmo gerenciando os recursos orçamentários ao longo do exercício, ou seja, ações que foram classificadas mas não contempladas poderia ser financiadas ao longo do ano.

A seguir foram exploradas as respostas das entrevistas com os gestores dos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira trazendo os resultados do financiamento das ações de extensão para o Campus.

4.3.2 Resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus

Quando perguntamos aos entrevistados: “Qual o resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus?” Como primeira resposta, por unanimidade, os gestores destacaram o papel das ações de extensão no marketing institucional, nas mais diversas formas, direto ou indiretamente. Ao divulgarem o trabalho realizado pelo IFPB e seus impactos na comunidade, essas ações fortalecem a imagem da instituição, destacando seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico da região, conforme sugere o Quadro 5 – Concepção de marketing institucional por meio das ações de extensão.

Tabela 15 - Concepção de marketing institucional por meio das ações de extensão

Entrevistado	Resposta
G1	“Marketing do Campus”
G2	“As ações de extensão contribuem para mostrar o Campus à sociedade”
G3	“Estreitamento, do canal de fortalecimento do Campus com a comunidade externa”
G4	“Marketing institucional e essa função ficou mais visível durante a pandemia da COVID-19”
G5	“As ações de extensão levam o Campus para mostrar o trabalho extramuro,

	principalmente na área da cultura”; “O Campus é conhecido não só no município sede, mas nos municípios vizinhos”
G6	“Divulgação do Campus tanto para a comunidade interna quanto externa”; “Divulgação do Campus também na região circunvizinha ao município sede”
G7	“Aproxima o Campus da comunidade externa, divulgando o IFPB”
G8	“Movimentação da comunidade externa no Campus e assim a sociedade passa a conhecer a Instituição; “Divulgação institucional”
G9	“Divulgação extra muro das ações do Campus”;
G10	“Aproximação com a comunidade externa”

Fonte: Dados da pesquisa (Oliveira, 2024).

Também foi observado que, no campo da integração do Campus com a comunidade do entorno tivemos relatos de 70% dos gestores: O gestor G1 mencionou que “por meio das ações de extensão, alcançar as comunidades mais remotas leva a um maior engajamento, refletido em suas matrículas como estudantes regulares ou na participação em programas de capacitação no Campus;” O gestor G2 ressaltou que “o campus conseguia chegar às comunidades quilombolas, escolas municipais e municípios vizinhos, estimulando conseqüentemente o interesse em estudar no Campus.” O gestor G3 destacou “o impacto positivo na região onde o Campus está situado;” O gestor G6 enfatizou que “o Campus dissemina conhecimento para as comunidades mais distantes, promovendo o campus e atraindo novos estudantes;” o gestor G7 destacou que “as ações de extensão trazem a comunidade ao Campus, com os participantes expressando surpresa com o engajamento com a instituição, refletindo a alta credibilidade do IFPB na comunidade local;” O gestor G9 ressaltou que “as atividades de extensão aumentam a visibilidade interna e externamente, tornando o Campus mais proeminente;” Por fim, o gestor G10 afirmou que “as ações de extensão fortalecem o vínculo entre os estudantes e a comunidade externa.” Assim como afirma Castro (2004):

“estamos cada vez mais cômicos de que a extensão universitária realiza relevante produção de conhecimentos e se alicerça no conceito de teoria-prática, consciência/autoconsciência dos participantes, sendo importante instância formadora dos nossos discentes. Assim, há de se considerar a extensão como uma das formas que a universidade tem de produzir, e de disseminar conhecimento, alicerçado principalmente na experiência.”

Essa prática acadêmica serve como uma via estratégica para o diálogo com a sociedade, facilitando assim a geração de conhecimento por meio de esforços colaborativos. Além disso, as ações de extensão são percebidas como uma forma eficaz de integração do Campus com a comunidade local, alcançando áreas remotas

e contribuindo para o desenvolvimento social e regional. A extensão é vista como uma oportunidade para a instituição se envolver com a comunidade, parecendo assim ser a única via para os estudantes se conectarem com o mundo externo além do IFPB.

O FORPROEX enfatiza o impacto significativo da Extensão Universitária e enfatiza que ela deve ser desenvolvida com foco a ser: “voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas” (FORPROEX, 2012). Observou-se pelo gestor G4 que:

“O Campus é unidade vocacional para a extensão, iniciando suas atividades por meio das ações de extensão; O papel da extensão é muito importante pois cumpre sua ação social e é a oportunidade que oferece à instituição de disseminar o conhecimento técnico-científico gerado dentro do Campus. O diálogo com a comunidade propicia o processo de formação do estudante: ele adquire conhecimento da comunidade e, por sua vez, contribui para isso, aprimorando substancialmente essas ações.”

Sendo assim, é importante destacar que a Extensão desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, pois proporciona oportunidades para que eles apliquem na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvam habilidades socioemocionais, como empatia, trabalho em equipe e liderança, e se engajem em atividades que contribuam para a transformação social e o desenvolvimento da cidadania (Santos Junior, 2013).

De posse dos dados relatados o Gestor G1 afirma que "disponibilizar áreas para a instalação dos Núcleos de Extensão, dar destaque à Extensão e o Campus tem impacto positivo junto à comunidade, uma vez que oferece a estrutura necessária para apoiar as ações de extensão;" nesta mesma linha o gestor G3 declara que "o desenvolvimento das ações de extensão proporciona oportunidades para o crescimento do servidor, que se desenvolve de forma positiva a ponto de gerar resultados também na esfera pessoal."

O apoio financeiro é essencial, além de garantir os pré-requisitos mínimos de infraestrutura para apoiar adequadamente cada proposta apresentada pelos extensionistas. Essencialmente, é necessário um maior comprometimento da instituição para melhorar o desempenho das ações de extensão.

Conforme destacado, o gestor G3 aponta que “a extensão fortalece as atividades do ensino e a permanência do estudante, destacando a troca de

conhecimentos com a comunidade externa, neste sentido torna-se uma via de mão dupla: o estudante leva o conhecimento científico e traz o conhecimento prático.” Essa mesma visão foi compartilhada pelo gestor G4, “que enfatizou a importância do aprendizado mútuo;” Enquanto isso, o gestor G6 ressaltou “a relevância das exposições realizadas para evidenciar os impactos dos resultados das ações de extensão;” Por sua vez, o gestor G9 mencionou a perspectiva daqueles que não estão totalmente engajados nessas ações: “o resultado das ações de extensão é um produto, portanto é perceptível; a divulgação das ações no Campus desperta interesse até mesmo dos menos engajados, os TAEs, que conseguem notar e se encantar com elas.”

A extensão constitui um espaço de vivências, de construção da autonomia, de autodesenvolvimento, de autoaprendizagem e de processos individuais mediados pelas inter-relações com o outro e com o contexto. A extensão possui características que têm o potencial de influenciar uma transformação no processo educacional: ela abrange um conjunto diversificado de metodologias; envolvendo interações entre estudantes, educadores e comunidades locais (Frescura Flores, 2020); No IFPB, toda proposta de ação de extensão segue essa linha, para que sejam incorporados esses mesmos sujeitos, permitindo a integração do conhecimento adicional durante essas interações.

De acordo com Koglin (2019), para a Forproex, a Extensão deve ser necessária para articular a integração entre o ensino e a pesquisa, bem como para facilitar a conexão entre a academia e a comunidade externa. Essa associação é vista como uma experiência educacional valiosa para educadores e estudantes, que têm a tarefa de incorporar o conhecimento adquirido ao ambiente acadêmico e realizar análises críticas para gerar novos ensaios por meio da síntese de estruturas teóricas com aplicação prática.

Segundo o gestor G10, “os investimentos estão sendo utilizados de maneira eficiente, o que reflete nos resultados das ações de extensão e é perceptível pela comunidade interna”; já o gestor G8 ressaltou que “a divulgação dos resultados das atividades de extensão carece de transparência, pois falta mais divulgação dos resultados das ações de extensão.”

Na próxima seção foram apresentados os resultados referentes à terceira

pergunta da entrevista para identificar os resultados do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira.

4.3.3 Resultado do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes

A investigação colocada pela terceira pergunta, “Quais os resultados do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes?” nos apresenta as seguintes respostas: O aspecto que chama a atenção de 60% dos gestores é que o financiamento das ações de extensão contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, essa experiência promove uma formação cidadã, profundamente humanística; especificamente, o gestor G1 afirma “estimula a autonomia dos estudantes, particularmente aqueles no ensino técnico, promovendo a iniciativa, desenvoltura e criatividade;” da mesma forma, os gestores G3, G4 e G5 destacam a notável transformação na formação dos estudantes do ensino técnico; essa mudança é claramente evidente conforme indicado pelo gestor G4:

“O estudante é o beneficiário direto da atividade fim. A vivência com a participação nas ações de extensão é algo extraordinário no processo de formação dos estudantes pois traz: a formação de caráter, tornam-se pessoas melhores e formação para a vida. Quem a pratica sai com outra visão de mundo; os extensionistas se destacam para além de entender a metodologia científica, eles têm muitas possibilidades de se tornar além de melhores profissionais, mas também pessoas melhores.”

Com estes depoimentos fica evidente que as ações de extensão, com suas potencialidades e características agregadoras, desempenham um papel fundamental para promover o desenvolvimento acadêmico e pessoal na formação dos estudantes. Ao estimular a autonomia, iniciativa e criatividade, essas atividades vão além do ensino em sala de aula, proporcionando uma experiência prática e enriquecedora que contribui para o desenvolvimento da formação cidadã dos estudantes.

Segundo Jezine (2004, p. 3) “a interação ensino-pesquisa-extensão é o pilar que alicerça a formação humana/profissional, bem como a interação universidade e sociedade, no cumprimento da função social da universidade.”

Um aspecto adicional identificado durante as entrevistas diz respeito ao

financiamento das ações de extensão por meio do pagamento de bolsas. O gestor G3 articulou que:

“nos editais para o processo de seleção para o desenvolvimento das ações de extensão, a ênfase é colocada na necessidade financeira, que posteriormente passa para o foco no aprendizado pós-seleção; o auxílio financeiro complementa a renda familiar e desempenha um papel fundamental nas atividades acadêmicas;”

O gestor G6 afirma que “a bolsa complementa a renda dos estudantes em vulnerabilidade social”; um sentimento ecoado pelo gestor G7 que afirma “as bolsas atende parte da carência financeira dos estudantes, posicionando o IFPB como um caminho para uma mudança transformadora em suas vidas”; e por fim, o gestor G10 destaca que “a bolsa traz o financiamento da melhoria da qualidade de vida”. O gestor G2 expõe que:

Inicialmente, os projetos financiados com bolsa, eram valorizados principalmente pela ajuda financeira que forneciam, mas depois com o envolvimento e o desenvolvimento das atividades, à medida que o engajamento e as atividades progrediram, a ênfase mudou para a formação extensionista e o conhecimento adquirido.

O surgimento de outro assunto de discussão diz respeito ao avanço da tríade entre o ensino, pesquisa e extensão. De acordo com os relatos do gestor G6 “o desenvolvimento das ações de extensão contribui para o desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, levando ao êxito dos estudantes”; da mesma forma, o gestor G4 afirma que, “as ações de extensão têm um papel transformador na vida dos estudantes, garantindo e contribuindo para a permanência e êxito escolar”.

Para Rosário *et al.* (2013), as ações de extensão-pesquisa-ensino, são pilares essenciais para o desenvolvimento das instituições, pois oferecem diretrizes para a comunidade acadêmica aprimorar e ampliar seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que promovem benefícios à sociedade em geral.

Portanto, o IFPB aborda aspectos importantes para seu processo de aprimoramento, como aprofundar a integração entre as três funções da TRÍADE a partir da extensão universitária. As interfaces da extensão com o aluno, no que se refere à forma de participação nas ações de extensão é muito forte, mas o que tem de diferença refere-se à participação dos alunos do Ensino Técnico, tanto como bolsistas, aqueles que recebem auxílio em forma de bolsa, como os voluntários.

O gestor G2 reconhece que “a extensão tem importância para promover um sentimento de pertencimento à comunidade em que o projeto está em andamento;” o gestor G3 confirma que “a interação do estudante com o extensionista estabelece um compromisso recíproco reforçado pelas ações de extensão, dentro das comunidades interna e externa”; o gestor G5 observa:

“Os próprios estudantes percebem o impacto que têm na comunidade por meio da teoria do ensino e pela aplicação prática por meio de extensão. Aprender com a comunidade e ao mesmo tempo retribuí-la leva a um aprimoramento substancial dessas atividades;”

O financiamento das ações de extensão por meio de bolsas de extensão foi destacado como uma maneira de apoiar os estudantes financeiramente e incentivar seu envolvimento nessas ações. Além disso, a interação dos estudantes com a comunidade por meio das ações de extensão foi reconhecida como uma oportunidade de aprendizado mútuo e preparação para o mundo do trabalho.

Conforme declarado pelo gestor G10: “Além do financiamento das bolsas com recursos da LOA, a infraestrutura do Campus, contribui para o desenvolvimento do extensionista,”

Por fim, mas não menos importante, o gestor G6 delibera sobre “a vivência prática e desenvoltura dos estudantes que contribui na preparação para o mundo do trabalho;” enquanto corroborando, o gestor G9 sugere que “por meio da parceria com os docentes, os estudantes conseguem uma maturidade até precoce, já como preparação para o mundo do trabalho.”

A extensão universitária contribui para a construção de uma cidadania ativa e participativa ao promover ações educativas que visam a transformação social, a conquista de direitos individuais e coletivos, e o diálogo constante com a sociedade. Por meio da participação em ações de extensão, os estudantes ganham uma dimensão de dialogicidade, inter-relacionamento e contextualização da realidade, permitindo o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e culturais, a democratização do conhecimento e a produção de novos saberes a partir do confronto com diferentes realidades. Assim, a extensão universitária possibilita que os estudantes possam aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo habilidades e competências relevantes para o mundo do trabalho e se envolvam em

ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e participativa, fortalecendo o exercício da cidadania (Júnior, 2013).

Após analisar os estudos, esses resultados da pesquisa sugerem e reforçam a importância estratégica do financiamento das ações de extensão nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira. Essas ações não só contribuem para a formação dos estudantes e promovem o desenvolvimento da comunidade, mas também fortalecem e dão visibilidade a imagem institucional. Diante disso, é fundamental priorizar o financiamento dessas ações e garantir que elas continuem a desempenhar um papel significativo no cumprimento da missão e objetivos do IFPB.

Destacamos o impacto das ações de extensão na formação cidadã dos estudantes. Ao estimular a autonomia, iniciativa e criatividade, essas atividades vão além do ensino em sala de aula, proporcionando uma experiência prática e enriquecedora que contribui para promover uma mudança positiva na visão de mundo com o desenvolvimento integral dos extensionistas.

Além disso, as ações de extensão funcionam como uma ferramenta eficaz de marketing institucional. Ao divulgarem o trabalho realizado pelo IFPB e seus impactos na comunidade, essas ações fortalecem a imagem da instituição, destacando seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico da região.

Os resultados tangíveis das ações de extensão são visíveis tanto para a comunidade interna quanto externa. Por meio da execução dessas ações, o IFPB se aproxima da sociedade, promovendo o diálogo e a troca de conhecimentos com a comunidade externa. Isso não apenas fortalece os laços entre a instituição e a sociedade gerando benefícios mútuos, mas também demonstra o valor do trabalho realizado pelo IFPB em prol do bem-estar e desenvolvimento da comunidade.

É importante ressaltar também a transparência e equidade nos critérios de financiamento das ações de extensão. Com valores definidos com base no ano anterior e decisões tomadas de forma colegiada pela gestão do Campus, o processo de financiamento garante uma distribuição justa e eficiente dos recursos disponíveis.

Ainda assim, os resultados deste estudo trazem implicações importantes para o financiamento das ações de extensão nos Campi do IFPB, ressaltando a necessidade de priorizar recursos para essas ações e garantir uma gestão

transparente e participativa na definição dos parâmetros de financiamento. Essas descobertas têm o potencial para orientar futuras políticas e estratégias relacionadas à área da extensão, com foco na otimização de sua eficácia e contribuição para o desenvolvimento institucional e da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa destacam a importância da interação entre ensino, pesquisa e extensão na formação humana/profissional dos estudantes, proporcionando uma experiência prática e enriquecedora que contribui para o desenvolvimento de habilidades relevantes para o mundo de trabalho. Essa interação também fortalece a relação da universidade com a sociedade, permitindo que os estudantes apliquem na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula e se envolvam em ações que promovem uma sociedade mais justa, igualitária e participativa.

Os Diretores Gerais e de Administração dos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira participaram de entrevistas semiestruturadas, nas quais tiveram a oportunidade de compartilhar suas percepções, experiências e pontos de vista sobre os critérios de financiamento das ações de Extensão. Durante essas entrevistas, os gestores foram questionados especificamente sobre os critérios adotados pela gestão dos Campi para o financiamento das atividades de Extensão no período de 2019 a 2022.

Nesse contexto, os gestores puderam discutir e contextualizar os critérios utilizados para a distribuição de recursos destinados à Extensão, enfatizando aspectos como transparência, equidade, eficiência e eficácia na alocação desses recursos. Eles também tiveram a oportunidade de compartilhar visões sobre a importância desses critérios para garantir o sucesso e o impacto positivo das ações de Extensão no âmbito do IFPB.

A análise dos critérios de financiamento das ações de Extensão pelos Diretores Gerais e de Administração dos Campi do IFPB proporcionou uma compreensão mais aprofundada sobre como esses gestores percebem e avaliam a gestão dos recursos destinados à Extensão. Suas visões e opiniões contribuíram significativamente para a identificação de pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria na política de financiamento da Extensão dentro da instituição, auxiliando no aprimoramento das práticas e na promoção de resultados mais eficazes e impactantes.

O maior fator de impacto para o financiamento das ações de extensão no IFPB parece ser a equiparação dos valores destinados à extensão com os valores da pesquisa, conforme relatado pelo gestor G1. Essa equiparação demonstra um

reconhecimento da importância da extensão como parte integrante da missão institucional, alinhada aos princípios do ensino e da pesquisa. Além disso, a inclusão da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão para a definição do financiamento das ações desenvolvidas, com valores sempre equiparados equitativamente, destaca a relevância dada à área da extensão no IFPB.

A divulgação eficaz das ações de extensão, a promoção da imagem institucional e a interação positiva com a comunidade são aspectos-chave do marketing para os Campi do IFPB. Essas estratégias de marketing institucional podem não apenas aumentar a visibilidade do Campus, mas também impactar o financiamento das ações de extensão, ao fortalecer o apoio da comunidade e destacar a importância das ações de extensão para a missão e objetivos da instituição.

No que se refere a valorização da formação dos estudantes por meio do financiamento das ações de extensão, como indicado pelos gestores G1, G3, G4 e G5. O investimento nas atividades de extensão contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, promovendo uma formação cidadã, autonomia, iniciativa e criatividade, especialmente para os estudantes do ensino técnico. Essa valorização da formação dos estudantes por meio do financiamento das ações de extensão demonstra o impacto positivo dessas atividades no desenvolvimento integral dos estudantes e na preparação para o mundo do trabalho.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa sobre o financiamento das ações de extensão no IFPB, pode-se concluir que a gestão eficiente dos recursos, com ampliação dos recursos destinados ao financiamento das ações de extensão, a transparência nos critérios de financiamento, e a priorização das ações de extensão são fundamentais para o sucesso e impacto positivo dessas ações. A resiliência demonstrada pela instituição diante de desafios como a pandemia de COVID-19 ressalta a importância de estratégias flexíveis e sensíveis às demandas da comunidade.

Portanto, é essencial manter o compromisso contínuo com o financiamento prioritário das ações de extensão, ampliando os recursos destinados ao financiamento dessas ações, garantindo uma gestão transparente, participativa e equitativa, a fim de otimizar a eficácia dessas atividades e promover o engajamento

efetivo com a comunidade. Essas conclusões têm o potencial de orientar futuras políticas e estratégias relacionadas à extensão, visando ao aprimoramento institucional e ao bem-estar coletivo.

Quanto às limitações presentes nessa pesquisa, ressaltam-se: os coordenadores de extensão dos Campi em estudo poderiam ter sido entrevistados também, juntamente com os outros sujeitos. Como citado pelos gestores entrevistados, eles participam ativamente das decisões do financiamento das ações de extensão nos Campi; mais uma limitação constatada foram os relatórios das ações de extensão registradas no SUAP – módulo Extensão, torna-se necessário ter um tutorial das abas utilizadas para exploração dos relatórios a ser extraídos do sistema; por fim, a falta de estudos comparáveis destaca a singularidade da presente pesquisa, que busca oferecer novas perspectivas sobre o financiamento das ações de extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira de maneira semelhante. Os resultados apresentados têm o potencial de contribuir de maneira significativa para o entendimento nesse campo específico. A ausência de estudos comparáveis ressalta a urgência de mais investigações nesse domínio, sublinhando a relevância e o pioneirismo desta pesquisa. Os resultados obtidos oferecem uma base sólida para futuros estudos exploratórios.

No período de 2020 e 2021, a redistribuição dos recursos destacou os desafios financeiros enfrentados pelos campi, com foco na priorização de atividades de extensão remotas e relacionadas à saúde coletiva em resposta à pandemia de COVID-19. Essa estratégia evidenciou a resiliência e a capacidade de adaptação do IFPB diante dos desafios impostos pelo cenário emergencial.

Em suma, os dados apresentados revelam uma abordagem abrangente e estratégica para o financiamento das ações de extensão no IFPB, com um foco claro no fortalecimento do vínculo entre o Campus e a comunidade, bem como no desenvolvimento integral dos estudantes. Essas descobertas fornecem uma base sólida para a compreensão do papel e do impacto das ações de extensão no contexto da educação superior.

O produto educacional desenvolvido neste estudo foi conceituado e elaborado com base na identificação da falta de entendimento sobre o fazer extensionista, conceitos, princípios, concepções, objetivos e diretrizes norteadoras das Políticas

Institucionais de Extensão Universitária, além de como se estrutura e executa atividade de extensão no âmbito do IFPB. Consequentemente, esse manual será apresentado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e que, poderá utilizá-lo para disseminar junto à comunidade acadêmica as contribuições significativas para o fortalecimento e desenvolvimento da Extensão, assim como poderá analisar os critérios aqui definidos e, se for o caso, estabelecer normativos ou regulamentos instituindo critérios de financiamento das ações de extensão nos Campi do IFPB.

Posto isso, a realização de estudos futuros pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de extensão no IFPB, fortalecendo a relação da instituição com a sociedade e promovendo benefícios mútuos. Essas pesquisas podem orientar políticas e estratégias futuras, visando à melhoria da eficácia e impacto das ações de extensão, bem como ao fortalecimento do compromisso institucional com a comunidade.

É importante destacar que esses resultados não são conclusivos e, assim, futuras investigações poderão ampliar a compreensão dos seguintes pontos: analisar os impactos das ações de extensão nas comunidades atendidas; acompanhar o registro e análise do financiamento indireto nas ações de extensão; investigar/analisar quais as contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante participante de ações de extensão do IFPB; analisar se as ações de extensão desenvolvidas nos Campi estão em consonância com suas vocações, demandas locais e regionais; analisar a eficácia de diferentes modelos de financiamento e gestão de ações de extensão, visando identificar boas práticas e oportunidades de melhoria; investigar sobre a percepção dos beneficiários das ações de extensão (estudantes, comunidade, instituições parceiras) em relação aos benefícios e desafios dessas atividades e realizar estudos comparativos entre Campi ou instituições de ensino visando identificar variações nas práticas de extensão e seus impactos.

Portanto, a realização de estudos futuros pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de extensão no IFPB, fortalecendo a relação da instituição com a comunidade externa e promovendo benefícios mútuos. Essas pesquisas podem orientar políticas e estratégias futuras, visando à melhoria da eficácia e impacto das ações de extensão, bem como ao fortalecimento do compromisso institucional com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. M. de. **Execução Orçamentária e Políticas de Financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021.** 2023. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação, João Pessoa, 2023.

ARAÚJO, R. S. de; CRUZ, P. J. S. C. **Reflexões epistemológicas sobre a Extensão universitária:** contribuições ao diálogo de saberes. *Linhas Críticas, [S. l.], v. 28, p. e36816, 2022.* DOI: 10.26512/lc28202236816. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36816>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Gabinete da Presidência. **Decreto de 14 de janeiro de 2005.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=14/01-1&ano=2005&ato=ab6oXQ65EMRpWT9e1>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

BRASIL. CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão tecnológica:** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá: CONIF - IFMT, 2013.

BRASIL. **Documento Orientador da Política de Extensão – FORPROEXT/CONIF,** 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 19.851,** de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto de 22 de março de 1999.** Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1999/dnn7980.htm Acesso em 19 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.495,** de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.495%2C%20DE%2030,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em 21 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.233**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm Acesso em 28 jun.2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.313**, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7313.htm Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 9.848**, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9848.htm#art11 Acesso em: 15 maio de 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 02 fev. de 2023.

BRASIL. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. – Brasília, DF : Inep, 2022 . Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf , acesso em 05 ago.2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.172** de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005** de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em:

25 out. 2022.

BRASIL. **Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico** – FORPLAN/CONIF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota técnica no 32/2016/GAB/SETEC/SETEC**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/40971-nt-32-metodologia-comp-matriz-orc-setec-Conif-pdf/file>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em 02 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/centso/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf Acesso em 27 out. 2023

BRASIL. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI – IFPB**. Vigência 2015-2019 – Decreto nº 5.773, de 09/05/2006 e Res. nº 130/2015 - CONSUPER/IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI – IFPB**. Vigência 2020-2024 – Dec. nº 9.235/2017, Art. 21, e Res. nº 57/2021-CONSUPER/IFPB, Art. 1º, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **PLATAFORMA NILO PEÇANHA. 2022**. Dados Acadêmicos – Dados Gerais. Disponível em : <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjIjNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9> Acesso em:14 mar. 2024.

BRASIL. **Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2021**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-96>. Acesso em 15 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 3, de 10 de dezembro de 2021**: Institui o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação, por meio da adoção da subação orçamentária e do plano interno. 2021

BRASIL. **Regimento Geral do IFPB. 2017.** Estabelece normas complementares ao Estatuto do IFPB e tem como objetivo disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos e unidades administrativas, bem como o rito dos procedimentos e serviços da Instituição. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/131> Acesso em 19 jun. 2023.

BRASIL. **Relatório de Gestão 2014-2022** - Transcender é humanizar. Relatório de gestão do Instituto Federal da Paraíba que mostra as principais realizações da instituição no período e revela os desafios e as conquistas de toda a comunidade do IFPB. 2022 Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/432> Acesso em 21 jun. 2023.

BRASIL. **Relatório de Gestão 2022.** Relatório de Gestão do Instituto Federal da Paraíba. 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ano-2022> Acesso em 28 jun.2023.

BRASIL. **Resolução N° 246**, de 18 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação. 2015. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/132> Acesso em 19 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7/2018** – Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

BRASIL. AGÊNCIA SENADO. **Avaliação da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia. 2022.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas>. Acesso em: 05 ago.2023.

CARVALHO, A. B. de; QUEIROZ, Z. F. de. **Financiamento da Universidade Federal do Cariri à Luz do Desenvolvimento Sustentável em um Contexto de Crise.** FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907118373. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/118373>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CASTRO, André Monteiro de. **Avaliação diagnóstica do Programa de Apoio a Projetos de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.** 2019.117f. - Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40402> , acesso em: 03 jun. 2023.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: (Ainda existem utopias realistas).**

Rio de Janeiro, 2004, 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues; REIS, Luiz Fernando. **A privatização do Estado brasileiro e o financiamento das universidades e da ciência & tecnologia no governo Bolsonaro.** Rev. Bras. Polít. Adm. Educ., v. 38, n. 01, 2022.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

DUARTE, Jacildo da Silva. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, prática da cidadania e exercício profissional.** 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/771/1/Jacildo%20da%20Silva%20Duarte.pdf>. Acesso em 30 mar.2024

FALCÃO, Luiz Daniel Costa; MILAGRE, Renato Arcúrio; JEZINE, Edneide. A **Institucionalidade da extensão universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes da UFPB.** Revista de Gestão e Avaliação Educacional, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e55380, p. 1–13, 2021. DOI: 10.5902/2318133855380. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/e55380>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FONSECA, Alice Aleixo. **Método de alocação de recursos orçamentários em uma instituição de ensino.** 2019. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda (RJ). 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – 1987.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> . Acesso em: 03 set. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). __. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus,2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 03 set.2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus. 2012. Gráfica Imprensa Universitária – UFSC, 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 04 mar.2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Frescura Flores, Laiane, Teixeira de Mello, Débora. **O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul**. Revista Conexão UEPG. 2020, 16(1), 2014465. ISSN: 1808-6578. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514162470027> Acesso em 29 mar.2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. Ed. Loyola, 2008.

JEZINE, Edineide. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: UFPB, 2006.

JEZINE, Edineide. **As práticas curriculares e a Extensão Universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf>. Acesso em 08 mar. 2024

JÚNIOR, Alcides Leão Santos. **Universidade e sociedade**: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. Revista Inter-Legere, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 299–335, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4178>. Acesso em: 31 mar. 2024.

KOGLIN, T.; KOGLIN, J. C. **A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 10, n. 2, p. 71-78, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>. Acesso em 24 mar. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEI, Lauro. **O novo regime fiscal Brasileiro**. Publicação da revista NECAT- Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – UFSC. Publicação eletrônica semestral, jan-jun/23. Publicado em 10/07/2023 v. 12 n. 23. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/issue/view/369/259>.
Acesso em 10 ago.2023.

MENEZES, Maurício Ferreira. **Uma Proposta de Modelo de Distribuição Orçamentária para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2019. 207 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 32. ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. **Para Repensar a Extensão Universitária: Diálogo Entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos**. Anais do XI Encontro Ibero-americano de Extensão Universitária. 2011, Santa Fé – Argentina.

<https://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa2/para-repensar-a-extensao-uni.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

NETTO, João Correia L. **GASTO PÚBLICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: uma análise da aplicação do gasto na área de Extensão do Instituto Federal da Paraíba – IFPB no período de 2015 a 2017**. Orientador: Ivan Targino Moreira. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação, João Pessoa, 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.) **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Simon **Orçamento em Instituições Federais de Ensino Superior: Proposta de matriz orçamentária associada aos elementos da qualidade**. 2019. 146 fls. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019.

OLIVEIRA, Maria Cleidenedia Morais *et al.* Características históricas e conceituais da Extensão no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). V. 1, p. 167-176. 2021. *In*: LOPES, Régia Lúcia Lopes; ALMEIDA, Renato Tannure Rotta de. (org.) **Livro 10 anos de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional [recurso eletrônico]**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. Disponível em:
<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/16130/13274>
Acesso em: 22 out. 2022.

PAULA, João Antônio de. A Extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PEREIRA, Juliana Maria Silva. **Desafios para implementação da avaliação**

institucional da política de Extensão em uma Universidade Pública Brasileira. Orientador: Anderson de Barros Dantas. 2019. 81f. Dissertação (Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

PEREIRA, Vicente Hudson Sousa. **Análise do financiamento público da Extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri, no período de 2016 a 2020.** 2021. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46558> Acesso em: 23 mai. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Nova Hamburgo, RS: Feevale. 2013.

REIS, Luiz Fernando. **Evolução das receitas e das despesas da União:** Recursos efetivamente destinados à dívida pública, educação, ciência e tecnologia, universidades federais e rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no período de 2015 a 2022. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) Rede Universitas/Br. 2023. Contato: e-mail: reisluzfernando@gmail.com. Material do autor.

ROSÁRIO, Cyntia Lopes do *et al.* **Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: Experiências nos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Roraima.** Artigo do X SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2013. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/56218703.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024

SANTOS, Fernando Soares dos. **Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES: Um estudo da Universidade de Brasília-UnB.** 2013. 69 f. Dissertação - Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14141/1/2013_FernandoSoaresdosSantos.pdf Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Marcos Vicente dos. **A Integração entre o Planejamento e a Execução Orçamentária no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa.** Orientador: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho. 2022. 187f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação, João Pessoa, 2022.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. 2013. GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR. **Conceitos de Extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** Educação & Sociedade, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?lang=pt> . Acesso em 25 mai. 2024.

SILVA, Lígia Matias de Araújo. **Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior sob a hegemonia das políticas neoliberais de austeridade fiscal: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** Orientadora: Rhoberta Santana de Araújo. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação, João Pessoa, 2022.

SNYDER, Hannah. **Revisão da literatura como metodologia de pesquisa: uma visão geral e diretrizes.** 2019. Jornal de Pesquisa Empresarial, Volume 104, novembro de 2019, páginas 333-339. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296319304564?via%3Dihub> Acesso em: 21 jun. 2023.

Souza, Jose Fabricio Andrade de. **Orçamento e políticas públicas: análise do desempenho orçamentário do IFBA na consecução dos seus objetivos estratégicos entre 2015 e 2018.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/19-2021?download=187:jose-fabricio-andrade-de-souza> . Acesso em: 23 mai. 2023.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação no Brasil.** Anais do IX ANPED SUL. Seminário de pesquisa em educação da Região Sul, GT-05-Estado e Política Educacional, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TEIXEIRA, Carlos Fabricio Domingues. **Financiamento e Autonomia de Gestão Financeira das Universidades Federais.** FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 12, n. 20, 2022: Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca> . Acesso em: 15 nov. 2022.

ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2019 A 2022

Pesquisador: MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74948523.3.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.477.977

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa que tem como origem o PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAES - MESTRADO PROFISSIONAL, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, que terá como objetivo analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022.

Objetivo Secundário:

- Identificar o total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão, no período de 2019 a 2022;
- Identificar o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão, no período de 2019 a 2022;
- Identificar quais critérios são utilizados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha,

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.4.77.977

Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, para financiar ações de Extensão;

d) Elaborar cartilha (Produto Educacional – PE), com proposta de critérios pré-estabelecidos, para financiamento das ações de Extensão do IFPB, que será socializado com os gestores e comunidade dos campi, a fim de comprovar a importância do desenvolvimento das ações de extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A possibilidade do participante da pesquisa temer ser identificado por suas respostas nas entrevistas poderá alterar a forma como ele consegue se expressar em sua resposta, bem como o participante pode se sentir constrangido ao responder as perguntas que serão feitas. Para evitar isso, deixamos claro aos participantes que a pesquisa é de natureza puramente científica e que suas respostas não serão publicadas dentro da instituição e muito menos em qualquer outro lugar. As respostas são fornecidas apenas para fins de análise de conteúdo e desenvolvimento da pesquisa.

Benefícios:

Contribuir com a definição de critérios para financiamento das ações de extensão no âmbito do IFPB.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho aqui apresentado ressalta a importância dos financiamentos como políticas públicas e os critérios que estabeleceram o programa de extensão no IFPB para o período estabelecido. Acredita-se que este item pode nortear de melhor forma os programas desenvolvidos no período e criar uma demanda que de fato atenda as necessidades dos campi os quais foram favorecidos no programa de verbas para a extensão local.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa apresenta todos os requisitos solicitados para pesquisa dessa natureza segundo o CONEP CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todos os documentos foram apresentados dentro das exigências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ocs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.477.977

Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2209425.pdf	13/10/2023 23:38:34		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PARA_PLATAFORMA_BRASIL_vfinal.docx	13/10/2023 23:17:30	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Outros	11_TERMO_COMPROMISSO_FINANCEIRO_pesquisador.pdf	13/10/2023 23:16:35	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Outros	10_TERMO_COMPROMISSO_RESPONSABILIDADE_pesquisador.pdf	13/10/2023 23:13:59	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Outros	8_ROTUIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	11/10/2023 21:07:15	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	11/10/2023 21:06:53	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Outros	9_AUTORIZACAO_PARA_USO_DE_DADOS.pdf	11/10/2023 20:57:35	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	11/10/2023 20:55:19	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.pdf	11/10/2023 20:54:53	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	11/10/2023 20:54:39	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO.pdf	06/09/2023 22:09:58	MARIA CLEIDENEDIA MORAIS OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e	3_CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	06/09/2023 22:09:41	MARIA CLEIDENEDIA	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.477.977

Infraestrutura	3_CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	06/09/2023 22:09:41	MORAIS OLIVEIRA	Aceito
----------------	-------------------------	------------------------	-----------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 31 de Outubro de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAES
MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA,**

As pesquisadoras Maria Cleidenedia Morais Oliveira e Rhoberta Santana de Araújo convidam você a participar da pesquisa intitulada “**Financiamento da extensão no INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA no período de 2019 a 2022**”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde. Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação. Esta pesquisa tem por objetivo analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022. Os objetivos específicos são: Identificar o total dos recursos orçamentários destinados às ações de Extensão, no período de 2019 a 2022; Identificar o quantitativo de ações realizadas na/pela Extensão, no período de 2019 a 2022; Identificar quais critérios são utilizados pela gestão dos campi para financiar ações de Extensão; Elaborar documento orientador (Produto Educacional – PE), com proposta de critérios pré-estabelecidos, para financiamento das ações de Extensão do IFPB. Quanto à natureza, a pesquisa a ser desenvolvida

será aplicada; quanto à abordagem do problema será de caráter exploratório, com recorrência a metodologias quantitativas e qualitativas – entrevista, investigação em acervos bibliográficos e documentos oficiais; quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, que visa explorar como será ou foi definido o financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022. A pesquisa contará com as seguintes ações metodológicas: pesquisa bibliográfica dos documentos oficiais; levantamento de dados por meio do cadastro no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), módulo EXTENSÃO; análise dos dados orçamentários no período analisado; e entrevista semiestruturada dos Gestores dos Campi do (Diretores Gerais e de Administração), totalizando amostra de 10 participantes. Este estudo pretende realizar uma avaliação de quais critérios são utilizados para o financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022, para, a partir dessa investigação, apresentar um documento orientador (PE) com critérios pré-estabelecidos para financiamento das ações de Extensão nos Campi do IFPB.

Riscos ao(à) Participante da Pesquisa

A possibilidade de o participante da pesquisa temer ser identificado por suas respostas nas entrevistas poderá alterar a forma como ele consegue se expressar em sua resposta, bem como o participante pode se sentir constrangido ao responder as perguntas que serão feitas. Para evitar isso, deixamos claro aos participantes que a pesquisa é de natureza puramente científica e que suas respostas não serão publicadas dentro da instituição e muito menos em qualquer outro lugar. As respostas são fornecidas apenas para fins de análise de conteúdo e desenvolvimento da pesquisa.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

Contribuir com a definição de critérios para financiamento das ações de extensão no âmbito do IFPB.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Nome da pesquisadora responsável: Maria Cleidenedia Moraes Oliveira

Instituição: Instituto Federal da Paraíba

E-mail: cleidenedia@ifpb.edu.br

Contato: (83) 99985-9173

Nome da pesquisadora: Rhoberta Santana de Araújo

Instituição: UFPB

E-mail: rhobertaaraujo@gmail.com

Contato: (83) 98155-4338

Endereço e Informações de Contato do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Centro de Educação
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I - Cidade Universitária, João

Pessoa-PB, CEP: 58051-900

E-mail: ppgaes@ce.ufpb.br

Horário de Funcionamento: das 07h às 12h e das 13h às 17h.

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba - Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900

João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: das 07h às 12h e das 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa-PB, __ de _____ de 2023.

Assinatura, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Senhor(a) participante, aceita participar da pesquisa?

Sim

Não

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051- 900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAES

MESTRADO PROFISSIONAL

Metadados e orientações

Nome dos pesquisadores presentes: _____

Data da entrevista: _____

/ /

Local da entrevista: _____

Contato inicial:

- Agradecer a disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es).
- Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.
- Explicar as informações contidas no termo de consentimento de entrevista.
- Solicitar a assinatura do termo de consentimento de entrevista.
- Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.

Procedimentos iniciais:

- Preparar o gravador.
- Iniciar a gravação.

Questões para entrevista

1. Quais os critérios adotados pela gestão do Campus para o financiamento das ações de extensão no período de 2019 a 2022?
2. Qual o resultado do financiamento das ações de extensão para o Campus?
3. Qual o resultado do financiamento das ações de extensão na formação dos estudantes?

Perquisar se o entrevistado tem algo que gostaria de acrescentar.

Considerações finais:

- Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.
- Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

Finalização e agradecimento:

- Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
- Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

**DOCUMENTO
ORIENTADOR COM
CRITÉRIOS PARA
FINANCIAMENTO
DAS AÇÕES DE
EXTENSÃO DO IFPB**

Maria Cleidenedia Morais Oliveira

Orientadora:
Prof. Dra. Rhoberta Santana de Araújo

João Pessoa - 2024

APRESENTAÇÃO

Este Documento Orientador de Procedimento (DORP) é resultante do estudo para responder à questão de pesquisa: ***Quais os critérios adotados pela gestão dos campi Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) para o financiamento das ações de Extensão no período de 2019 a 2022.*** A pesquisa foi realizada no período de 2019 a 2022, intitulada: FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2019 A 2022. O DORP está sendo elaborado como o produto educacional integrante da dissertação.

Este documento, que será de uso institucional, foi proveniente da dissertação desenvolvida no curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior. Esta pesquisa foi orientada pela a Prof. Dra. Rhoberta Santana deAraújo, integrante do corpo docente do PPGAES.

No estudo, analisou-se os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022 a fim de demonstrar a importância do desenvolvimento das ações de extensão tanto para a comunidade local como para a formação dos estudantes

A partir dos resultados encontrados, foram propostas sugestões de critérios para financiamento das ações de extensão no IFPB, além disso, a valorização da extensão como parte integrante da missão institucional, aliada aos princípios do ensino e pesquisa, fortalece a relação entre o IFPB e a sociedade, gerando benefícios mútuos e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

SU MÁ RIO

03

Introdução

04

Contexto Histórico
do IFPB

07

Marcos Legais
da Extensão

09

Política de Extensão
no IFPB

12

Financiamento das Ações
de Extensão do IFPB

14

Critérios para
Financiamento das Ações
de Extensão no IFPB

16

Considerações Finais

17

Referências

INTRODUÇÃO

O Documento Orientador de Procedimento (DORP) está sendo elaborado como o produto educacional integrante da dissertação e resultado da pesquisa: FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2019 A 2022, que teve como objetivo: analisar os critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB: Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Cabedelo e Guarabira, no período de 2019 a 2022.

O interesse em pesquisar sobre o financiamento das ações de Extensão, originou-se a partir do momento em que fiz parte do quadro da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, no ano de 2019. Considerando que o orçamento advindo da Matriz CONIF relacionado à Extensão fica alocado na PROEXC, sentíamos, em determinadas situações, anualmente, a curiosidade de tentar entender quais critérios os Campi utilizavam para decidir como financiariam as propostas de ações de Extensão. Dessa forma, após aprovação na seleção do PPGAES, como servidora Técnica-Administrativa em Educação (TAE), tinha chegado a oportunidade de poder contribuir com o estudo da análise dos critérios e os procedimentos definidos para o financiamento das ações de Extensão nos campi do IFPB.

Assim, o estudo sobre os critérios e processos de financiamento das ações de extensão no IFPB poderá orientar futuras políticas e estratégias relacionadas à área da extensão, visando otimizar sua eficácia e contribuição para o desenvolvimento institucional e da comunidade.



CONTEXTO HISTÓRICO DO IFPB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de 100 anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1942; Escola Industrial, de 1942 a 1958; Escola Industrial Coriolano de Medeiros, de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1965 a 1968; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com a edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2021, pg.26).

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC. Referência em ensino profissional na Paraíba, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o Estado, sendo distribuídas entre 16 Campi e 05 Campi Avançados. Os Campi Avançados são vinculados à Reitoria, que tem sede na Capital paraibana (IFPB, 2023).

As unidades em funcionamento estão demonstradas no mapa com a área de abrangência do Instituto Federal da Paraíba (PDI 2020-2024):

1. Campus João Pessoa e Polo de Inovação
2. Campus Cabedelo
3. Campus Avançado Cabedelo Centro
4. Campus Mangabeira
5. Campus Santa Rita
6. Campus Pedras de Fogo
7. Campus Itabaiana
8. Campus Guarabira
9. Campus Areia
10. Campus Esperança
11. Campus Campina Grande
12. Campus Soledade
13. Campus Pícuí
14. Campus Santa Luzia
15. Campus Monteiro
16. Campus Patos
17. Campus Catolé do Rocha
18. Campus Princesa Isabel
19. Campus Itaporanga
20. Campus Sousa
21. Campus Cajazeiras



Desde 2017, um Polo de Inovação credenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) está em funcionamento. Ele está localizado em João Pessoa e atua na área de Sistemas para Automação em Manufatura.

Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de "regulares", o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e da competência técnica no exercício da profissão. Em consonância com os objetivos e finalidades previstos na Lei supracitada, o Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, por meio do ProEJA, do Pronatec, do Programa Novos Caminhos e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) reconhecidos nacionalmente, ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social (BRASIL, 2021, pg.27).

A equiparação dos Institutos Federais à institucionalidade das universidades trouxe significativas transformações para educação profissional e tecnológica do país, tendo em vista a abrangência e modalidades de cursos que podem ofertar bem como a mudança de concepção na formação profissional e tecnológica na qual além, da preparação para o trabalho, agrega uma formação acadêmica humanizada, "articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana" (PACHECO, 2010, p. 10).



MARCOS LEGAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O desenvolvimento da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT) se sustenta nos marcos legais existentes, que estão definidos nos movimentos da extensão universitária nas universidades públicas, dentre estas se destacam: a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, onde se estabelece para as Universidades o “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”; a Lei nº 9.394/96, em seu Art. 43, do qual se depreende que a educação superior tem finalidades direta e indiretamente relacionadas às atividades de extensão; a Lei nº 11.892/08 que institui a criação da RFEPCT; o Decreto nº 7.233/2010, que trata de fomento para atividades de extensão; o Plano Nacional de Extensão, a Política Nacional de Extensão Universitária, os PNEs e a Resolução de nº 7/2018.

Em 2012, foi publicada a Política Nacional de Extensão Universitária, documento formulado, organizado e deliberado no âmbito do FORPROEX. Trata-se de “instrumento efetivo na (re) formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária” (FORPROEX, 2012, p. 8).

É crucial reconhecer o papel da extensão como um componente fundamental dos processos cognitivos e engajamentos práticos dos estudantes universitários, dentro da estrutura da práxis acadêmica que, em conjunto com o ensino e a pesquisa, estabelece um vínculo vital entre as instituições de ensino superior e as necessidades da sociedade. Esse ponto de vista é endossado pelas entidades FORPROEX e FORPROEXT, que se esforçam para formalizar tais empreendimentos, abrangendo as dimensões administrativa e acadêmica.

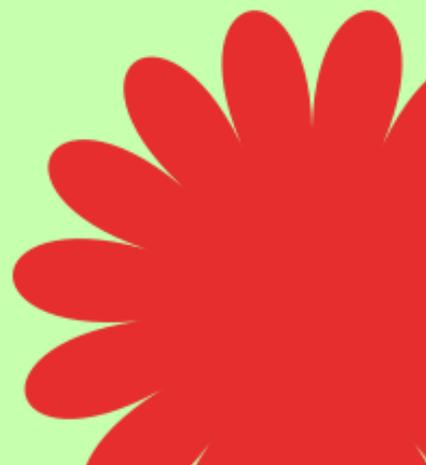
Na discussão em torno da política de extensão da RFEPCT, conforme delineada pela FORPROEXT em 2015, o conceito de território foi introduzido como um componente

significativo da extensão: "A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade" (FORPROEXT, 2015).

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira expressas na Resolução nº 7/2018 regulamentam as atividades acadêmicas de extensão, integrando-a à matriz curricular dos cursos de graduação. Desse modo, a extensão fica definida como:

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

A discussão continua, os movimentos pelos fóruns FORPROEX e FORPROEXT também não param, com seus encontros sistematizados, sem perder de vista os movimentos resultantes da dinâmica dos processos sociais, históricos, políticos e culturais.



POLÍTICA DE EXTENSÃO DO IFPB

O caminho percorrido pela Extensão no IFPB segue os parâmetros práticos e conceituais oriundos da Extensão universitária no Brasil, que reflete posicionamentos ideológicos próprios de cada conjuntura histórica, desde meados do século XX (Brasil, 2021).

A Política de Extensão do IFPB é o marco normativo mais recente da história da Extensão no IFPB e tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão na Instituição. Para nortear o fazer extensionista, trazendo a concepção, as diretrizes, os princípios, os objetivos, as dimensões, as modalidades e demais características que expressam o olhar da instituição sobre o tipo de educação que deseja ofertar, foi institucionalizada a Política de Extensão por meio da Resolução 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que define a extensão como,

“a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 2021, pg. 02).

Com o objetivo nortear a sistematização as ações de extensão estão organizadas em 08 (oito) as áreas temáticas



1. COMUNICAÇÃO
2. CULTURA
3. DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
4. EDUCAÇÃO
5. MEIO AMBIENTE
6. SAÚDE
7. TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
8. TRABALHO



Além das áreas, as ações de Extensão devem ser identificadas em uma ou mais das 53 (cinquenta e três) linhas da Extensão, seguindo a sistematização realizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As propostas de Ações de Extensão são articuladas com o Ensino e a Pesquisa, envolvendo membros da comunidade externa ao IFPB como público beneficiado e a participação efetiva dos estudantes.

Modalidades das ações de extensão:

Programa – se constituem em um conjunto articulado de e outras Ações de Extensão.

Projetos – Conjunto de atividades contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico.

Curso – se constitui em ação pedagógica de caráter teórico e prático, planejado para atender às necessidades da sociedade. Os cursos podem ser:

- Cursos Livres de Extensão – cursos com carga horária mínima de 8 horas e máxima de 39 horas.

- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – também denominados Cursos de Qualificação Profissional, se apresentam como

- a) Formação Inicial – voltado para pessoas que buscam qualificação, com carga horária igual ou superior a 160 horas;

- b) Formação Continuada – voltado para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área, a carga horária mínima é de 40 horas.

Evento – consiste em ação que implica apresentação e ou exibição pública.

Prestação de Serviços – conjunto de ações, que respondem às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho.

A política de extensão será implementada dentro de uma estrutura integrada, descentralizada e corresponsável, envolvendo a Reitoria, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, bem como as áreas representantes dos campi. Isso envolverá iniciativas intersetoriais em educação, abrangendo ensino à distância, pesquisa, inovação, programas de pós-graduação e internacionalização.

FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFPB

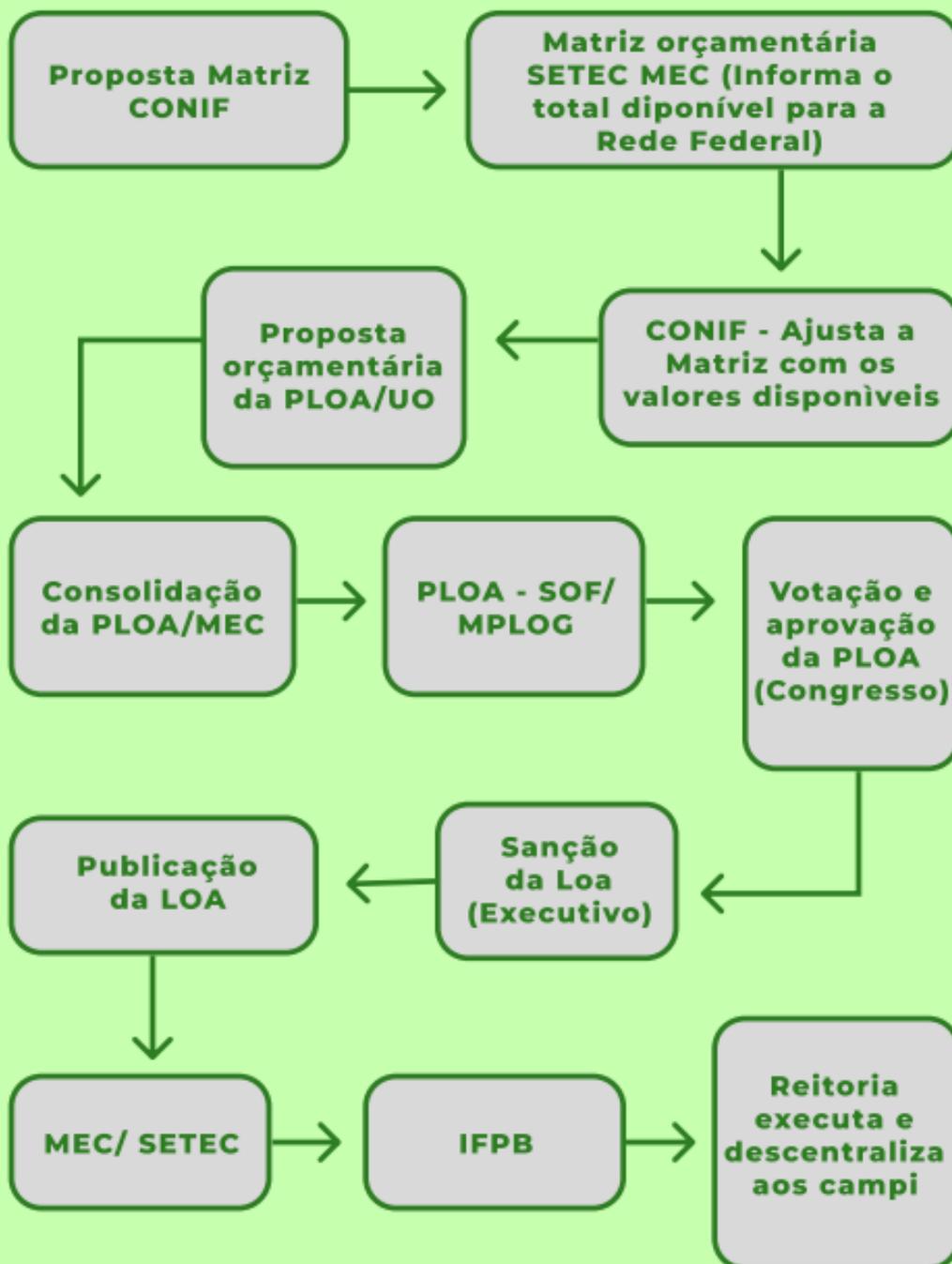
Na Rede Federal, o orçamento é distribuído pela matriz orçamentária CONIF, metodologia utilizada para que a SETEC/MEC faça a distribuição de recursos orçamentários entre as Instituições pertencentes à Rede Federal. Essa matriz é elaborada de acordo com os parâmetros constantes no Decreto nº 7.313/2010 e tem por objetivo distribuir os créditos orçamentários para um exercício financeiro específico (BRASIL, 2010).

A metodologia da Matriz CONIF para distribuição dos recursos destinados à Rede Federal tem como parâmetros os dados extraídos do SISTEC, consolidados e divulgados pela Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano anterior, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos campi, tipo e pesos dos cursos.

A proposta orçamentária do IFPB, com detalhamento das despesas do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), é elaborada pela Unidade Orçamentária (UO) e pelas Unidades Gestoras (UG), garantindo a visualização e transparência da proposta orçamentária por cada Unidade (Santos, 2022).

A Pró-Reitoria de Administração e Finanças representa o IFPB na confecção da Matriz Conif, para posterior negociação entre os representantes desse órgão, da Forplan e da Setec/MEC, e homologação final por parte desta última Secretaria, resultando os valores na Matriz Conif da Rede Federal de Educação individualizada por Instituição, constando cada Campus, Reitoria, atividades EaD, Assistência Estudantil, Pesquisa, Extensão e Inovação (Santos, 2022).





CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFPB

Neste tópico, propõem-se critérios para financiamento das ações de extensão que poderão ser adotados pelos gestores dos campi do IFPB:

DEFINIÇÃO

Desde a elaboração dos prelimites para a Matriz CONIF, definir percentual de recursos orçamentários para o financiamento das ações de extensão.

VALORIZAÇÃO EQUITATIVA

Equiparação dos recursos destinados à extensão e à pesquisa, evidenciando a importância de valorizar igualmente ambas as áreas.

SEPARAÇÃO DE COORDENAÇÕES

Divisão das coordenações de extensão e pesquisa para fortalecer as ações de extensão e proporcionar um foco específico para essa área.

FLEXIBILIDADE NO FINANCIAMENTO

Possibilidade de utilizar a estrutura do campus para custear despesas com ações de extensão, garantindo uma abordagem flexível no financiamento, mas registrando para que esses dados sejam demonstrados nos dados institucionais.



TRANSPARÊNCIA NOS RESULTADOS

Divulgação transparente dos resultados das atividades de extensão, assegurando uma distribuição justa e eficaz dos recursos disponíveis

PARTICIPAÇÃO EM EDITAIS

A participação em editais de financiamento externos indica fonte adicional de recursos para as ações de extensão.

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A avaliação dos resultados das atividades de extensão pode considerar o impacto e a eficácia das ações de extensão na comunidade interna e externa no momento de decisão sobre a alocação de recursos para financiamento.

PRIORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

O financiamento das ações de extensão pode ser direcionado para atividades que promovam a formação cidadã e integral dos estudantes, estimulando a autonomia, iniciativa e criatividade, e contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos extensionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Documento Orientador de Procedimento é resultante da pesquisa intitulada: "Financiamento da Extensão no Instituto Federal da Paraíba no Período de 2019 a 2022". Neste trabalho, foi possível analisar e definir critérios para o financiamento das ações de Extensão no IFPB.

Nesta análise, restou que falta critérios padronizados para financiamento das ações de extensão dentro do IFPB, assim como ficou claro que a gestão eficiente dos recursos, a transparência nos critérios de financiamento, e a priorização das ações de extensão são fundamentais para o sucesso e impacto positivo dessas atividades.

Desta forma, apresenta-se este trabalho, que poderá orientar o desenvolvimento institucional do IFPB destacando a importância estratégica do financiamento das ações de extensão, inclusive com benefícios para a formação dos estudantes e o desenvolvimento da comunidade, além de incluir a valorização da extensão como componente essencial da atuação acadêmica e a promoção de ações que fortaleçam a relação entre o Campus e a sociedade.

Além disso, este documento não está finalizado, estudos futuros podem contribuir para o aprimoramento contínuo das ações de extensão, a identificação de melhores estratégias de financiamento e gestão, e o fortalecimento do papel da extensão universitária na promoção do desenvolvimento social, econômico e educacional.

Portanto, compreender e aplicar critérios adequados de financiamento das ações de extensão é essencial para garantir o sucesso e a relevância das atividades acadêmicas e comunitárias no IFPB, promovendo o desenvolvimento institucional e contribuindo de forma significativa para o bem-estar e progresso da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Documento Orientador da Política de Extensão – FORPROEXT/CONIF**, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7313.htm Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico – FORPLAN/CONIF**, 2020.

BRASIL. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: PDI – IFPB**. Vigência 2020-2024 – Dec. nº 9.235/2017, Art. 21, e Res. nº 57/2021-CONSUPER/IFPB, Art. 1º, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/res->

olucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-96. Acesso em 15 jul. 2022.

BRASIL. Relatório de Gestão 2014-2022 - **Transcender é humanizar**. Relatório de gestão do Instituto Federal da Paraíba que as principais realizações da instituição no período e revela os desafios e as conquistas de toda a comunidade do IFPB. 2022 Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/432> Acesso em 21 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7/2018**: Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus. 2012. Gráfica Imprensa Universitária – UFSC, 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 04 mar.2023.

IFPB. **Sobre o IFPB**. 2023 Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/institucional/sobre-o-ifpb>. Acesso em 07 maio 2024.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E. (org.) Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 28 jun.2023.

SANTOS, Marcos Vicente dos. **A Integração entre o Planejamento e a Execução Orçamentária no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa**. Orientador: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho. 2022. 187f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação, João Pessoa, 2022.

“Eu acredito que toda mulher já nasce guerreira, batalhadora. E, como estão acontecendo muitas coisas ruins com nós, mulheres, temos mesmo é que nos unir e sermos cada vez mais independentes e empoderadas. Agradeço a equipe do IFPB, porque eles mudaram não só a minha vida, mas a vida de toda minha família.”

Marta Soares

Marisqueira, que mora às margens do Rio Paraíba. Teve a vida transformada pelo projeto de extensão “Trabalho e empoderamento: investindo na autonomia econômica das mulheres”, realizado através da Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incutes) do IFPB.



*“Quem ensina aprende ao ensinar.
E quem aprende ensina ao aprender.”*

Paulo Freire



Joana
dos Santos